

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES

LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
UMA EXPERIÊNCIA EM ALAGAMAR**

CAMPINA GRANDE – PB
2014

LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
UMA EXPERIÊNCIA EM ALAGAMAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Práticas de Leitura e Produção Textual.

Área de Concentração: Formação de Professores da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Diógenes André Vieira Maciel.

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

586 Silva, Luiz Carlos Paulino da
Práticas educativas de letramento na educação do campo
[manuscrito] : uma experiência em Alagamar / Luis Carlos
Paulino da Silva. - 2014.
150 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de
Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Pós-Graduação, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Diogenes André Vieira Maciel, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação".

1. Educação do Campo 2. Letramento 3. Práticas Educativas
I. Título.

21. ed. CDD 372.62

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DO CAMI
UMA EXPERIÊNCIA EM ALAGAMAR**

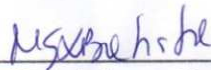
LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

Aprovada em: 31 / 03 / 2014

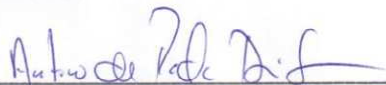
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Diógenes André Vieira Maciel
Orientador - UEPB



Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
Examinador Externo - UFPB



Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva
Examinador Interno - UEPB

*Dedico este trabalho à minha Grande Mestra.
Símbolo de Amor, Trabalho e Esperança.
Meu eterno reconhecimento à
MINHA MÃE: Sra. Rita Luiz da Silva.*

*Embora, hoje ela esteja em outro plano de vida,
no plano espiritual, mas quero dedicar como se aqui ela estivesse.
Por toda nossa história de vida
e pelo grande esforço que ela sempre fez para que hoje,
eu estivesse chegando a esta tão sublime realização.*

*Ao meu Pai biológico:
Sr. Arlindo Paulino da Silva*

*Aos meus familiares, razão das minhas origens:
Avós Maternos:
Sr. Luiz José de Araújo (Mestre Luiz – Carpinteiro – anos 30) e
Sra. Antônia Maria da Conceição (Dona Tonha)*

*Avós Paternos:
Sr. Luiz Paulino da Silva e
Sra. Francisca Quirino do Nascimento
Aos meus Tios Maternos:
Jose Luiz (Panã), Tia Maria, Tio Luiz e Tio Dido e a
Tereza de Jesus Cardoso minha Tia-Irmã.*

*Aos meus primos:
Zezito, Jerônimo, Carminha, Cal e Jailma.*

AGRADECIMENTOS

*Celebrai com júbilos ao Senhor,
todas as horas.
Sabei que o Senhor é Deus;
foi ele que nos fez,
e não nós a nós mesmos;
Somos povo seu e ovelhas do seu pasto.
Entrai pelas portas dele com gratidão,
e em seus átrios com louvor,
louvai e bendizei o seu nome.
Porque o Senhor é bom,
e eterna sua misericórdia;
e a sua verdade dura de geração em geração.
(Salmo 100)*

Depois de ter realizado esta grande batalha e importante etapa, realmente sinto a necessidade, humildemente, de fazer os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para este grande êxito e realização deste sonho na minha vida: fazer um Curso de Mestrado na Área de Educação.

Na realidade, não são poucos os agradecimentos:

Agradeço em reconhecimento ao nosso grandioso e Mestre Superior, a Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Razão principal de tudo existir. Sem Ele nada haveria neste instante. A Ele todo e completo agradecimento por este momento tão sublime, sonhado e realizado. Obrigado, Senhor!

Agradeço a interseção dos bons fluidos da Santa Virgem Maria – Mãe de Jesus Cristo e do Nosso Padroeiro – São Félix de Cantalice, e todos os demais. Pelas inúmeras vezes que sempre recorro, nos momentos alegres e tristes, de aflição, difíceis e também nos momentos de glórias.

Meus agradecimentos à pessoa mais importante de toda minha vida – minha querida e inesquecível mãe, Senhora Rita Luiz da Silva (*in memoriam*). A esta grande mulher guerreira, lutadora a quem devo tudo, meu agradecimento. Desde a minha existência, até a primeira Graduação, inclusive minhas maiores realizações. Sem o esforço desta mulher acredito “nada eu teria e nada eu seria” hoje.

À minha Prima, Tia e Irmã Tereza. Por toda sua dedicação para comigo. Pelo carinho, cuidado e colaboração. Você também ocupa um lugar especial!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Diógenes André Vieira Maciel. Este Professor Doutor que me orientou tanto ao ponto de me transformar em um Professor Mestre. Meu muito

obrigado, por todas as suas contribuições referentes às orientações neste trabalho. Carinhosamente, “meu Professor”, meu Orientador, amigo e parceiro nesta caminhada acadêmica.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Instituição acolhedora da nossa turma, Pioneira neste Mestrado.

Aos Senhores Professores do Mestrado: Prof. Dr. Sena; Profa. Dra. Lourdinha Leandro; Prof. Dr. Roberto Faustino; Prof. Dr. Antônio de Pádua Dias; Profa. Dra. Simone Dália; Profa. Dra. Kalina; Profa. Dra. Paula Almeida de Castro; Prof. Dr. Cidoval Soares e ao funcionário Bruno Nunes, Secretário do Mestrado.

Aos Professores Antônio de Pádua e Kalina Naro, que aceitaram o convite para a banca examinadora da qualificação deste trabalho, pela grande colaboração nos ajustes necessários na produção e nas orientações dadas pelos mesmos para a conclusão.

Aos meus colegas e amigos (as) da turma pelos momentos que passamos “lado a lado” nesta jornada que se tornou maravilhosa!

Em especial, ao meu amigo Francisco Soares de Juripiranga. Meu eterno agradecimento por este irmão que ganhei depois de muitos anos de vida.

Não cometendo injustiça com meus Professores, mas, faço, aqui, o registro das etapas de toda minha formação educacional da Educação Infantil e Básica, citando alguns nomes como representantes destas etapas, pois ficaram marcados pelas fortes lembranças e pelo somatório de conhecimentos para que hoje eu possa ser digno do título de Professor Mestre. Quero manifestar meus agradecimentos a todos meus Professores que formaram o grande conjunto na construção do “Professor Carlinhos”. A todos eles minha eterna gratidão e reconhecimento!

Em especial e carinhosamente os meus agradecimentos à minha primeira Professora. A grande alfabetizadora e proprietária da Escola Particular São Domingos Sávio – Profa. Maria da Luz Barbosa (Dona Luizinha) –, onde cursei o antigo Pré-Escolar e a Alfabetização.

Da fase do Antigo Primário (1ª à 4ª Série) fui, e sou, grande admirador e, sei que aprendi muito com ela – Professora e também Diretora do antigo Grupo Escolar Ana Ribeiro, hoje Escola Estadual de E.F.M. Ana Ribeiro – Professora Maria dos Anjos de Moraes Neves (Dona Zanza).

À Professora Maria José Barbosa Neves, minha Professora de Português e Diretora durante todo Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano) e minha primeira Diretora no mesmo Colégio, onde iniciei a carreira do magistério. A ela agradeço a oportunidade e a confiança pelo cargo de Professor nos anos 80 (meu primeiro emprego), sempre muito

rigorosa na seleção dos professores no antigo Ginásio Comercial de Salgado de São Félix, atual Escola Municipal de Ensino Fundamental Eunice Barbosa.

Além do Ensino Médio Regular, cursei também o antigo “Projeto Logos II”, onde contei com a grande colaboração da Professora Maria Jose Trigueiro Galdino, a Mariinha Orientadora do Núcleo Pedagógico em Salgado de São Félix-PB, que com o passar dos tempos nos tornamos colegas de trabalho administrando a mesma Escola Estadual acima citada.

Do período do Ensino Médio, no Colégio Monsenhor Miranda, na cidade de Itabaiana – PB, carregarei para sempre os ensinamentos do Professor e Coronel da PM -PB – Sr. Raul Geraldo de Oliveira – Professor, de História, Biologia e Diretor. Ele, nas aulas vagas, atuava como Orientador para escola da vida, além de ser o proprietário do Colégio, onde eu e outros colegas da mesma turma pioneira em 1978 tivemos a oportunidade de exercer o cargo de Professor, funcionando como um estágio docente.

À Escola Estadual Arnaldo Maroja em Alagamar, local da pesquisa;

À Gestora, Professora de Português e Literatura; Alunos da turma do primeiro ano do Ensino Médio – 2012; aos meus colegas Professores; a todos os meus *ex-alunos* pela troca de experiência e aprendizagem na prática pedagógica.

Pelo fato desta pesquisa ter sido realizada em uma Escola do Campo, faço aqui, ainda, uma homenagem especial, registrando nomes de alguns Trabalhadores Rurais que foram assassinados no Estado da Paraíba pelo motivo de terem se colocado à disposição da luta pela posse da terra contra poderosos latifundiários. Estes e outros camponeses são considerados verdadeiros mártires pela defesa do direito ao trabalho agrícola no Campo como forma de manter a sobrevivência humana diante de tantas injustiças e impunidades.

Início pela grande Mulher, Sra. Margarida Maria Alves – assassinada no dia: 12.08.1983, em Alagoa Grande, PB – hoje homenageada com o Museu Histórico no respectivo município.

Eis outros nomes, de Camponeses assassinados, que convém ser lembrados pela bravura em causa justa e nobre do homem do campo: João Pedro Teixeira - 1962 – Grande líder sindical de Sapé; Pedro Inácio da Silva - 1964 – Sapé; José Antônio da Silva - Alhandra – 1976; Antônio Nunes da Silva – 1984 – Dona Inês; Aurélio Joaquim da Silva - 1984 - Capim de Mamanguape; Anastácio Abreu e Lima – 1984 – Rio Tinto; Severino Moreira da Silva - 1986 – Itabaiana; Almir Muniz – 2002 – Itabaiana; José Francisco Avelino - (Zé de Lela) – 1988 – Conde; Severina Rodrigues da Silva – (Bila) – 1989 – Conde; José Carlos Bezerra (Tarzan) – 1991 – Sapé; Manoel Luiz da Silva - 1997 - São Miguel de Taipú;

Sandoval Alves de Lima - 1000 – Sobrado; Antônio Chaves da Silva – Jacaraú; Jorge Aleixo da Cunha – 2010 – Barra de São Miguel, entre todos os outros Trabalhadores Rurais assassinados.

Ao Sr. Antônio Ribeiro, conhecido como Frei Anastácio, atual Deputado Estadual da Paraíba por ser um grande defensor dos trabalhadores rurais e apoiador dos Movimentos Sociais pela inclusão do campo no cenário das igualdades.

Ao inesquecível Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, pelo exemplo de vida. Um homem religioso que se doou em prol da luta dos menos favorecidos, enfrentando todos os obstáculos e poderosos, permanecendo firme e comprometido com a causa dos camponeses do Grande Alagamar. *Parabéns, Dom José!*

Epígrafe

*A Educação não muda o mundo,
A Educação muda pessoas,
Pessoas mudam o mundo.
(Paulo Freire)*

*O educador Paulo Freire
Foi virando uma utopia,
Humanista e coerente
Com sua ideologia,
Quem melhor interpretou
Toda essa sabedoria.*

*Em Angicos, potiguar
Educou com tais primores,
Em quarenta e cinco dias
Trezentos Trabalhadores,
Despertando a atenção
De vários Governadores.*

*E Paulo Freire sentira
Que era justo mudar,
Mas, também, reconhecia,
Que para isso se dar,
Toda ideia dominante
Tinha que modificar.*

*Foi ele, assim, o primeiro,
No universo educador
A pegar a aprendizagem
De perfil conservador
E transformar em instrumento
Popular “Libertador”.*

(MEDEIROS BRAGA)

RESUMO

Este trabalho surge a partir de uma experiência pedagógica em torno do Letramento no contexto da Educação do Campo, por intermédio de uma pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja, situada no assentamento da Fazenda do Grande Alagamar, no município paraibano de Salgado de São Félix. Através da Sequência Didática utilizada e do levantamento de dados decorrentes das práticas educativas nas atividades realizadas, cujo foco se refere às habilidades da leitura e da escrita, tornou-se possível perceber a concepção de Letramento, em torno dos conteúdos curriculares e extracurriculares, sob um contexto particular: o das práticas sociais camponesas. Partimos do pressuposto de que a Educação é uma prática que transforma o sujeito e promove a sua conscientização político-social, e que o letramento acontece tanto dentro, quanto fora, da escola. Esta pesquisa foi realizada nas aulas da disciplina de Língua Portuguesa, com os alunos da Turma do primeiro ano do Ensino Médio, da escola citada. Aplicamos a metodologia da observação participante, com aplicação de questionários com os alunos, com a Professora da disciplina e com a Diretora da Escola. Realizamos as atividades para obtermos informações e dados pertinentes em relação aos objetivos da Sequência Didática e da pesquisa, além da Revisão de Literatura sobre a temática, conforme a delimitação da hipótese e o roteiro de Trabalho da Pesquisa. Procuramos diagnosticar o processo do Letramento Literário e sua aplicação sociocultural, a partir da interpretação crítica de textos poéticos que se identificam com a realidade de vida dos alunos e da comunidade, além do processo histórico do Movimento Social nos anos 1970, que culminam com a luta pela posse da terra. Recorremos a diversos teóricos, como: Ângela Kleiman; Magda Soares e; Paulo Freire, entre outros, para melhor compreendermos o Letramento como uma prática possível para se vislumbrar possibilidades de mudança e inovação no corpo discente, buscando reconhecimento de valores e, bem como, a conscientização do sujeito do Campo, tudo isso a partir de perspectivas práticas de uma Educação Popular.

Palavras-chaves: Práticas Educativas; Letramento; Educação do Campo.

ABSTRACT

This work comes from a pedagogic experience based on the literacy on the countryside school, by the means of a research realized on the primary and High School in the State School Arnaldo Maroja, located at the settlement Grande Alagamar farm, which stays in the territory of the County Salgado de São Félix, Paraíba. From the didactic structure used and from the survey of the data resulting of educational practice, which aim are the reading and writing skills, it becomes possible to realize the very concept of Literacy, around the curricular and extracurricular content, beneath a particular context: the peasants social practices. From the assumption that Education is an instrument or practice that changes the subject and promotes his social-political conscience, and that the literacy happens both inside and outside of the School. The survey was conducted on the Portuguese classes with first-year students of the high school above-mentioned. We have used the methodology of participant observation and apply a questionnaire to students, with the subject's Teacher and the School's Headmistress. We did these activities to gather relevant information and data regarding the objectives of the didactic structure and research, also the theme's literature review, according to the hypothesis' delimitation, the itinerary's research. We tried to diagnose the Literary Literacy process and it's socio-cultural application, from the critic interpretation of poetic texts which relates student's and they're community reality, besides the historical process of the social movement in 1970, which leads to the land's ownership struggle. We resort to several theorists, as: Ângela Kleiman; Magda Soares e; Paulo Freire, among others, to the greater understanding the Literacy as a possible practice to glimpse change's possibilities and innovation in the student body, seeking acknowledgement of values, as well, the peasant subject's awareness, all from a practical outlook of a countryside education.

Key words: Educational Practices; Literacy; Countryside Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos da resistência camponesa	42
Figura 2 – Confronto armado em Alagamar	45
Figura 3 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja	54
Figura 4 – Casas de Alunos	54
Figura 5 – Acesso à Escola	54
Figura 6 – Transporte escolar dos alunos em 2012	54
Figura 7 – Funcionários e o ex-Diretor da Escola	54
Figura 8 – Maria Bonita e Lampião	64

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

CEB – Conselho de Educação do Brasil

CER Ne – Comissão Episcopal Regional do Nordeste

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional da Educação

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COAGRAL – Cooperativa Agrícola do Grande Alagamar

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FUNTERRA – Fundação de Previdência da TerraCap

GO – Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Sem Terra

PB – Paraíba

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PM – Polícia Militar

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UEP – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RCN – Referências Curriculares Nacionais

SP – São Paulo

SUMÁRIO

1 Introdução	16
2 A Educação na Escola do Campo.....	20
2.1 Escola do Campo: entre o Sonho e a Realidade.....	24
3 O Contexto da Experiência: Alagamar, luta e conquista	38
3.1 O Grande Alagamar: do latifúndio ao assentamento	38
3.2 A importância dos movimentos sociais na formação das identidades e a caracterização do espaço da pesquisa	50
4 Refletindo sobre Alagamar a partir do letramento em uma sequência didática	58
4.1 Exposição da Sequência Didática.....	61
4.1.1 Descrição das atividades com os recursos utilizados na pesquisa	61
4.1.2 Alguns dados em torno da experiência	75
4.2 Entre a teoria e a prática do Letramento	82
5 Considerações Finais.....	90
Referências.....	97
Apêndice A – Questionário aplicado com os alunos	101
Apêndice B – Questionário aplicado com a professora de português	104
Apêndice C – Questionário aplicado com a gestora da escola.....	108
Anexo A – Poesias: Educação do Campo e Práticas Ecológicas; Eu Quero	110
Anexo B – Outras Poesias: Brasil de Caboclo; Descobrindo a História do Município	114
Anexo C – Marcos Legais; Metas E Estratégias.....	116

1 INTRODUÇÃO

Nossa identificação com a pedagogia político-social aplicada na Escola Estadual do Ensino Médio Arnaldo Maroja – situada no grande assentamento da Fazenda Alagamar, esta, por sua vez, no Município de Salgado de São Félix, na Região Agreste da Paraíba – nos despertou uma inquietação, que surge como motivadora da investigação a respeito do Letramento na Escola do Campo.

Há cinco anos, exercendo o cargo de Professor desta Escola, na qual tive a oportunidade de participar da implantação do Ensino Médio, desenvolvendo o estímulo e a necessidade de descoberta da relação entre lecionar e pesquisar. Portanto, a experiência sobre a qual trataremos aqui diz respeito ao nosso cotidiano enquanto na disciplina de Língua Portuguesa e Literatura e, simultaneamente, à realidade da Escola do Campo, com vistas a uma análise da conjuntura teórica e prática a respeito do Letramento na prática pedagógica do professor do Campo.

O estudo deste caso ocorreu de acordo com as atividades observadas e realizadas junto aos alunos da turma do primeiro ano do Ensino Médio, objetivando realizar a coleta dos dados, tomando como base a hipótese lançada no projeto da pesquisa, a qual diz respeito ao que eles adquirem na escola para aproveitarem na situação real da sua vida prática, principalmente, no período após conclusão do Ensino Médio na Escola do e no Campo.

Utilizamos a observação participante em todos os momentos, ou seja, desde que direcionamos a investigação à respectiva turma da escola. Durante todos os encontros nas aulas, nos debates, nas interpretações dos textos, no uso da leitura e da escrita e principalmente na tentativa de procurarmos fazer a leitura de mundo. Assim, e de uma forma mais direta, que foi através do questionamento com os alunos, com a Professora de Língua Portuguesa e até com a Gestora da Escola.

Nossa pesquisa busca responder algumas indagações, ou seja: qual a relação entre, o que se ensina e, as necessidades e condições, de vida do aluno no Ensino Médio desta Escola do Campo? Como podemos aproveitar, no cotidiano da prática pedagógica, as relações socioculturais travadas no lócus da pesquisa como estimuladoras para a leitura de alguns objetos literários que formalizam estas mesmas relações? Até que ponto a escola consegue contribuir com o sucesso da vida dos alunos quando eles terminam o Ensino Médio?

A partir destas indagações, definimos os procedimentos metodológicos empregados, devidamente adequados à realidade camponesa e à pesquisa que se pretendia realizar. De

início, selecionamos uma amostra do universo – a comunidade interna da Escola em que iríamos aplicar as atividades programadas como instrumento de coleta de dados a serem analisados. Assim, poderíamos apreender diretamente os resultados do estudo de caso ou, como estamos chamando, da experiência vivenciada no contexto desta Escola no Grande Alagamar.

De um modo geral, durante toda nossa atuação, temos percebido as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do magistério que atuam nesta Escola, pois, na realidade, ainda vivenciamos um déficit na estrutura escolar em relação às novas propostas da Educação Nacional, que estão em vigência nas Escolas dos grandes centros urbanos ou na própria zona urbana das pequenas cidades.

Todavia, no caso da Escola do Campo, encontramos diferentes obstáculos resultantes da sua estrutura e do seu funcionamento em virtude de descasos ou dívidas da estrutura governamental para com essa população, pois, como sabemos ao longo da história educacional brasileira este processo foi conduzido à revelia e sem o devido cumprimento da legislação.

Os obstáculos começam pelo precário acesso à localidade e se estendem até a falta de infraestrutura, de visibilidade social e inclusão digital. O difícil acesso à informação aliado à falta de perspectiva fez com que a educação, neste contexto, se tornasse a esperança em um futuro melhor, uma vida melhor.

De outro lado, aspectos de identidade cultural e a importância histórica desta região no cenário nacional das lutas pela terra vêm se perdendo, sendo esquecidos pelos moradores – situação que consideramos degradante, pois tais aspectos acabam deixando as classes menos favorecidas cada vez mais distantes dos olhares da sociedade. Por isso, acreditamos que com a identidade cultural e o contexto político-social e histórico do Grande Alagamar sendo fomentado na Escola o processo de Letramento do corpo discente ganhe em qualidade.

Iniciada esta pesquisa, percebemos, após alguns meses e uma reflexão a respeito deste tema, que não bastava apenas pesquisar sobre o Letramento, mas que deveríamos partir realmente da sua realidade de vida dos filhos de camponeses e assentados após uma grande luta que conquistaram a terra, que este fato deveria ser levado em consideração e que podia ser, então, o objeto de estudo na prática pedagógica empregada na pesquisa. Com este redirecionamento, levantamos a seguinte questão de pesquisa: como podemos atingir o letramento, mediante uma Sequência Didática que se volte a aspectos de identidade relativos à história social e cultural do Grande Alagamar, numa Escola Pública que atende ao povo do campo?

Para isso, buscamos investigar o aspecto histórico, social e cultural, usando uma metodologia e ações envolvendo um pouco do sentimento humano, mediante a realidade da comunidade do campo. O enfoque teórico-metodológico pelo qual orientamos a nossa atuação diz respeito ao tipo de cultura vivenciada na relação da prática educativa em busca de letramento, partindo da nossa observação participante, que serviu para apontar os desafios encontrados no exercício do magistério na Educação do Campo.

Como via de ampliação da metodologia de pesquisa, inevitavelmente, usamos as experiências acumuladas ao longo dos cinco anos de trabalho nesta Escola, envolvendo as suas mais diversas atividades, assim como as reuniões com os pais, o planejamento com todos os professores, os encontros com os pais e professores no final de cada bimestre, as diversas situações comemorativas, bem como a realidade diária de dificuldades para se ter acesso a este espaço, desde os meios de transporte (ambulância, caminhonetas, carros locados, caronas de terceiros e motos) chegando ao ponto ou necessidade de se dormir na casa de pais de alunos e caminhar a pé pela manhã por falta de um meio de transporte adequado.

Tudo isso foram elementos que serviram de experiências sobre o funcionamento do Ensino Médio em uma Escola do Campo e, acima de tudo, do difícil acesso nos períodos de seca e, principalmente, nos chuvosos, no turno vespertino e, especialmente, no noturno. Construimos, assim, uma maior aproximação e uma participação mais intensa com a comunidade e com as atividades desenvolvidas pela Escola.

Referente aos Instrumentos de Pesquisa, tomamos como orientação um roteiro a partir de uma perspectiva de base sócio-histórica dos alunos da turma, considerando o diálogo informal com os pais e outras pessoas da comunidade, mas também usamos ainda um questionário sócio-histórico e cultural aplicado com os alunos para obtenção de alguns dados, inclusive um questionário com a Professora e a Gestora, além do estudo de aspectos concernentes à Escola do Campo e aos Movimentos Sociais Populares, por se tratar de um grande assentamento fruto do conflito de terra e que teve repercussão nacional.

Portanto, no primeiro Capítulo, conceituamos a Escola do Campo e no Campo, enfatizando a realidade constituída entre o sonho e a situação da Escola nos dias atuais, procurando evidenciar as categorias constitutivas da investigação mediante as ideias, ainda muito utópicas, e a falta de conhecimento real da situação atual, além de expor algumas partes legislativas, como exemplo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

No segundo Capítulo, então, abordamos o contexto da experiência da pesquisa, ou seja, fizemos uma explanação a respeito da situação sócio-histórica do Grande Alagamar, por

a considerarmos como temática principal da origem desta pesquisa, como forma de situar o leitor sobre esta realidade, elaborando uma dada compreensão da mesma: desde o latifúndio do Sr. Arnaldo Maroja, proprietário dos 13.000 hectares de terra, atravessando as lutas e conflitos nos anos 1970 através da organização dos Movimentos Sociais, até a posse ou distribuição dos lotes aos moradores ou foreiros, momento que marcou a vitória e a mudança total da realidade da Comunidade.

No terceiro Capítulo, fizemos a exposição da Sequencia Didática como ponto principal para construção da pesquisa de campo. Através de todas as atividades que foram desenvolvidas com a turma do primeiro ano do Ensino Médio e apresentação de todos os recursos usados nas atividades das práticas educativas como forma de obter dados do processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco básico o Ensino de leitura e a produção textual, mediante textos poéticos relacionados com a realidade do campo.

Fizemos ainda a relação entre o resultado obtido e afirmações de alguns teóricos, principalmente dando-se maior ênfase aos depoimentos dos alunos após cada interpretação realizada dos textos e de suas respostas nos exercícios aplicados. Fizemos o detalhamento da metodologia das atividades nas aulas que realizamos esta pesquisa, do objetivo da proposta investigada, assim como o mapeamento da análise dos dados conforme os resultados obtidos, assim como foram se evidenciando na respectiva trajetória da pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO NA ESCOLA DO CAMPO

Ao iniciar os caminhos em que desaguarão em nossa proposta de trabalho, torna-se de grande valia fazermos uma análise sobre a Educação do Campo, com vistas a um melhor entendimento a respeito de sua conceituação básica, a partir do pressuposto de que tal área de atuação se circunscreve a um entendimento construído de forma particularizada sobre o território, o qual se define como um espaço político e, fundamentalmente, de ação e de poder. Neste contexto, convém esclarecer o significado do termo Educação. Segundo Libâneo (2001, p. 22-23):

Educação é um conjunto amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais e estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. [...] Educação é instituição social que se ordena no sistema educacional de um país, num determinado momento histórico; é um produto, significando os resultados obtidos da ação educativa conforme propósitos sociais e políticos pretendidos; é processo por consistir de transformações sucessivas tanto no sentido histórico quanto no de desenvolvimento da personalidade.

É em meio a tal processo de desenvolvimento que a Escola do Campo se insere com a responsabilidade de formar cidadãos, tanto quanto qualquer outra escola de outro meio e/ou espaço social, sendo destinada a atingir a formação dos educandos e a desenvolver atividades variadas, grande motivo para focalizarmos a compreensão de como ocorrem as práticas do processo pedagógico na Escola do Campo.

Adotamos um conceito de que o *campo* da Educação do Campo se dá pela compreensão de outro conceito: o de território, tomado como um espaço político ou um campo de ação e de poder onde são realizados diversos tipos de relações sociais. Ou seja, um território não compreendido como um espaço geográfico, mas sim representando o poder das teorias nos devidos processos de transformação da realidade camponesa.

Todavia, na sociedade brasileira, este espaço, tradicionalmente tomado sob um prisma de inferioridade, começa a se modificar com a emergência dos Movimentos Sociais por uma Educação do Campo, registrando debates e discussões em prol de se atingir uma realização plena dos seus processos educacionais.

De acordo com Caldart (2002) e o parágrafo I, do inciso 1, do artigo 1º do Decreto nº 7.352 – que institui a Política Nacional de Educação do Campo e o PRONERA, no campo

estão milhões de brasileiros e brasileiras, da infância até a terceira idade, que lá vivem e trabalham, e que são considerados como população do campo: são pequenos agricultores familiares, os extrativistas, os quilombolas, os povos indígenas, os pescadores, os assentados, os reassentados, os ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria, entre outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Esta população tem uma raiz cultural própria, considerada muito distinta daquela do mundo urbano, pois inclui suas próprias maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente, bem como de organizar a si mesmo, a sua família e a comunidade, além dos valores dos agentes do saber, ou seja, os professores, diretores e os funcionários da escola.

A ideia de Educação do Campo, segundo Molina (2004), nasceu em julho de 1997, momento em que se deu a realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no campus da Universidade de Brasília (UnB), promovido pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com a própria UnB, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Este processo continuou com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, e, depois, com a realização da II Conferência em 2004, momento em que a concepção que estamos perseguindo já se encontrava em uma situação bem diferente, e enfrentando uma nova fase, através dos Movimentos Camponeses, principalmente por intermédio do PRONERA, MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outros.

Dando continuidade a esta caminhada, em se tratando de uma articulação nacional, ela teve início com a preparação da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia/GO, entre os dias 27 a 31 de julho de 1998 – esta ideia da Conferência podemos dizer que surgiu durante o I ENERA, em 1997.

Entre muitos movimentos, no decorrer do tempo, de acordo com as *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo*, publicadas no Caderno de Subsídios do Ministério da Educação e Cultura (2004), podemos citar, para uma melhor compreensão. O Seminário Nacional do Campo realizado no ano de 2002, entre os dias 26 a 29 de novembro, no Centro Comunitário Athos Bulcão, no *campus* da UnB. Com um total de 372 participantes, de 25 Estados e representantes de várias organizações sociais. Houve também, neste mesmo

evento, a participação de representantes de algumas Universidades do país, de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, além de outros Órgãos Públicos Federais.

A partir deste Seminário, podemos afirmar que muitas outras Conferências, Seminários, estudos e avaliações foram realizados, como decorrência da aprovação, por unanimidade, pelos participantes, do texto *Por Uma Educação do Campo: Declaração 2002*, que traçava uma identidade em construção, e que fora repassado às mãos do governo na época.

O objetivo maior de tratarmos sobre este tema, ou seja, para dar continuidade aos debates e estudos, aproveitando-nos das experiências e fazendo novas descobertas, é querermos abordar e conceber o campo como um espaço de vida e resistência onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra para garantir que sejam respeitados com todas suas diferenças, quanto ao tipo de relação com a natureza e seu trabalho, sua própria cultura e suas relações sociais.

A educação do campo tem, assim, como objetivo principal, procurar integrar, no âmbito educacional, o campo e sua gente, seus modos de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, além de sua organização política e de suas identidades culturais, que envolvem, por exemplo, suas festas e seus conflitos.

A partir destes pressupostos, percebemos que, nos últimos anos, em um espaço de tempo considerado muito curto, há avanços em relação à construção política e ao desenvolvimento de diversos procedimentos de elaboração teórica e metodológica, por diferentes sujeitos, que vivem e trabalham no Campo, dando-se a compreensão do mesmo como um espaço de desenvolvimento territorial do trabalho familiar na agricultura e como essencial para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores que vivem neste espaço.

Este território consiste de um espaço, do qual se tira o sustento de vida, e para o qual se demandam conhecimentos construídos nas experiências do seu cotidiano, pois ter este território implica em um modo de pensar esta realidade para poder garantir a identidade territorial, a sua autonomia e organização política – na sua comunidade, no seu município, no seu estado, e, mais amplamente, do seu país e do mundo. Afinal, pensar o seu território, depende da educação enquanto parte essencial para a realização desse processo de mudança, partir de sua própria realidade, sendo este o principal objeto do projeto da educação do campo.

Atualmente, já podemos contar com diversas pedagogias que se destinam a destacar determinados impactos socioterritoriais em relação a alguns projetos que buscam o

desenvolvimento do sujeito do Campo e que destacam o trabalho familiar como um tipo essencial para a melhoria de vida dos trabalhadores.

Esta visão fomenta uma reflexão no sentido de contribuir para a desconstrução da relação hierárquica que sempre houve nos embates entre o Campo e a Cidade, principalmente em torno das características típicas do homem do Campo, existindo uma preocupação especial em relação ao resgate do conceito de camponês: um conceito histórico e político, com significado genérico e que chega a representar uma diversidade de sujeitos.

A atual Educação do Campo trata o campo como um espaço de vida digna e a ela compete contribuir para transformar o território. Romper, assim, com a alienação histórica do território da Educação Rural, fortalecendo sua identidade e sua autonomia, garantindo oportunidade de educação, desenvolvimento social, cultural, de saúde, infraestrutura de transportes, lazer e zelo pelo meio ambiente.

Portanto, para um melhor entendimento sobre o campo, ao qual nos referimos, torna-se necessário um maior esclarecimento sobre o tipo de agricultura cultivada neste campo, em que está situada a Escola e as considerações das legislações que ora se destinam a reger o seu funcionamento legal e as Políticas Públicas do Governo, que estabelecem metas e prioridades.

Este esclarecimento se torna necessário uma vez que no campo brasileiro existem dois modelos de desenvolvimento e de agricultura que se contrapõem: a agricultura familiar (campôneses) e o agronegócio.

De acordo com a professora Nazareth Wanderley (1996, p.21), “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, portanto, a sua utilização se dá através do significado e abrangência que a ela tem sido atribuída nos últimos 15 anos”, interpretada como um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Ou seja, é aquela em que a família, ao mesmo tempo é a proprietária dos meios de produção e assume também o trabalho no seu estabelecimento produtivo.

O fato é que se trata de uma estrutura produtiva totalmente associada ao tripé família-produção-trabalho e que tem consequências consideradas fundamentais para a forma como ela atua no aspecto econômico e social.

No Brasil, a agricultura familiar foi assim definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art.3 - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais.

- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De outro lado, vale salientar que o agronegócio, conforme explica Molina (2004, p. 69-70), “é um vocábulo que representa um tipo de desenvolvimento econômico da agropecuária sob o regime capitalista”. E entendemos que este modelo não é novo, pois, desde sua origem, na colonização, consiste no processo de grandes propriedades que desenvolveram uma produção com destino à exportação, intensificando a exploração da terra e, principalmente, do homem.

Devemos entender que a agricultura camponesa não é adepta do produtivismo e, assim, o agronegócio procura cooptar a agricultura camponesa para defender seu modelo de desenvolvimento. E é realmente neste Campo da agricultura camponesa que está inserida a verdadeira Escola do Campo.

Entende-se, ainda, que este regime de produção, bem como as condições materiais de sua existência no meio rural, têm um destaque de grande importância na formação e definição dos efeitos considerados nos decretos, na legislação específica, descartando totalmente a população sob outro tipo de regime disciplinar em relação à produção agrícola, no caso, do regime patronal, constituído pelos grandes fazendeiros.

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, pois foi criada pelos sujeitos que a executam, sendo, assim, a concepção de campo e educação que deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem na terra, oposto da agricultura capitalista ou do agronegócio.

Assim, a Educação do Campo, definida em seus dispositivos legais e que se encontra dentro de certos padrões característicos, se destina a atender ao povo que vive e trabalha na agricultura familiar, portanto, trata-se de uma clientela específica e, antes de tudo, cidadãos que têm o direito de receber os benefícios a eles destinados.

2.1 ESCOLA DO CAMPO: ENTRE O SONHO E A REALIDADE

Para fazer uma maior explanação a respeito da Escola do Campo, convém relacionar a legislação brasileira e a nossa atual realidade, principalmente pelo fato de dispormos de muitas pesquisas, livros e trabalhos científicos publicados, assim como a coleção *Por uma*

educação do campo (2004), na qual encontramos diversos textos que tratam sobre as contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo, tendo como organizadoras Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Azevedo de Jesus; e o livro titulado *Por uma Educação do Campo* (2011) de Arroyo, Caldart e Molina, no qual se abordam os Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Além do mais, como fontes bibliográficas relevantes para este trabalho, destacam-se os dois volumes de Emília de Rodat Fernandes Moreira, *Por um pedaço de chão* (1997), coletânea a respeito de todos os assentamentos do Estado da Paraíba. No volume 2, desta mesma obra, encontramos um referencial de dados sobre o conflito das fazendas reunidas de Alagamar, no Agreste paraibano – ou seja, sobre a Fazenda Maria de Melo, Campos, Piacas, Riacho dos Currais e da Fazenda Alagamar, nas proximidades dos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, ambos no Estado da Paraíba –, que são essenciais para a compreensão do chão histórico do nosso campo de pesquisa.

Também, por exemplo, podemos citar as diversas pedagogias de Paulo Freire, especificamente, a *Pedagogia do Oprimido* (2005), que se encaixam muito bem à situação dos homens do campo, camponeses, explicitando dados da relação entre opressor e oprimido. Perfazendo, assim, um grande conjunto de literaturas, que explicam e regulamentam o seu funcionamento, assim como Resoluções, Pareceres, Leis, Decretos e complementos por parte do próprio Conselho Nacional de Educação e do MEC.

A despeito de tudo isso, percebemos que há uma grande preocupação por parte dos educadores que trabalham no campo com a permanência do aluno na escola. Na tentativa de evitar a evasão escolar devido, principalmente, às condições do trabalho agrícola ou ao desinteresse gerado pela falta de expectativa de futuro profissional no campo, o que se junta a uma necessidade de se estimular os alunos através de meios e recursos didáticos básicos, de acordo com a realidade da escola e da comunidade.

De outro lado, pelo menos em relação à legislação vigente, atualmente contamos com uma cobertura que, se assim fosse à prática, já garantiria, pelo menos, uma situação regular entre a educação do urbano e do campo. Um dos fatores que encontramos em grande divergência é em relação à contratação de profissionais não habilitados, ou seja, de pessoas que não dispõem de um curso superior para lecionar no Ensino Fundamental Maior e até mesmo no Ensino Médio.

Fato sempre justificado pela falta de profissionais na comunidade e pelo difícil acesso à Escola, embora não seja assim o que encontramos na nossa atual Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Além da necessidade da adequação do calendário escolar ao

período de chuva, o que ainda não é respeitado e leva os alunos do campo a terem prejuízos em relação aos 200 dias do ano letivo, entre outros. Considerando tal realidade, partiremos a examinar e comentar alguns aspectos da legislação vigente.

Iniciamos, assim, por alguns dispositivos da Constituição Federal, a partir do seu artigo 1, inciso III, que trata da “dignidade da pessoa humana”, incluindo-se, então, a pessoa da cidade e, também, a do campo, sem nenhum preconceito ou divergência de qualidade ou território geográfico. Já no Artigo 205, garante-se educação como “direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p.137).

Assim, apenas diante dos dispositivos citados, além de outros encontráveis na Carta Magna, se fizermos uma relação direta com a realidade da Educação do Campo, o que podemos realmente afirmar é a grande dicotomia existente, que marcaria uma distância entre o sonho e a realidade. Principalmente no que se refere à erradicação da pobreza e à situação do povo que reside e depende das atividades do campo.

Além disso, há a questão do preconceito, pois, apesar de toda inovação, o camponês se mantém em um espaço lacunar entre a legislação e a prática, o que acaba se revelando nos programas das políticas públicas, marcadas por certa esfera de preconceito.

Dizemos isso mediante o descaso que o próprio sistema governamental sempre apresenta, levando-se em consideração as dificuldades encontradas no campo, por exemplo, em relação à oferta de cursos superiores na modalidade à distância. Como o professor do campo pode fazer ou aproveitar esta oportunidade de fazer cursos de formação se, na comunidade, não há nem sinal do sistema de telefonia, imagine de *internet*? Assim, como já citamos sobre a presença de professores leigos na Escola do Campo, diante da dificuldade de capacitar e habilitar os professores que atuam nestas localidades sabemos não é oferecido nada de estímulo financeiro no Plano de Cargos e Carreira do Magistério para o mesmo intento.

É como se o povo do campo não entendesse do assunto, não reivindicasse seu direito e que qualquer pessoa, sem habilitação, pudesse ocupar o cargo, correndo o risco do prejuízo de formação para o exercício crítico na sociedade, pois “o professor que não leve a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe” (FREIRE, 1996, p. 96).

Falar sobre educação como direito de todos e dever do Estado e da família ainda significa a maior contradição quando nos referimos à verdadeira situação da escola do campo,

mediante as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que fazem esta educação, e em relação às próprias famílias, como complemento da educação, quando, na realidade, a grande maioria não teve acesso, no passado, à instrução escolar e, atualmente, seus filhos praticamente dependem, exclusivamente, do trabalho que é realizado pela escola do campo em termos de formação.

Mesmo contando com certo nível de avanço em relação à qualificação dos professores que estão começando a chegar às Escolas Públicas do Campo: são profissionais habilitados através dos concursos públicos, municipais e estaduais, mediante as exigências do plano decenal e da atual LDB, ainda assim encontramos muitas distorções, levando-se em consideração a legislação vigente e os presentes acordos e conchavos políticos.

Veja-se que a situação dos professores, no que tange ao plano de cargos e carreira, além do piso nacional, tudo isso, nos dias atuais, ainda é objeto de luta, fazendo com que se organizem movimentos, paradas das atividades para reivindicar direitos, apesar de estarem tão bem definidos na legislação. É o que ocorre, também, em relação ao ingresso dos profissionais da educação através de concurso público, o que ainda não é totalmente respeitado pelos governantes, os quais passam por cima da Lei, e, usando a instituição pública, como meio de fazer política partidária, deixam, assim, muitos profissionais habilitados de fora e os substituem por pessoas não qualificadas, através de contratos por conveniência do poder político vigente.

Mesmo que a LDB, ao se referir à qualificação dos professores para atuar em toda Educação Básica, deixe bastante claro que este profissional terá que ter nível superior em um curso de Licenciatura Plena, independentemente de ser na cidade ou no campo.

Situações assim são motivadas em sua maioria, em consequência de algumas dificuldades apresentadas, tais como: o difícil acesso à escola de professores qualificados; da falta de pessoal qualificado no próprio campo; da precariedade das instalações físicas dos prédios das escolas; insuficiência ou, até mesmo, ausência de transporte via escola e/ou as estradas de rodagens que ligam as cidades mais próximas; da organização curricular descontextualizada do cotidiano da comunidade camponesa; da distribuição geográfica das escolas com educação básica completa; da inexistência de formação continuada adequada ao docente no campo; da falta de livros didáticos e, bem como, bibliotecas com acervos atualizados, dentre outros. Assim, a situação do povo do campo, realmente, é delicada e com muitos sacrifícios para efetivação concreta da nossa legislação.

Diante de todas essas questões, percebe-se que, ao longo dos anos, não houve uma grande preocupação por parte do poder público para implantação de um sistema educacional

que viesse a atender as principais necessidades da população do campo, ressaltando-se que esta não foi à única área em que houve negligência por parte do Estado para com a educação, embora acreditassem ser ainda a mais atingida, pelo fato do campo ainda não ser considerado como um espaço prioritário para ações planejadas e institucionalizadas do Estado.

Vale salientar que os problemas inseridos atualmente no processo educacional escolar não são restritamente específicos do meio rural, ou seja, do campo, porém, é inegável, para quem conhece a realidade campestre, que no campo eles são profundamente mais graves. Principalmente pelo fato da maioria dos profissionais não considerar a realidade socioambiental e cultural na qual a escola se encontra funcionando durante o processo educacional.

Levando em consideração as disposições do Decreto nº. 7.352, de 04 de novembro de 2010, sobre as políticas de educação do campo e o PRONERA, vale destacar alguns conceitos considerados essenciais para um melhor entendimento a respeito do respectivo assunto, pois o Artigo 1, do Decreto afirma que “a política de educação do campo destina-se à ampliação da oferta de educação básica e superior às populações do campo”.

Diante do exposto, e considerando a realidade atual da escola do campo, nota-se que o sistema político brasileiro, na maioria das vezes, destratou ou ignorou a população do campo, apenas atuando através de pequenos projetos não condizentes com as reais necessidades desta população e sem nenhuma oportunidade de conclusão que chegasse à promoção do exercício da cidadania, assim como uma educação de qualidade e que atendesse aos seus objetivos socioculturais mais amplos.

Na LDB, por exemplo, se propõem medidas que procuram fazer determinadas adequações da escola à vida do povo do campo, despertando a necessidade de se ganhar, para este setor da educação, certo respaldo e espaço nas políticas públicas, contemplando um maior envolvimento na legislação específica da educação do campo, e garantindo a esta população uma adequação à sua realidade conforme a afirmação abaixo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às suas reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar e as fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

III – adequação à naturalizado trabalho da zona rural (LDB, 1996, p. 3).

Convém lembrar que, de acordo com o Decreto n.º. 7.352, contamos com alguns conceitos de grande importância para um melhor entendimento a respeito do assunto tratado, visto estabelecer que:

II – A escola do campo é aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo.

Assim, serão consideradas do campo as turmas vinculadas às escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições de escolas do campo. Por este raciocínio, as escolas do campo deverão elaborar seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o que não vem acontecendo atualmente, pois muitas vezes nem mesmo a própria escola da cidade não consegue ainda elaborá-lo por uma série de dificuldades e deficiências, seja por parte dos profissionais ou da gestão. Este PPP é de extrema necessidade para que possa auxiliar na orientação das atividades e dos objetivos almejados pela comunidade escolar, conforme se vê a seguir no artigo 12 da LDB, ao afirmar que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal, e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (LDB, 1996, p. 7).

Em continuidade o Artigo 13 da LDB afirma que:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (1996, p. 14).

A citação destes dois artigos da LDB, aparentemente, pode até parecer desnecessária a este trabalho, no entanto, em se tratando da relação entre o sonho e a realidade da escola do

campo, eles tomam uma dimensão de complemento, tanto para uma explicação quanto para uma justificativa. Assim, deve-se levar em consideração o texto presente na Lei, e que este deve ser cumprido irrevogavelmente pelos profissionais da educação do campo.

É justamente diante destes dispositivos que se dá o enraizamento do sonho da escola do campo – mediante o próprio sistema cultural da comunidade e das condições de funcionamento –, e com maior destaque para a habilitação dos profissionais que se encontram em exercício, ou seja, pelos professores desqualificados, mal pagos e desestimulados, sem compromisso com a aprendizagem dos alunos – marcas da realidade.

O professor é componente da centralidade do ato pedagógico, por isso há de criar vínculo com o aluno, no conteúdo da disciplina que ministra, colaborando com as atividades de articulação na comunidade escolar. Caso contrário, nada mudará na formação do educando e a escola continuará trabalhando através de eventos e programações episódicas e descontextualizadas da sua realidade. Para uma maior eficácia em relação às atribuições docentes no processo de ensino na escola, convém lembrar a afirmação de Libâneo ao argumentar que:

O exercício do magistério se caracteriza pela atividade de ensino das matérias escolares. Nele se combinam objetivos, conteúdos, métodos e formas de organização do ensino, tendo em vista a assimilação ativa, por parte dos alunos, de conhecimentos, habilidades e hábitos e o desenvolvimento de suas capacidades cognoscitivas [...]. Há, portanto, uma relação recíproca e necessária entre a atividade do professor (ensino) e a atividade de estudo dos alunos (aprendizagem). A unidade ensino-aprendizagem se concretiza na interligação de dois momentos indissociáveis – transmissão/assimilação ativa de conhecimentos e habilidades, dentro de condições específicas de cada situação didática. As relações entre professor, aluno e matéria não são estáticas, mas dinâmicas; por isso, falamos da atividade de ensino como um processo coordenado de ações docentes (2001, p. 77).

Entendemos que as capacidades cognoscitivas são o conjunto das energias mentais disponíveis nos indivíduos, ativadas e desenvolvidas no processo de ensino, em estreita relação com os conhecimentos. Do complexo de capacidades cognoscitivas podemos destacar: a exercitação dos sentidos, a observação, a percepção, a compreensão, a generalização, o raciocínio, a memória, a linguagem, a motivação e a vontade. E é neste grande conjunto de energias que se torna necessário o conhecimento teórico e prático do docente para o exercício do magistério para que haja um bom resultado na aprendizagem do processo escolar.

No artigo 12 do Decreto 7.352/2010 encontramos os objetivos do PRONERA que nos deixam bastantes inquietos quanto à articulação entre a legislação e a realidade. Afinal, diante dos dispositivos do Decreto se instaura uma relevância de se debater e discutir no meio acadêmico, com veemência, a Educação do Campo, pautados sobre uma realidade que ainda

não existe, mas que, com certeza, é sonhada. Trata-se, sempre, de uma situação bem diferente da que nós encontramos em uma escola do campo, assim, como veremos adiante, no nosso caso, em uma escola do campo da rede estadual da Paraíba, em que foi realizada a pesquisa. Afinal, neste mesmo Artigo do Decreto, são colocados como objetivos do PRONERA os seguintes:

- I – oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do plano nacional de reforma agrária – PRONERA, em todos os níveis de ensino.
- II – melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA, e
- III – proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PRONERA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos (Decreto 7.352/2010, p. 2).

Diante destes dispositivos acreditamos que a real intenção do Estado brasileiro é, realmente, direcionar o sistema educacional através da escola formal, levando em consideração o dispositivo da LDB, quando afirma, em seu artigo 1, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 1996. p. 8).

Neste sentido, a educação escolar se nutre de esperança na educação informal, como forma complementar da formação que se daria na escola formal, através do aprendizado motivado pelas práticas sociais que se tenha oportunidade de participar, em particular, e destacadamente, em nosso caso, através dos movimentos sociais que levantam questões muito relevantes enquanto experiência para os alunos da escola do campo nos assentamentos rurais. Assim, torna-se óbvia a grande necessidade de enfatizarmos o relacionamento dos princípios da educação do campo citados no artigo 2 do mesmo Decreto:

- I - respeito à diversidade do compõem seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia.
- II – incentivo à formulação de projetos políticos pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.
- III – desenvolvimento de políticas de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida do campo.
- IV – valorização da identidade do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
- V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (Decreto 7.352/2010, p. 3).

Em linhas gerais, a partir dos princípios citados, podemos constatar a necessidade do funcionamento da escola do campo com uma estrutura profissional totalmente qualificada, com o intuito de poder atender e realizar a concretização do seu trabalho pedagógico. Sabiamente, observa-se a exigência destes respectivos profissionais, professores e técnicos da educação para que juntos possam montar o devido PPP para atender à clientela do campo, de modo a obter um resultado satisfatório, de acordo com a legislação e as práticas sociais que a escola possa colaborar.

Incentivando os profissionais da escola e os fazendo-os praticar atividades de modo a vivenciar esta realidade de maneira criativa na sua formação e para o exercício pleno da cidadania dos educandos, além do preparo para qualificação profissional no campo e suas possíveis necessidades de lutas em eventuais movimentos sociais.

É comum a escola do campo seguir as diretrizes de acordo com a devida rede educacional a que esteja vinculada, ou seja, municipal ou estadual, obedecendo as orientações administrativas e pedagógicas instauradas de um modo geral pelo sistema educacional responsável pela escola, através das portarias que são baixadas com o objetivo pleno de instruir as ações operacionais para o funcionamento do respectivo ano letivo, atingindo assim as escolas dos setores urbanos e rurais.

Estas diretrizes chegam a estruturar desde as ações administrativas às ações pedagógicas, sem nenhuma diferença ou prioridade, como a definição do próprio calendário escolar a ser cumprido, a forma do planejamento didático, a organização das turmas do ensino fundamental e médio, nos turnos diurnos e noturnos, e até as modalidades do ensino normal, regular, e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Podemos incluir também os processos avaliativos da aprendizagem e os estudos de recuperação dos alunos.

Sob o ponto de vista camponês podemos dizer que este paradigma, praticamente, nasceu mediante a organização de tantas lutas pela terra e pela reforma agrária, deixando às claras a necessidade de se ter materiais didáticos que tratem sobre o assunto, possibilitando uma maior divulgação e discussão sobre o desenvolvimento da educação do campo.

Portanto, a educação do campo jamais poderia se contentar apenas com o espaço dos assentamentos rurais se faz necessária uma maior espacialização, de modo a envolver as comunidades da agricultura camponesa para criar políticas para os diferentes sujeitos, que vivem e trabalham no campo, e compreender este espaço como um ambiente para o devido desenvolvimento territorial do trabalho realizado na agricultura sob o regime familiar.

2.2 ANALISANDO A IDEIA DA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Podemos fazer uma rápida diferenciação entre a educação rural e a educação do campo, tendo em vista que a primeira sempre esteve associada a uma educação precária, com pouca qualidade e com poucos recursos. É sabido que o movimento “Por uma Educação do Campo” recusa totalmente essa visão, concebendo o campo como um espaço específico, com uma visão que aponta para uma nova vida e para práticas de resistência, pelas quais os camponeses lutam pelo acesso e permanência na terra, diante do respeito às diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, com a sua cultura e suas relações sociais. Ou seja, enquanto que a “Educação do Campo” refere-se a um paradigma construído por seus próprios sujeitos, a educação rural apenas é um resultado de um processo criado para a população do campo, totalmente desvinculado de suas especificidades.

Para um melhor entendimento quanto à diferença conceitual entre educação rural e educação do campo, torna-se preciso recorrer a alguns ideais construídos dentro do próprio conhecimento acadêmico, conforme afirma Calazans (1993, p. 26):

A prova mais eloquente do fracasso da escola rural tradicional era a “existência da formidável massa de analfabetos” na roça. A rigor - não houve até agora educação rural no Brasil. Temos milhares de escolas que de rurais só têm tabuletas na porta. Mas de resultados práticos, tangíveis, mesmo depois de doze anos de propaganda e campanha ruralistas, salvo raras e honrosas exceções, nada colhemos de significativo. E que ninguém inventa técnicos a golpes de decreto.

A partir desta visão de Calazans, fica bastante óbvio, quanto à maior divergência entre a realidade de ambos os termos em relação à Educação, ou seja, a situação do tipo de agricultura, familiar ou industrial, e da relação de trabalho, como caracterizadoras do tipo de educação que pode ser desenvolvida neste meio.

Segundo Pinheiro (2007, p.7), “a expressão *rural* foi empregada na Era Vargas para delimitar o espaço urbano e definir as políticas públicas de ação para estes espaços geográficos já compreendidos como diferentes”, mas, no entanto, as práticas educativas empregadas, para ambas as situações, se constituíam mediante um único paradigma, que era o urbano, pois o espaço rural era sempre tomado como um lócus de tranquilidade, lazer, turismo, servindo de refúgio ou descanso.

Em contraposição a este modo de entendimento, surge, assim, a nomenclatura Educação do Campo e, não mais, Educação Rural ou educação para o meio rural. Essa postura se direciona para um pensar a educação como processo de construção de um projeto dos

trabalhadores do campo, considerado do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações.

Podemos ainda afirmar que as experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais dos camponeses por meio do PRONERA deram uma maior dimensão para a ideia e o respectivo conceito, a partir de uma ampla participação do MST e da CONTAG no período de 1997 a 2004, com uma espacialização da educação do campo através de diversos movimentos e organizações, assim como o movimento dos pequenos agricultores (MPA), Movimento dos atingidos por barragens (MAB) e o Movimento das mulheres camponesas (MMC).

De acordo com a concepção de Pinheiro (2007, p. 2) a respeito da Educação do Campo, podemos considerar que ela “tem se constituído como um instrumento relevante na sociedade brasileira”. E, às vezes, tem sido definida por concepções de educação que, no processo histórico, tem enviesado para caminhos de natureza cartesiana, produtivista, pragmática, crítica reprodutivista, ou simplesmente crítica.

Afirma ainda Pinheiro (2007) que, em relação à educação do campo, é pertinente ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista não tem favorecido satisfatoriamente o combate ao analfabetismo ou ainda para elevar a cultura dos sujeitos do campo ou ainda seu padrão de vida.

Há diversas insatisfações, ocasionadas pelo acesso tardio à escola, que, na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, é oferecida em más condições, devido à precariedade de investimentos das políticas públicas. Isso representa uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo. É nesta perspectiva que Arroyo afirma que:

Parece-me que é urgente, pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessas dívidas histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demandas pesquisas. Pesquisar uma dívida histórica. (ARROYO, 2006, p.104).

Esta é uma grande verdade da realidade atual da escola do campo, que apesar de oferecer as modalidades da Educação Básica, Fundamental e o Médio pela Rede Estadual, no entanto, percebe-se claramente não haver certo crescimento na aprendizagem e na evolução por parte dos alunos, ou seja, no seu modo de ver, sentir, refletir e agir, para que, assim, possam se desenvolver ao ponto de adquirir o preparo básico para se tornarem cidadãos críticos e conscientes do exercício pleno da sua cidadania, por desconhecerem sua própria

situação em relação ao regime político e às dívidas que os governantes têm com toda a população do campo.

Em relação ao que é oferecido, disponibilizado ou distribuído em alguns outros setores da sociedade brasileira, os mesmos recebem, um tratamento desigual por parte dos gestores, como se o pouco que está sendo oferecido significasse o máximo, pelo fato de ser destinado para o povo do campo, confirmando assim um total preconceito em relação a este povo, devido a sua condição de viver e sobreviver ou trabalhar distante da área urbana.

Precisamente, temos que considerar a escola do campo como qualquer outra, que detém suas responsabilidades em relação à vida e à evolução dos seus alunos. Assim, uma política de educação do campo precisa conceber que a cidade não é superior ao campo, e, a partir dessa compreensão, impõem-se novas relações baseadas na solidariedade entre campo e cidade, seja nas formas de poder, de gestão das políticas públicas, de produção econômica e de conhecimento.

No que se refere ao exercício da profissão de professor, em qualquer que seja a modalidade e setor, sempre há uma série de dificuldades inerentes à própria atividade devido à complexidade da profissão, seja quanto à sua real execução, seja em torno da quantidade de conhecimentos que se tornam necessários para que possamos, enquanto professores, no nosso dia-a-dia, dar-nos conta das eventuais ocorrências e questionamentos que nos podem surgir na nossa relação com o aluno em sala de aula.

Ao tratarmos da escola do campo com as suas respectivas particularidades, com certeza, necessitamos ter alguns conhecimentos específicos, os quais podem considerar como desafios que, segundo Molina (2002), são os que discutiremos a seguir.

A principal tarefa que os educadores têm a cumprir é suprir a necessidade permanente de se capacitar, de estudar sempre e muito, principalmente, utilizar os materiais elaborados pela articulação nacional a respeito da própria educação do campo, além das diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, priorizando o tempo do estudo e reflexão.

Associado a esta primeira tarefa, temos outro desafio, afinal, não basta apenas aumentar os conhecimentos, é preciso o desafio de transformar o conhecimento em ação, vivenciando os valores, os conteúdos, as reflexões, procurando colocá-las na prática docente para contribuir com o processo de organização do povo que vive no campo, de modo a conhecer melhor as experiências dos diversos movimentos sociais, envolvendo-os em ações educativas no meio rural.

É interessante que a comunidade escolar possa encontrar um espaço consolidado para favorecer o permanente debate sobre a realidade do campo, com vistas a contribuir para a desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação de hierarquia que persiste entre o campo e a cidade, de modo que se construa uma nova visão e um novo modelo de desenvolvimento, fortalecendo a identidade e a autonomia das populações envolvidas, conforme descrito no caderno de Subsídio do MEC:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes. Na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2005, p. 9).

Portanto, se deve enraizar a Educação do Campo com a perspectiva transdisciplinar que ela, necessariamente, abarca, exigindo dos educadores a capacidade para contribuir para sua institucionalização principalmente nos sistemas públicos de educação. Assim, é de fundamental importância a ampliação da prática pedagógica nas ações educativas, principalmente as que se desenvolvem nos aspectos pedagógicos formativos dos alunos como cidadãos. Afinal, a educação do campo vai além dos limites físicos da escola, pois os sujeitos precisam de um acréscimo de autoestima para vencer na vida e enfrentar os obstáculos na sociedade na qual a escola se insere.

De acordo com o pensamento de Caldart (2002) ser educador do povo do Campo exige também uma identidade que não é dada apenas pela geografia, de nossa origem ou de nossa prática, mais muito mais pela gente, pelos sujeitos com quem trabalhamos. Ser um educador do campo é, antes de tudo, ser um educador do povo brasileiro que vive no campo, em suas diferentes identidades. Assim, ser educador do campo é:

1. Reconhecer a existência do campo, ver sua realidade histórica, ver seus sujeitos.
2. Ver a educação como ação para o desenvolvimento humano e a formação de sujeitos.
3. Compreender e trabalhar as grandes matrizes da formação dos sujeitos do campo.
4. Participar das lutas sociais do povo brasileiro do campo
5. Lutar por políticas públicas que afirmem o direito do povo do campo à educação.
6. Provocar o debate sobre educação entre os diversos sujeitos do campo.
7. Aprender e ajudar no culto da pedagogia do cuidado com a terra.
8. Aprender dos movimentos sociais que formam os novos sujeitos sociais do campo.
9. Ocupar-se da escola do campo como um lugar de formação dos sujeitos do campo.
10. Deixar-se educar pelos sujeitos do campo e pelo processo de sua formação (CALDART, 2002, p.88).

Eis, então, algumas das características formadoras da identidade do educador do campo que podem ser apontadas como essenciais pelo fato do educador ter que procurar fazer parte deste povo, participar de sua memória, da formação de sua humanização, na busca de se identificar com o projeto de vida da localidade. Vivenciar os exemplos dos valores que brotam de suas práticas de resistência, de luta e solidariedade com o espírito de cooperação e compaixão, de sentir com o outro, em variados sentidos. Por fim, participar do movimento da história, sem temer contradições e conflitos. Pois é preciso aprender da sabedoria do povo, é preciso sempre aprender a ser educador, sem jamais deixar de ser educando.

Diante dos desafios apontados e em se tratando de uma experiência em um assentamento que passou por todas as fases do movimento social em prol de sua libertação, convém que o educador possa conhecer toda esta história deste povo. Portanto, no capítulo seguinte, iremos realmente mostrar o contexto da história do Grande Alagamar, enquanto uma reunião de fazendas, desde a situação do latifúndio, passando pelo conflito e vitória, até chegarmos à existência da Escola na qual foi realizada a pesquisa.

Surgiu a necessidade de a Escola do campo inserir temas, questões e história da comunidade em seu Projeto Político Pedagógico, conforme regulamenta o Art. 2º, incisos II e IV, do Decreto nº 5732/2010.

3 O CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA: ALAGAMAR, LUTA E CONQUISTA

3.1 O GRANDE ALAGAMAR: DO LATIFÚNDIO AO ASSENTAMENTO

Para que possamos chegar a falar sobre o atual Alagamar, em pleno século XXI, local onde funciona atualmente a Escola Estadual de Ensino Médio Arnaldo Maroja, se faz necessário, primeiramente, conhecer um pouco a respeito da sua trajetória histórica,¹ desde a época do latifúndio do Sr. Arnaldo Maroja, passando pelos movimentos sociais que lá se desenvolveram até que se consolide e se legitime a posse da terra, acontecimento datado parcialmente em 08 de novembro de 1978, quando o Presidente Ernesto Geisel assinou o Decreto de nº 82.614, que desapropriava apenas 2.000 dos 13.000 hectares de terra de Alagamar.

Dizemos parcialmente, pois, pouco tempo depois, verificou-se que o decreto desapropriatório estava incompleto, portanto, intensificaram-se os protestos e as manifestações populares, as denúncias dos Deputados na Assembleia Legislativa, na Câmara e no Senado Federal. Assim, apenas em 13 de novembro de 1979, foi que o então Presidente João Baptista de Figueiredo assinou o Decreto n. 84.205, que alterava o parágrafo único do Artigo 1 do Decreto nº 82.614, sendo possível desapropriar, primeiramente, a área de Piacas, originalmente conhecida como Sítio Piacas, situada na divisa de Paraíba e Pernambuco, depois o mesmo foi acontecendo com todas as outras áreas.

Por exemplo, a parte da Fazenda Maria de Melo, localizada em Salgado de São Félix, no Sítio Caipora, e que foi adquirida através do INCRA, com recursos da organização ambientalista Pró Terra e da Fundação de Previdência Privada da Terracap (FUNTERRA) através do sistema de Cooperativa dos Agricultores de Alagamar – (COAGRAL) foi legitimada como uma emancipação jurídica. Tudo isso, conforme Emília Moreira (1997, v. 2),

¹ Para recuperarmos esta memória histórica, vamos recorrer a diversas fontes da FETAG-PB; INCRA-PB; *Jornal Correio da Paraíba*, *Jornal O Norte*, *Folha de São Paulo*, Assembleia Legislativa da Paraíba, Diário do Poder Legislativo e o livro de Emília Moreira (1997).

além das informações contidas em um álbum de recortes de jornais da época,² selecionados e arquivados pelo Padre João Maria, atual pároco da cidade de São Miguel de Taipú – PB. Este padre se fez presente durante todo o processo do conflito de terra em Alagamar, junto aos demais religiosos, como Dom José Maria Pires, Dom Elder e outros.

Obtivemos informações sobre o conflito social entre os camponeses e os novos proprietários das respectivas fazendas, através da professora e agente da Pastoral do Centro de Estudos Bíblicos da Paraíba (CEBI – PB), Maria do Socorro Barbosa, por se destacar com seu trabalho colaborativo junto ao povo durante o conflito e que atualmente reside no Município de Itabaiana – PB, e detém um grande conhecimento da causa.

Utilizamos, também, as entrevistas, pré-existentes, realizadas com alguns camponeses que fizeram parte do movimento, como por exemplo, o Sr. José Justino Neto, atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix, Sr. Cícero Tributino residente próximo à Escola da pesquisa, além de alguns poemas de filhos de Alagamar, como o Sr. Severino Izidro, autor do *Hino de Alagamar* (1979), o Sr. Expedito, Sr. Félix Barbosa que também é repentista e o Sr. João Fonseca, que registraram a história de Alagamar através de seus poemas que, algumas delas, ainda serão apresentadas neste trabalho.

São obras que enriquecem o conhecimento a respeito de alguns detalhes sobre a própria História, assim como a exemplo deste, “A luta de Alagamar”, de autoria do Sr. Expedito, escrito em 1980:

Há trinta anos passados
Alagamar se juntou
E a luta começou
Depois que Arnaldo morreu.

Veio fazendeiro malvado
Quis nos pisar de pé
Com a mão de Dom José
Tivemos um bom resultado

E esse foi apelidado
Com o nome de D. Pelé
Nos outros tivemos fé
Daí começou a guerra.

² ALAGAMAR, 1975 – 1983. **FONTES:** Transcrições de entrevistas (realizadas por Cecília Araújo em 2008): por alguns dos camponeses envolvidos com os movimentos de Alagamar: - Sr. José Justino Neto, 58 anos; - Atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix; - Sr. Manoel Justino de Araújo, 61 anos; - Sr. Severino Izidio Fautino; - Sr. Sebastião Cavalcante de Araújo, 55 anos. Jornais: Folha de São Paulo (27-06-1980) (São Paulo/SP); O Norte (27-09-1978, 01-04-1980) (João Pessoa/PB); A União (06-01-1980) - (João Pessoa/PB); Correio da Paraíba.

Pra defender nossa terra
 Homem, menino e mulher
 A Jesus de Nazaré
 Pedimos a permissão

Butamos as foices nas mãos
 E fomos às cercas derrubar
 Estaca de sabiá
 Ficou mole igual sabão

Bem próximo ao mês de São João
 Isso nos anos 80
 Grandes cenas violentas
 Eu vi com nossos irmãos

Como se trata no fragmento acima, com a morte do Sr. Arnaldo Maroja, em 07 de novembro de 1975, a propriedade foi desmembrada e vendida a terceiros, passando à mão de diversos proprietários, o que deu início ao processo de expulsão dos arrendatários para se plantar cana e expandir a atividade pecuária. Isso marcou o início do conflito dos trabalhadores, moradores e arrendatários, contra os novos proprietários, os camponeses alegavam não usufruírem o direito de preferência garantido por lei, pelo fato de morarem e trabalharem por bastante tempo nas Fazendas, proposta esta que foi totalmente apoiada pela Arquidiocese da Paraíba, contando ainda com o grande apoio dos meios de comunicação.

Tais fatos, de ordem histórica, também estão representados nos seguintes versos da *Cantata pra Alagamar* (1979, p. 2), de W. J. Solha, importante obra que, diante dos acontecimentos seus contemporâneos, fez eclodir à voz da luta pela terra para além das fronteiras da Paraíba, infelizmente, hoje, pouco conhecido e/ou divulgada³:

³ Conhecida como “ópera camponesa”, a Cantata foi produzida em parceria com o maestro Alberto Kaplan. Conforme informações da internet < <http://www.blogdotiaolucena.com.br/post.php?id=11285>>: “Nenhum teatro daria pauta para um espetáculo de tão forte conteúdo político, numa época de censura prévia. Dom José Maria Pires deu a ideia: a ‘Cantata pra Alagamar’ seria apresentada nas igrejas. E assim foi feito. No dia 17 de junho de 1979, a ‘Cantata pra Alagamar’ fez sua primeira apresentação na Capela da Igreja de São Francisco, diante de uma plateia de mais de 400 pessoas entre elas D. Helder Câmara (Arcebispo de Olinda e Recife) D. Ivo Lorscheider (Bispo de Santa Maria), D. Marcelo Carvalheira (Bispo Auxiliar da Paraíba) e D. Fragozo (Bispo de Cratús). [...] A Cantata teve repercussão imediata, apesar da censura dos militares.// Os artistas foram levados ao Recife para gravar a obra no Conservatório Pernambucano de Música, modesto, apenas com 4 canais. [...]// “Mas bonito mesmo foi ver a Cantata apresentada em Itabaiana, onde as coisas que ela conta tinham acontecido!”, diz o escritor W. J. Solha. A Polícia da ditadura cercou a bonita Igreja Matriz da Conceição, mas mesmo assim os atores e cantores apresentaram a obra no altar. O povo de Itabaiana aplaudiu de pé. [...]”. Os dados sobre o espetáculo são muitos esparsos: em outro blog < <http://sanhaia.wordpress.com/2011/11/10/a-cantata-pra-alagamar/>>, apenas registra-se: “Para execução do espetáculo, além do grupo de cantores dispostos a enfrentar o desafio, foi necessário arremontar um narrador e um jogral. O ator e diretor teatral Fernando Teixeira foi o escolhido para a narração, enquanto o jogral foi composto por três jovens atores que vinham se destacando nos palcos da cidade: Ubiratam de Assis (“Bira”), Ronald Lira (“Buda”) e João Costa.”

Começa com o Pró-terra
 Financiando o gado e a cana.
 As terras se valorizam,
 A negociata se dana.
 Lavouras são destruídas,
 Famílias pobres varridas,
 A ambição fica insana.

Nem governo, fazendeiros,
 Nem SUDENE, nem usinas,
 Vendedores, compradores,
 Em meio a charutos, piscinas,
 Pensaram nos moradores,
 Nos pobres agricultores,
 Ao descobrir essas minas.

Mas aparece o conflito,
 Pois o Estatuto da Terra
 Do Presidente Castelo
 Tem um artigo que berra,
 O arrendatário terá,
 Na venda que ocorrerá
 A preferência da terra.

Basta apurar o valor,
 Da propriedade em questão.
 Depositá-lo em cartório,
 Por mais que movam ação
 E reafirmem o contrário,
 Ele será o proprietário
 A quem a lei dá razão.

A fazenda chamada de Grande Alagamar fazia parte dos municípios paraibanos de Salgado de São Félix e Itabaiana, no Agreste paraibano, e compreendia as Fazendas Reunidas Santa Cruz – constituídas por sua vez pelas Fazendas Alagamar: Urna; Salomão ou Miguel de Matos e; Piacas – a Fazenda Campos, a Fazenda Várzea Grande, a Fazenda Maria de Melo ou Caipora e a fazenda Riacho dos Currais.

Algumas famílias que moravam nas fazendas de Alagamar, Maria de Melo e Piacas, eram descendentes de moradores que, nessas localidades, viviam há gerações. Predominavam pequenos estabelecimentos agrícolas organizados em regime de agricultura familiar, inseridos numa grande propriedade.

Neste contexto, os moradores ou posseiros tinham direito de posse e uso da terra e eram obrigados, em troca de morarem e trabalharem nelas, a disponibilizarem dias de trabalho gratuitamente ou a preços bem inferiores do praticado pelo mercado para prestação dos mais variados serviços ao proprietário legal. Outra relação de trabalho verificável era a de foreiro ou rendeiro.

Na história da Grande Alagamar, os foreiros eram pequenos produtores rurais que não possuíam terras e nem eram moradores tradicionais de terras de outrem. Conseguiram se

instalar através de um contrato verbal ou escrito, no qual era definida uma quantidade fixa de trabalho, renda, produção, dentre outras questões, para ser dada em troca do acesso à terra por parte dos mesmos.

A morte do antigo dono, o latifundiário Arnaldo Araújo Maroja, em 1975, como anteriormente mencionado, representou uma grande mudança na vida das famílias que residiam em Alagamar. Sua morte ocorreu, coincidentemente, em um período marcado pelo avanço do capital agrícola sobre a região de Itabaiana e Salgado de São Félix, assim como em outras localidades da Paraíba. A união desses fatores desencadeou um longo processo de conflitos, tendo a terra como questão central. Sobre este proprietário, já registrou Emília Moreira (1997, v. 2. P. 799):

Levando em consideração alguns depoimentos prestados por agricultores, no período do conflito de Alagamar à Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, percebe-se que o antigo dono das terras, (Sr. Arnaldo Maroja) nunca demonstrou em retirar da terra mais do que obtinha com o foro. Ele mantinha uma relação amigável com os trabalhadores, dava-lhes assistência nos momentos de doença na família e não questionava a dimensão das áreas arrendadas. Era estimado e respeitado, como confirmam os depoimentos que seguem:

- Ele era um homem muito bom. Foi bom para tudo enquanto viveu. (Depoimento do arrendatário Sr, Manoel Bento Correria, em 08/04/1978).
- O seu Arnaldo fazia agente trabalhar, quando era dezembro mais ou menos, ele punha o gado e quando era em março, mais ou menos, quando começava a chover, ele não atrapalhava não, ele tirava, mas tinha manga de roça. Ele não se importava que a gente cercasse. Ele defendia sempre a gente. (Depoimento do Sr. Severino Izidro, perante a Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa em 08/04/1978. Salgado de São Félix – PB).

Em Alagamar, os conflitos se iniciaram justamente quando os novos donos decidiram expulsar os tradicionais moradores e novos foreiros. Para cumprir tal intento, normalmente era utilizada uma prática também comum em outras localidades – soltar gado na lavoura para que os animais destruíssem as plantações. Mas não era somente através desse dispositivo que se fazia a pressão sobre os camponeses – cercas eram construídas, separando famílias e amigos; capangas andavam armados intimidando a todos e, por vezes, praticando espancamentos; reuniões eram proibidas; a polícia se fazia presente ao local, reprimindo ações de resistência camponesa, argumentando que buscava manter a ordem. Advogados, membros da Igreja Católica, sindicalistas e outros agentes sociais eram impedidos de chegarem até o local para prestar auxílio.

A resistência ocorria de variadas formas: reuniões eram realizadas constantemente, sempre em pequenos grupos; as novas cercas instaladas eram derrubadas; o gado solto na

lavoura era expulso; além de outras ações. É o que podemos atestar, através da reprodução do recorte de reportagem que remete à época em que tais acontecimentos históricos eclodiam:



Figura 1 – Elementos da resistência camponesa.
 Fonte: **Diário da Borborema**, 06 de janeiro de 1980.

Nesta época, praticamente, Alagamar chegou a ficar considerada em estado de sítio⁴, em virtude dos conflitos entre os colonos e os proprietários, por isso os moradores eram proibidos até de conversarem com os sacerdotes. Os religiosos transitavam apenas de acordo com a intervenção da Polícia Militar que se dizia responsável pela segurança e pela guarda das seis porteiras da área. Em cada uma, estavam postos soldados, de forma estratégica e com ordem para pedir documentos das pessoas que por lá passavam.

Em constante estado de alerta, eles dispunham de um fusca e uma caminhoneta, para se deslocarem pelos 12 postos, para maior eficiência do trabalho: manter a proibição de reuniões e a entrada de membros da equipe da Pastoral, originando na área uma onda de mutismo, imposta pela Secretaria de Segurança Pública (SSP).⁵

⁴ É um instrumento que o Chefe de Estado pode utilizar em casos extremos: agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública. Esse instrumento tem por característica a suspensão temporária dos direitos e garantias constitucionais de cada cidadão e a submissão dos Poderes Legislativo e Judiciário ao poder Executivo.

⁵ Vale salientar que muitas destas informações foram obtidas em Moreira (1997) e que as fontes principais destes dados, inclusive para esta obra, é o Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG-PB) entre outros órgãos.

Vale destacar um episódio que aconteceu na antevéspera do Ano Novo de 1980, apesar de ninguém informar nada com precisão, o colono Sr. Manoel Faustino – o Nezinho Zéia –, afirmou ter “recebido Coices dos rifles da polícia” (JORNAL O NORTE, 13 de abril de 1980). Por outro lado, o proprietário afirmava que os empregados da Fazenda Maria de Melo teriam soltado o gado por sua própria conta, opinião que entrou em choque com a do Sr. Cícero Tributino, colono, pois o mesmo havia sido recentemente preso em companhia de uma freira holandesa, o qual hesitava em afirmar que o dono das terras foi quem mandou soltar o gado, ficando assim os colonos com suas lavouras destruídas. Estes fatos também comparecem no poema do Sr. Expedito:

A frota de camburão
da polícia militar
Zezita pra descansar
Sofrendo dor e tristeza,
Com Cícero e Marlene presa
Na cadeia de Pilar.

Veio Dom José prá soltar
Disse Burity nessa noite
E quando foi meia noite
Veio o governo acordar
Ainda quis se negar
Achando fora de hora.

Dom José disse é agora
Quem prendeu vai soltar
Quando chega-se em Pilar
Entrando na madrugada.

A segurança assustada
Vendo o Governo chegar,
Dom José a se aproximar
Um mensageiro divino.
Marlene estava dormindo,
Cícero igual a uma brasa,
Mandou Marlene pra casa
E foi levar Tributino.

Conforme a publicação feita no Jornal O NORTE e registrado na Figura 2:



Figura 2 – Confronto armado em Alagamar.
 Fonte: **Jornal O Norte**, 13 de abril de 1980.

Os camponeses se dirigiram à Capital e conseguiram se reunir com o Governador àquela altura, o senhor Tarcísio Miranda Burity, no Centro de Treinamento de Miramar. Neste encontro, o governador prometeu retirar o gado da fazenda Maria de Melo, apesar do Sr. Valdomiro Ribeiro Coutinho se defender ao afirmar que os colonos plantaram lavouras em área de pasto.

De acordo com as informações encontradas no álbum de recortes, uma ordem de ação indenizatória contra o proprietário da Fazenda, devido os estragos que o gado fez nos roçados dos colonos, tal ação foi através da FETAG-PB, e impetrado no Foro Judicial de Itabaiana. Para um maior esclarecimento sobre estas invasões do gado ou das retiradas pelos trabalhadores junto com os Bispos e a população, utilizamos o registro de Sr. Severino Izidro (1979, p. 16) em seu poema intitulado de “Hino de Alagamar”:

Querem que a gente guerreie
 Pra o exército descer no povo.
 Ou então vêm fazer medo,
 Mas eu daqui não me movo
 Arranquem logo as manivas
 A gente planta de novo.

E assim os três pistoleiros
 Tiraram doze mil plantas,
 E o Antônio Galvão gritou:
 Plantar de novo não adianta,
 Dezembro solto meu gado,
 Faço um estrago danado,
 Brincou, eu corto a garganta.

Vou trazer um caminhão
 De Timbaúba, Pernambuco.
 Cheio de homens armados

Metralhadora, trabuco.
 O governo quer a cana,
 Quem reagir vai em cana,
 Ou morre ou fica maluco.

Sabemos que alguns membros mais progressistas da Igreja Católica se envolveram profundamente nos conflitos, como Dom Helder Câmara, Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Pinto Cavalheira. O prestígio e a força desses personagens contribuíram muito para a vitória da resistência camponesa. Acreditamos que esta interferência se deu por se tratar de um grande número de famílias que, na época, se encontravam em situações de relacionamento muito difícil com os novos proprietários das Fazendas e, bem como, por causa das perseguições por parte da Polícia Militar contra os agricultores. E o que era ainda pior, pelo fato da PM, mostrar-se a favor dos interesses dos Fazendeiros – aqueles que detinham o poder, ao invés de defender os menos favorecidos.

A falta de comprometimento com a demanda, por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, fez surgir uma grande necessidade do apoio para atender as reivindicações por parte dos religiosos através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Assim como muitos dos encaminhamentos, devido a pouca instrução por parte dos camponeses, no entanto, vale salientar que este movimento social funcionou como grande lição de vida para quase todos, principalmente para os mais envolvidos.

No entanto, os próprios religiosos – Bispos, Padres, Freiras e Seminaristas - também foram vítimas de alguns atos violentos por parte da Polícia Militar diante do conflito social. Como exemplo, citamos a prisão da Irmã Marlene Burgers, Irmã Tony, as quais serviam à Arquidiocese da Paraíba, entre tantos outros casos, que se tornou de grande destaque e repercussão nacional.

Acusados de atividades ilegais na região de Alagamar, a freira holandesa, que há mais de 10 anos trabalhava na Arquidiocese da Paraíba, e o trabalhador rural Sr. Cícero Tributino, foram detidos na delegacia de polícia da cidade do Pilar – PB, sendo soltos horas mais tarde, devido à intervenção direta do Governador do Estado e do Arcebispo Dom José Maria Pires, assim como foi mostrado nos poemas de autoria do Sr. Expedito⁶.

⁶ O lavrador fora preso sob a acusação de desrespeitar a ordem da Secretaria de Segurança Pública que proibia reuniões dos camponeses na área de Alagamar. Assim, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese enviou a religiosa para cumprir a missão de prestar-lhes assistência, no entanto, ela acabou sendo presa e recambiada para o Município de Pilar. A religiosa afirmava que o agricultor havia sido espancado pela polícia, destacando que ela não teria sofrido agressão física. Logo após este acontecido, outra Freira foi detida. Desta vez foi a Irmã Tonny Van Han, que era holandesa. Ela foi presa pela Polícia Militar, juntamente com o agente pastoral João Batista Sales. Os dois haviam viajado de João Pessoa para Piasas, outra comunidade de Alagamar, o Sr. Manoel Faustino levou também o seu filho José após se recuperarem, parcialmente, dos

O Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, ao comentar em 06 de janeiro de 1980, para a imprensa, como resposta às prisões efetuadas por policiais da Secretaria de Segurança Pública na grande Alagamar e como forma de denunciar a desumanidade e arbitrariedade contra os camponeses fora ainda publicada, no dia 13 de janeiro de 1980, a entrevista para o *Jornal – O Norte*, afirmava que:

A causa dos agricultores há de vitoriar, porque é causa dos pequenos, dos humildes e de Deus e a ordem dada pela Polícia de dissolver qualquer ajuntamento camponês é uma arbitrariedade, porque eles têm necessidades de se reunir para defender suas posses e suas lavouras. (Dom José Maria Pires em entrevista ao Jornal O Norte)

O arcebispo afirmava que o povo das Fazendas Caipora, Piacas e Maria de Melo, da Grande Alagamar, teriam sido novamente vítima de sucessivas violências dos seus direitos, ao ser impedido, nos dias 11 e 12 de Janeiro de 1980, de receberem a visita de o Bispo Auxiliar da Paraíba, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, de dois advogados, sendo um deles da CONTAG, e de uma médica, conforme nota do Álbum de recortes de *Jornal do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba* (1980). Para ele, a SSP não garantia a segurança dos mais fracos, porque os fortes e os poderosos estavam devidamente seguros com segurança particular.

Assim, o Arcebispo afirmava haver apelado para o Governador Estadual resolver a situação aflitiva de Alagamar e que o Governador fora ao local, juntamente com ele, para verificar se a ordem estava sendo cumprida ou se estavam ocorrendo desmandos. Levando-se em consideração, o grande espírito de luta, e a grande colaboração do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, vale aqui registrar a nota que reafirmou sua posição e da Igreja no caso de Alagamar, publicada no *Jornal Correio da Paraíba* em João Pessoa, 07 de janeiro de 1980, conforme texto a seguir:

A Arquidiocese da Paraíba, face aos últimos acontecimentos em Alagamar, vem através desta nota distribuída com toda Imprensa da Paraíba, e assinada pelo Arcebispo Dom José Maria Pires, manifestar o seguinte:

Posição da Igreja da Paraíba em face de situação em Alagamar:

1. Não queremos nem admitimos a violência. Para nós, conforme as declarações do Santo Padre Paulo VI, a violência não é cristã nem evangélica. (Nunca Matar! Jamais Ferir!).
2. Não aceitamos a passividade, o medo, a acomodação, o isolamento dos pobres e oprimidos. (Estar sempre atento! – Sempre se Unir!).

espancamentos que sofreram na região que culminou com a polícia utilizando bombas de gás lacrimogêneo, contra um acampamento de camponeses. Em decorrência destes acontecimentos, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota, via imprensa, deixando clara a opinião de setores da Igreja Católica no Brasil em relação à adoção da luta não-violenta por parte dos trabalhadores.

3. Respeitamos a objeção de consciência e, por isso, aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz. (Desobediência às ordens de sua excelência quando vêm nos destruir.)
 [...] Reafirmando meu respeito a todas as autoridades constituídas, quero ser apenas o humilde pastor que se coloca à frente de suas ovelhas, quando elas estão sendo maltratadas e correm o risco de serem massacradas ou de caírem na tentação de responderem com violência à violência, situações estas que devem ser evitadas a todo custo.

JOSÉ MARIA PIRES
 Arcebispo da Paraíba

É assim que podemos afirmar que a Igreja desempenhou papel relevante junto aos trabalhadores de Alagamar, principalmente na organização do movimento social dos camponeses. Desde os primeiros momentos, a Arquidiocese da Paraíba sempre esteve à frente na defesa dos direitos do povo de Alagamar, através de seu centro de Defesa dos Direitos Humanos, na pessoa de missionários como João Batista e José Diácono, dos Agentes da Pastoral Rural Leiga, por exemplo, Socorro Barbosa, natural de Itabaiana – PB, Irmã Guia e César, naturais de Salgado de São Félix - PB. A igreja apoiou os trabalhadores, fortalecendo a sua organização, com assistência jurídica e socorro às vítimas da agressão policial.

Depois de tantas lutas travadas e dos conflitos vivenciados, a Fazenda Alagamar foi desapropriada pelo Governo Federal, através do Decreto assinado pelo Presidente Ernesto Geisel. Pouco tempo depois, verificou-se que o Decreto desapropriatório, assinado às vésperas das eleições, não resolveria a situação dos agricultores e de suas famílias, por ter sido excluída do ato grande porção de terra, ou seja, a maioria dos hectares do Grande Alagamar. Este fato inesperado motivou o clima de insatisfação entre as partes e inflamou os ânimos dos camponeses por conta da indefinição do Decreto. Assim, foram tomadas as devidas providências, através dos protestos e manifestações populares, que se sucederam, exigindo a interferência do Governo Estadual nesta demanda.

Em meados de 1979, em virtude de não estar solucionada a questão da desapropriação, o conflito tomou novas proporções e a Igreja continuou a posicionar-se do lado dos trabalhadores, chegando, assim, ao ponto tão esperado, através do Decreto Complementar nº 84.205 de 13 de novembro de 1979, assinado pelo Presidente João Batista de Figueiredo.

A repercussão dos conflitos foi tamanha que até mesmo o ditador militar João Figueiredo esteve no local. Na ocasião da sua visita, encontrou ninguém menos que Luiz Gonzaga, e convidou-o para subir e permanecer na tribuna das autoridades. O Rei do Baião subiu, deu ao ditador seu chapéu de couro, e aproveitando a deixa da sua música intitulada de *Asa Branca* (1947), desceu do palanque por não querer ficar no mesmo; e saiu cantando.

Devido à resistência durante anos, boa parte das famílias conseguiu os títulos da terra, e vivem no local até os dias atuais, assim como registrou o Sr. Exedito, em seus poemas, que dentre eles destacamos o:

Os grupos de cangaceiros
Tudo de fuzil na mão
Ais gritos pelos irmãos,
ouvi uma voz chamando.

Era Carneiro embolando
Com dois soldados no chão.
Pedido por Dom José
Em uma capela plantada,
Onde a polícia fez morada
Hoje mora São José

Um mensageiro divino
Deu a nós proteção,
Onde baixou Gonzagão
Com Figueiredo de lado
Foi muito sacrificado,
o nosso pedaço de chão.

A relação deste movimento com as formas artísticas é bastante ampla. Em muitos momentos dos protestos, os agricultores fizeram a divulgação de sua história através dos cânticos, os quais logo passaram a ser entoados pelas pessoas que se juntavam a eles. O conjunto destes cânticos, de forma associada à efervescente situação de resistência, deu grande inspiração ao projeto artístico e também considerado didático, que, por fim, se constituiu na *Cantata prá Alagamar*, através de mais uma realização do Arcebispo D. José Maria Pires, juntamente com o romancista, teatrólogo e bancário José W. Solha e o pianista, maestro e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), José Alberto Kaplan. Este trabalho, em versos, foi encenado pelo Madrigal Veredas de São Paulo, em uma reunião da CNBB, e posteriormente o mesmo foi apresentado em uma missa celebrada aos agricultores na cidade de Itabaiana – PB.

Por constituir uma formalização estética desse período histórico, além de ser um importante documento da memória cultural em torno deste conflito, este será um dos objetos que serão considerados na sequência didática a ser discutida no próximo Capítulo.

Devemos também salientar a obra de arte de um dos agricultores, Sr. Severino Izidro, pois ele também criou a letra de um poema que é considerado como o *Hino de Alagamar*, muito entoado nas reuniões e no acampamento na praça por todos da comunidade que participavam da luta, e que se transformou, com o tempo, em algo como um Hino Oficial de

Alagamar, passado de geração a geração, e que também será trabalhado na sequência didática da pesquisa deste trabalho.

Diante deste exemplo concreto do Movimento Social dos agricultores no conflito de Alagamar, podemos fazer uma clara relação com as propostas de ação cultural defendidas por Paulo Freire (1984, p.48), em que sua amplitude pode assumir um grande papel ou marcar uma característica considerada utópica e esperançosa, pelo fato de se encontrar a serviço de um ideal, de um objetivo de libertação dos que se dizem ser subalternos ou oprimidos, e que, tudo isto acontece na prática social do movimento em ação com o povo do campo.

3.2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES E A CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA

Em virtude desta pesquisa ter sido realizada em um grande assentamento, cuja história chegou ao conhecimento nacional do país, vale destacar que, atualmente, nesta antiga Fazenda, uma das principais conquistas, além da posse da terra, é a presença de uma Escola que oferta o Ensino Médio, além de mais três da Rede Estadual e uma Municipal as quais ministram o Ensino Fundamental Maior, do sexto ao nono ano, além das que ofertam a Educação Infantil e o Fundamental Menor, do primeiro ao quinto ano. Nesse contexto a escola pode ser definida como:

A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na convivência cotidiana. Interpretar esses processos educativos que acontecem fora de escola, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos. [...] A escola e os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes, os valores, a cultura e a formação acontecem fora da escola (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2011, p.77).

Assim, nada mais valioso do que fazermos uma viagem no tempo, com vistas a recuperar a importância do Movimento Social, ou seja, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que transformou a realidade desta comunidade.

A Fazenda Alagamar é uma região do Município não muito acessível. Inclusive, até nos dias atuais, não existe uma maior relação entre os sujeitos do campo com aqueles da área urbana. Portanto, podemos afirmar que tais movimentos sociais do campo, realçam traços de identidade dos sujeitos em movimento e da educação voltada a eles:

[...] Destacam-se, entre outros: a busca de uma identidade política de movimento e de classe pelo conceito de camponês, como elo entre os diversos sujeitos envolvidos na luta pela terra e no trabalho no campo; a terra como instrumento de vida, de cultura, de produção camponesa, da experiência de vida dos sujeitos do campo; a educação como instrumento intrínseco ao projeto de sociedade e de desenvolvimento que defendem (XAVIER, 2007, p. 176.).

Mas, segundo Miguel G. Arroyo (2004, p. 91), “os Movimentos Sociais vêm fazendo uma longa e tensa caminhada para colocar o campo na agenda pública”. Esta afirmação caracteriza muito bem o caso de Alagamar, pois as lutas se tornaram uma das formas de chamar a atenção dos governantes. Através do grito do povo do campo, esta população fez respeitar os seus direitos, em busca de menos desigualdades em relação ao povo dos setores urbanos. Salientamos que, conforme Arroyo, Caldart e Molina (2011, p.69) em relação ao Movimento Social, eles afirmam que:

A educação Básica e o movimento social do Campo partem de dois fatos:

1. Existe um movimento social do campo. Parece-me que hoje a imprensa, as elites, a sociedade, todos já reconhecem que o campo não está parado, o campo está vivo, há mais vida na terra do que no asfalto da cidade, e este me parece um pouco fundamental. Temos consciência de que hoje onde há mais vida no sentido do movimento social, onde há mais inquietação, é no campo.
2. O fato que gostaria de destacar é que só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico. Procuo estar atento por onde é que neste país está acontecendo à renovação educativa e observo que está acontecendo nos movimentos sociais [...]. Há uma série de experiências inovadoras coladas às raízes populares, ao movimento da renovação, pedagógica, na cidade, nos municípios e também no campo.

Diante do exposto, começamos a fazer a relação do Movimento Social com o avanço do campo, fato este que não se deu por acaso, até porque o acaso não existe, e sim através da luta e de muito suor daqueles que se colocam à disposição da causa coletiva e que foram à busca de seus objetivos. Com o passar do tempo, isso parece ficar sem nenhum registro, ao ponto de esta memória de lutas e de toda esta experiência não chegar mais às novas gerações, pelo menos, no que se refere ao caso do grande conflito de Alagamar.

Vivemos um momento em que os movimentos sociais voltaram a ganhar substância de luta através das grandes demonstrações nos grandes centros do País, renovando assim a grande esperança da força que os mesmos sempre tiveram. É possível, então, fazer uma correlação com o que afirma, por exemplo, Wilson Rodrigues Ataíde Júnior (2004, p. 179):

A questão Agrária e a luta que ela enseja, por parte daqueles que sempre foram excluídos da propriedade da terra do Brasil, não começou agora, em tempos recentes, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) [...], as lutas camponesas sempre existiram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. [...] os povos indígenas resistiram contra essa enorme opressão do colonizador português. A

questão agrária está profundamente imbricada com a luta dos povos e pessoas oprimidas pelo direito à terra. A luta é uma constante desde os primórdios da colonização até os nossos dias.

Percebe-se que os movimentos agrários sempre estiveram presentes na história do povo brasileiro, em meio aos diferentes sistemas governamentais ao longo destes mais de quinhentos anos. Numa relação histórica, podemos dizer que, contemporaneamente, esta relação conflituosa ainda está presente nos contratos de prestação de serviços para professores e funcionários na Escola do Campo.

Por exemplo, paga-se um menor valor a um educador no campo em relação ao urbano, e ainda ocupa-se uma vaga de um professor, não qualificado, que poderia ser qualificado para oferecer uma educação de melhor qualidade para o povo do campo. Porém, o que se vê, é continuidade do regime coronelista, que ainda existe e continua sendo bastante atuante, principalmente nas Escolas do Campo.

Diante destes fatos é que podemos chegar a certa conclusão: que o movimento social, para o povo do campo, tem uma grande importância, chegando ao ponto de ter um caráter educativo. Em virtude dos sujeitos, mesmo sem muita instrução, chegarem a realizar muitos objetivos do interesse coletivo da comunidade, inclusive a sua própria caracterização, através da luta motivada pela desigualdade social encontrada na vida no campo, dos preconceitos e do descaso por parte dos governantes para com os direitos adquiridos ou negados. Portanto, vale salientar o que aborda a professora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista (2007, p. 1), a respeito do assunto:

Os povos oprimidos, os trabalhadores do campo e da cidade têm uma tradição de luta e de resistência às situações de opressão que marcam as relações sociais na formação social brasileira. Os movimentos sociais como ações coletivas que aglutinam sujeitos sociais em torno da luta por objetivos comuns, que formam identidades coletivas unificando as múltiplas identidades individuais, formam um “nós”, ou seja, constroem identidades coletivas que adquirem sentido pelo compartilhamento de interesses comuns. [...] As desigualdades sociais que a estrutura econômica, social e política engendraram ao longo da formação brasileira deixaram um rastro de necessidades e de direitos descobertos, que têm motivado uma ampla gama de ações coletivas, protestos, rebeliões, guerrilhas e movimentos sociais, lutas para atenuar ou mudar radicalmente tal situação. [...] Os espaços de contestação são palcos de lutas onde se forjam novas significações, novas identidades, novos conteúdos e significados aos lugares, criam novos territórios contestados da polis, da rua, da praça, da terra, do campo, onde os sujeitos coletivos exercitam a cidadania, uma cidadania autônoma e não tutelada.

A pesquisa de campo a que, mais amplamente, este trabalho se refere foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja, situada no assentamento da Fazenda Alagamar, entre os Municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, ambos

pertencentes ao Estado da Paraíba, legitimada pelo do Decreto nº 8.424 de 24 de Março de 1980, fazendo assim 33 anos de seu funcionamento na comunidade.

A Escola atualmente conta com turmas do Ensino Fundamental e Médio, totalizando aproximadamente 380 alunos, distribuídos nos dois turnos (manhã e tarde). Salienta-se que a Escola funcionava, até 2012, nos três turnos, porém, nos últimos meses houve uma grande onda de assalto nas estradas de rodagens próximas à escola, por isso o horário de algumas turmas foi alterado.

Por exemplo, o Ensino Médio que funcionava à noite passou para o turno da tarde e algumas turmas do fundamental para o turno da manhã, em prol de tentar evitar a evasão e, bem como, solucionar os problemas com os pais dos alunos por terem perdido a confiança, naquele momento, na segurança dos seus filhos, os quais são alunos, para se deslocarem no turno da noite.

A Escola encontra-se à margem da estrada que liga o Município de Salgado de São Félix - PB ao Município de Timbaúba - PE, e, atualmente, está sob a direção da professora Aldineide Bernardo da Silva, Gestora Escolar que substituiu o Ex-Diretor Prof. Antônio Lucas Ferreira Neto, que afirmou, através do questionário aplicado nesta pesquisa, em 06 de junho de 2013, que a escola trabalha “sob uma metodologia que procura destacar as principais atividades econômicas desenvolvidas no espaço rural, para incentivar o aluno de forma a preservar o meio em que vive e oportunizando vivenciar em sala de aula sua própria realidade do dia-a-dia”.

Esta escola é considerada de difícil acesso, estando a 15 km da cidade de Salgado de São Félix, e atendendo, principalmente, aos alunos que são moradores próximos da escola e das comunidades vizinhas do mesmo assentamento, como: Sítio Pacas, Sítio Maria de Melo, Sítio Souza, Marí e ainda algumas comunidades do Município de Itabaiana – Sítio Urna e Furnas.

A maioria dos Professores é da área urbana, mas, hoje, a gestora é da zona rural – Sítio Boa Vista. Mas, ainda, há grande dificuldade de transporte para se chegar até a escola, principalmente na época de inverno. Embora, perceba-se que os professores e funcionários demonstram ter grande força de vontade e zelo em suas atividades e procuram fazer o melhor para manter o funcionamento da mesma nesta época. Para os próprios alunos também é muito difícil esta situação.



Figura 3 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja.



Figura 4 – Casas de alunos.



Figura 5 – Acesso à Escola



Figura 6 – Transporte escolar dos alunos em 2012



Figuras 7 – Ex- Diretor e funcionários

A Escola poderia trabalhar com maior constância os principais acontecimentos desta grande história de luta e de vida da população do grande Alagamar e comunidades vizinhas, de modo a promover a permanência ativa da memória e experiência de todo o processo vivido e do valor que teve a força de luta por parte dos avôs e de alguns pais dos alunos para este Grito de Independência, que foi dado por conta do grande movimento social e mobilizações

em prol deste objetivo. Mesmo assim, devemos destacar que, ao longo dos anos, os professores procuram trabalhar esta temática em suas práticas pedagógicas, por exemplo, conteúdos trabalhados em algumas Gincanas, palestras na escola com a presença de alguns dos participantes do conflito, uso das poesias de cordel sobre a história da luta de Alagamar do Sr. Expedito, dentre outras.

Na turma do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja, um dos espaços fundamentais para obtenção dos dados para este trabalho, foi aplicado um questionário socioeconômico e cultural (*vide* Anexo A), com o objetivo de fazer uma avaliação e diagnosticar alguns aspectos da Turma.

A primeira parte tratou dos dados pessoais dos alunos; a segunda parte pesquisou a respeito de suas árvores genealógicas, e buscamos verificar a situação socioeconômica dos mesmos. Na terceira parte do questionário, procuramos identificar algo sobre o nível de suas práticas em relação ao processo de leitura e escrita para tentar diagnosticar algumas de suas dificuldades e/ou habilidades.

A turma era constituída de um total de 34 alunos, sendo 14 do sexo masculino e 20 de sexo feminino. Em relação a faixa etária os estudantes estavam distribuídos numa média de 26 alunos com idade entre 14 a 17 anos e 8 alunos com idade entre 18 até 25 anos; todos solteiros, com uma variação étnica, contando com 3 negros, 7 brancos, 18 pardos e 6 mulatos. Neste total de 34 alunos, 28 são filhos de agricultores, ou seja, a maioria da turma, havendo apenas 1 filho de professor, 1 de auxiliar de enfermagem, 1 de pescador, 2 de motorista e 1 de Agente Comunitário de Saúde (ACS) do município.

Em relação à escolaridade dos pais, 08 são filhos de pais que não estudaram, portanto, analfabetos; 16 cursaram apenas entre o primeiro e o quinto ano do ensino fundamental, 05 entre o sexto e nono ano e apenas 04 com ensino médio e 01 com Curso Superior – professora da Escola com formação em Pedagogia.

Conforme os dados das respostas dos alunos, 100% da turma reside distante da escola, utilizando transporte Escolar para o acesso. Um dado interessante é que apenas 12 alunos declaram que trabalham e 22 ainda não trabalham na agricultura, ajudando seus pais mesmo assim. 28 pais deles são cadastrados no Programa Bolsa Família, e apenas 06 não recebem o benefício. Declararam ainda que, em suas casas, ou em quase todas, possuem televisão, aparelho de celular, rádio, geladeira, antena parabólica e vídeo cassete e algumas motos e bicicletas.

Em relação às atividades escolares, 18 afirmaram gostar mais de leitura e 16 de escrever, apesar de que 22 consideram mais fáceis as atividades de leitura e 12 declararam ter

muitas dificuldades com atividades de produção de texto. Quanto às aulas de Língua Portuguesa, perguntamos de qual tipo de atividade eles gostam mais, e 20 alunos afirmaram gostar mais das aulas de leitura coletiva, 4 de fazer redação, 7 de interpretação de textos e apenas 3 das aulas de literatura

Sobre o conflito para posse da terra no passado, 15 confirmaram conhecer a história, 11 disseram que não, 8 deles, possuem um conhecimento parcial. A maioria conhece sobre o conflito através da conversa informal com seus familiares, principalmente os mais velhos, os avós, pois alguns pais não participaram da luta ou na época eram ainda muito jovens. Em relação ao “Hino de Alagamar”, a maioria o conhece, e inclusive, o autor, Sr. Severino Izidro, ainda reside em Alagamar e na turma há alguns familiares dele.

Finalizando, o objetivo de aplicar este questionário, foi conhecer melhor a realidade de cada um dos alunos pesquisados. Houve necessidade de se conhecer alguns dados mais técnicos e precisos para termos uma visão maior em relação aos aspectos sociais, econômicos e culturais, inclusive algo de suas origens familiares.

Além de outras questões que serão abordadas no próximo capítulo, havia a seguinte questão no questionário aplicado – “O que você estuda na Escola, nas aulas de português, você acha importante?”. Todos os alunos responderam que sim, com algumas explicações consideradas interessantes, tais como:

Aluno X - Sim. É uma forma de aprender muitas palavras. Como se fala corretamente.

Aluno Y – SIM. Porque a gente aprende muita coisa nova. Para o nosso futuro com a professora – “XX” e quem tem timidez, acaba perdendo fazendo leitura.

Aluno Z – Sim. A maneira de pronunciar as palavras e conhecer escritores brasileiros.

Aluno EP – Sim. Para ajudar arrumar emprego quando tiver de maior.

Aluno W – Sim. Melhora a caligrafia e a forma de se comunicar melhor com as pessoas.

Aluno WR – Sim. Porque vai servir para o futuro, para conseguir conquistar nossos sonhos. Arrumar emprego fora daqui.

Aluno V – Sim. Porque cada dia aprendo mais para ter um futuro melhor.

Aluno YY – Sim. Cada dia meus conhecimentos aumentam mais para o dia de amanhã ser melhor com dinheiro para ajudar meus pais (*vide* ANEXO A).

Não querendo fazer uma análise antecipada dos dados, porém, podemos perceber a grande preocupação por parte dos alunos, em relação ao seu futuro, de modo que eles possam adquirir conhecimento e educação, para ser um cidadão, na escola, visando um futuro melhor que a sua realidade atual no campo.

Em outras palavras, percebemos a insatisfação pessoal ou a falta de perspectiva por parte dos jovens em relação a sua permanência no campo, alegando que a agricultura não é

mais uma atividade que oferece condições atrativas para garantir a sobrevivência, pois 17 declararam que o rendimento familiar é abaixo de um salário mínimo, 12 com rendimento de até 1 salário e 5 com mais de 1 salário, o que caracteriza uma população com dificuldades financeiras, privações e necessidades.

Por isso, entre outras razões, percebemos que a palavra-chave nas respostas é ‘melhorar’, em todos os sentidos, demonstrando, assim, uma luta em prol dos seus objetivos. A maioria possui um objetivo previamente definido a partir de sua realidade, quer seja social, econômica ou cultural, relacionando o presente com o futuro, e com esta pesquisa demonstrando a relevância do passado, da história da sua localidade.

Portanto, de posse deste conhecimento prévio por parte da realidade da turma do 1º ano da escola pesquisada, da aplicação do questionário (*vide anexos*) com a Gestora Escolar e o da Professora de Língua Portuguesa do Ensino Médio (*vide anexos*), partiremos para a parte mais prática: tratar da Sequência Didática como o principal instrumento para obtenção dos dados desta pesquisa, de modo a almejar uma possibilidade de realizar o Letramento, executando as habilidades da leitura e da escrita nas práticas sociais utilizando textos literários que retratam um contexto específico nas atividades educativas, de uma Escola do Campo e no Campo, em que atuariam dados da memória cultural e social dos próprios envolvidos, com vistas a se atingir uma possibilidade de ensino-aprendizagem que garanta a dimensão da (re)descoberta de processos indenitários.

4 REFLETINDO SOBRE ALAGAMAR A PARTIR DO LETRAMENTO EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Neste Capítulo, apresentamos os resultados da Sequência Didática com vista ao objetivo da pesquisa, bem como a aplicação do mesmo – conjunto de atividades realizadas nas aulas da disciplina de Língua Portuguesa, com alunos da turma do Primeiro Ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja, com o intuito de proporcionar a leitura de textos literários em suas relações com a realidade e a história da comunidade camponesa. Vamos mostrar o procedimento principalmente através de uma Sequência Didática, com os devidos recursos utilizados e a metodologia aplicada, para seguir o roteiro de trabalho na tentativa de obter dados. A nossa intenção é fazer descobertas, afirmativas ou não, em relação ao Letramento na Escola do Campo.

É através desta Sequência Didática que buscamos descortinar o que ao longo da experiência dos trinta anos de magistério reverbera como uma profunda inquietação sobre a força e amplitude real das consideradas práticas educativas realizadas por mim e pelos demais docentes no nosso cotidiano escolar, levando-nos a uma radical reflexão, a qual, em parte, buscamos investigar nesta pesquisa sobre o letramento na Escola do Campo, considerando, assim, um roteiro para desenvolvermos este trabalho com caráter investigatório, em prol da formação de cidadãos, através de um tipo de metodologia que consiga transformar a “escola”, quer seja do campo ou não, em uma instituição que tem como objetivo a possibilidade de educar numa perspectiva crítica e ou guiar os educandos (camponeses) rumo ao seu completo desenvolvimento de acordo com a realidade da contemporaneidade, deixando às claras que levamos em consideração a realidade sócio-histórica e cultural desta comunidade, explicitada no Capítulo 2.

Em relação ao ensino e à pesquisa, pensamos de acordo com a professora Carmen Lúcia ao afirmar que:

A inter-relação entre a pesquisa e o ensino é vista como parte fundamental do processo de construção do conhecimento em sala de aula e a colaboração como uma prática que possibilita a genuína ajuda mútua e o intercâmbio entre o trabalho de pesquisa e o ensino. [...] a etnografia crítica de sala de aula é um instrumento valioso de investigação e análise do processo de ensino e aprendizagem e que quando associada a um trabalho de colaboração tem resultados que podem mudar qualitativamente a relação entre o professor e o aluno (MATTOS, 201, p.85).

A partir deste pensamento, a respeito da pesquisa em sala de aula, enveredamos para o nosso respectivo campo de pesquisa. No processo de ensino e aprendizagem na escola formal vale destacar a grande função da aula, ou seja, das atividades que preenchem este espaço de tempo, os quais são considerados de grande valor, decorrente da fluência do processo educacional:

Na escola, a aula é a forma predominantemente de organização do processo de ensino. Na aula se criam se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognoscitivas. [...] Devemos entender a aula como um conjunto dos meios e condições. Pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da atividade própria do aluno no processo de ensino em função da atividade própria do aluno e do processo da aprendizagem escolar, ou seja, a assimilação consciente e ativa dos conteúdos. Em outras palavras, o processo de ensino, através das aulas, possibilita o encontro entre alunos e a matéria de ensino, preparada didaticamente no plano de ensino e nos planos de aula (LIBÂNEO, 1994, p. 177-178).

Portanto, é na “aula” que o processo de ensino realmente acontece: neste momento são trabalhados os conteúdos que fazem parte do currículo, tornando-se objeto da relação professor-aluno. Cada aula tem sua própria característica de acordo com o que e como vai se dar o processo devido à sua situação didática, vivenciada de forma específica e de acordo com o objetivo que se pretende atingir em relação às habilidades dos alunos, realizando-se, deste modo, a unidade entre ensino e estudo, de acordo com os elementos do processo considerado didático.

Assim, uma forma de determinar os objetivos da educação é analisar as capacidades que pretendemos trabalhar e desenvolver nos nossos alunos. Contudo, existem diferentes formas de classificar as capacidades do ser humano. Para se obter um maior esclarecimento a respeito da importância da sequência didática que utilizamos, instrumento que consideramos básico, e o respectivo roteiro que propusemos para obtenção dos dados desta pesquisa, convém verificar o que afirma Rildo Cosson:

[...] Adotamos como princípio do letramento literário a construção de uma comunidade de leitores. É essa comunidade que oferecerá um repertório, uma moldura cultural dentro da qual o leitor poderá se mover e construir o mundo e a ele mesmo. Para tanto, é necessário que o ensino da Literatura efetive um movimento contínuo de leitura, partindo do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo, do semelhante para o diferente, com o objetivo de ampliar e consolidar o repertório cultural do aluno. Nesse caso, é importante ressaltar que tanto a seleção das obras quanto às práticas de sala de aula devem acompanhar esse movimento (COSSON, 2011, p. 47-48).

E foi justamente seguindo este exemplo que adotamos uma metodologia que consideramos a mais adequada, precisa e eficaz, pois, segundo Rildo Cosson, é através dela que podemos chegar a um determinado objetivo ou ponto principal da nossa pesquisa, considerando, na Sequência Didática, que se parte do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo, do particular para o geral e do semelhante para o diferente.

Inicialmente, utilizamos três textos, para conduzir a prática de leitura e escrita, de modo que o primeiro texto é bastante conhecido por todos ou quase todos os alunos – o “Hino de Alagamar”, de autoria do Sr. Severino Izidro, por ser um texto de fácil acesso e do conhecimento de quase todos da comunidade, interna e externa. O segundo texto foi à canção do cantor e compositor paraibano Zé Ramalho – *Mulher nova, bonita e carinhosa...* (1982), este era conhecido, mas, ainda não trabalhado em sala de aula. E, por fim, usamos um trecho do livro de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina* (1955), considerado pelos alunos o texto mais difícil para fazer a leitura e, principalmente, a interpretação oral e escrita, portanto, não se fugiu à regra exposta pelo autor anteriormente citado (COSSON, 2011).

Foi através desses passos que conseguimos, em sala de aula, realizar a execução prática da Sequência Didática, de modo a compreender e aprofundar o conhecimento em prol de se obter ou elevar o nível do letramento dos alunos. Destacamos, ainda, que o diálogo com os alunos foi essencial para que percorrêssemos o processo das atividades.

Na observação que realizamos antes, durante e depois da aplicação dos textos, procuramos despertar o máximo de curiosidade e interesse pelas atividades que foram realizadas. Utilizamos da oralidade e da escrita, para que pudéssemos extrair a realidade criativa dos alunos em suas relações com a sua realidade de vida, enquanto filhos de trabalhadores rurais e camponeses. A sequência destes passos, conforme orientações expostas de Rildo Cosson, (2011), foram muito importantes em virtude da realidade dos alunos.

Apesar de estarem cursando o primeiro ano do Ensino Médio, eles apresentam uma grande dificuldade nas habilidades de leitura e da escrita. Eles praticamente não dominam a leitura, principalmente se for individual e em voz alta. Eles também demonstraram ter muitas dificuldades para a etapa de interpretação dos textos. Assim, o professor necessita motivar bastante os mesmos para que participem das atividades durante a aula. A introdução também tem que partir por parte do professor, assim como a inferência para que possa se desenvolver uma interpretação do texto lido ou trabalhado em sala de aula.

A leitura, assim, conforme percebemos, é pouco trabalhada em sala de aula e quando acontece é apenas de um texto do livro didático. Fato que consideramos preocupante, pois,

fora do livro didático, existem diversas leituras interessantes e que auxiliam na construção do conhecimento do domínio do idioma, escrito ou falado.

4.1 EXPOSIÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

As atividades referentes à pesquisa, foram divididas em partes. Inicialmente, fizemos uma visita à Escola para realizarmos um diálogo com a Gestora e com a turma do primeiro ano do Ensino Médio sobre a possibilidade da realização da pesquisa com os mesmos. Através da técnica de observação durante a realização de duas aulas para um melhor relacionamento com os alunos durante a pesquisa. Num terceiro momento, em um segundo momento aplicamos o questionário sociocultural com os envolvidos: alunos, a professora de Língua Portuguesa e Literatura da turma e a Gestora da Escola, com o intuito de coletar dados, que ora já se dava por instalado na escola o processo da pesquisa.

No quarto momento realizamos três encontros com a turma, todos com duas horas/aula. Aplicamos, no terceiro encontro, a leitura do *Hino de Alagamar*; em seguida expusemos o texto, com leitura silenciosa, e, depois, coletiva em voz alta. Depois realizamos a interpretação oral e escrita do texto trabalhado. No quarto encontro, com duração de duas horas/aula realizamos a atividade com a música de Zé Ramalho, *Mulher nova, bonita e carinhosa* (1982) e, no quinto encontro, realizamos a atividade com o texto de João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida Severina* (1955).

Por considerarmos que o objetivo principal desta pesquisa é oferecer oportunidades aos alunos do primeiro ano do Ensino Médio da Escola do Campo, e bem como os demais anos, de terem acesso, trabalhando em sala de aula ou até mesmo fora dela, a uma variedade de leituras literárias e ao letramento através destas. Portanto, procuramos usar uma diversidade de textos diferentes dos que eles costumavam usar através do livro didático. Assim, procuramos diagnosticar o letramento, ou seja, verificamos até que ponto eles conseguem fazer a relação, compreender e dar sentido ao texto de acordo com a sua realidade de vida, ou, ainda usar e correlacionar o texto com a sua situação sociocultural, enquanto estudante camponês de uma Escola do Campo e no campo.

4.1.1 Descrição das atividades com os recursos utilizados na pesquisa

Após o nosso primeiro encontro, que teve como objetivo básico criar um clima de receptividade através das apresentações das pessoas e explicitação das atividades para

reconhecimento da turma pesquisada, partimos então, para a parte mais prática da pesquisa usando o espaço de tempo de oito aulas. Inicialmente, fizemos uma ligeira discussão a respeito da teoria e da prática, dentro e fora da escola, principalmente quando se conclui o Ensino Médio e que se deixa a escola para se partir rumo ao mercado de trabalho ou para uma Universidade.

Em seguida, questionamos sobre a História de Alagamar, o período do conflito, dos movimentos sociais, da participação da comunidade e do pessoal da Igreja envolvido na época até chegar à posse da terra, ou seja, sobre o momento da luta e o momento da vitória. Depois dialogamos sobre a luta dos agricultores pela posse da terra, conforme toda história já exposta no Capítulo anterior.

Discutimos sobre a existência e o conhecimento do *Hino de Alagamar*, além de falarmos sobre o CD contendo a gravação da *Cantata pra Alagamar* (1979), porém, constatamos que os alunos ainda não a conheciam, por isso, decidimos por trabalhar com o texto do “Hino” de autoria do Sr. Severino Izidro, por serem conhecidos tanto o autor quanto o poema. Essa opção de trabalharmos com esses textos estão respaldados pelos PCNs.

Segundo os PCNs, o trabalho de leitura em sala de aula deverá ser calcado na explicitação de expectativas quanto à forma e ao conteúdo do texto em função das características do gênero, do suporte, do autor, etc. [...] A escolha desses textos se deve ao fato de sua contemporaneidade em termos de conteúdo, refletindo o momento sócio histórico, além do aspecto visual que, num primeiro momento, atrai a atenção do aluno-leitor (BRITO, 2003, p. 25 e 26).

Diante disso, demos continuidade à aula e passamos a fazer a distribuição de uma cópia do texto com cada aluno na sala, para exploração da prática de leitura silenciosa e em voz alta de forma coletiva.

Hino de Alagamar

(SEVERINO IZIDRO FAUSTINO)

Alagamar de Itabaiana e Salgado
Teu nome foi divulgado no rádio e mais de um jornal
Nos Sindicatos Rurais e Federação
Foro e Confederação e no Senado Federal

Teu povo forte sem violência e sem guerra
Numa luta pela terra e pela boa produção
Da agricultura que o nosso povo consome
E quem consegue este teu nome não se curva à invasão

Teus filhos querem permanecer no trabalho
Sabendo que és um retalho que o pobre inda arranja o pão

Alagamar de tantas belezas mil tu sabes que no Brasil
Acabou-se escravidão

Nossa tensão social organizada ela nunca foi
Forjada por que usa de outros feitos
Foram as prisões e os despejos inimigos
Que fizeram meus amigos procurarem seus direitos

Não temos ódio nem preguiça nem vingança
Mais temos a esperança da nossa libertação
Pra nosso povo ter produtos agradáveis
Nós somos os responsáveis por sua alimentação

Tu tens cultura de mandioca e banana
Nunca te plantaram cana, mas teu solo tudo dar
Teus verdes campos de algodão, milho e arroz
Vão testemunhar depois que o povo quis trabalhar

Na complacência com tanta serenidade sonhando
Com a liberdade e plantar o que a terra dar
O agricultor rude sem vez e sem nome
Nu e cru morrendo a fome o rico a escravizar.
Os teus escombros de jurema e calombí, juazeiro e jucurí
Quem corta é o trabalhador com muito amor_pela família parece
E quase ninguém reconhece
Quanto é grande o teu valor

Refrão

Alagamar meu coração / teu povo humilde espera uma solução
Nossa vitória fica na história, a tua glória é a nossa união.

Em seguida, distribuimos a primeira atividade envolvendo assim a oralidade e a escrita. Realizamos um questionamento oral da mensagem do texto, procurando relacionar com as práticas sociais da comunidade, entre o passado e o presente, de acordo com o conhecimento de cada um, para então partirem para a produção das respostas da seguinte atividade. E assim, seguindo esta mesma metodologia aconteceram a segunda e a terceira atividade, usando outros tipos de textos, conforme exposição das atividades. Vale salientar que todas as atividades realizadas foram acompanhadas pela Professora de Língua Portuguesa e Literatura da turma.

Nesta primeira atividade, aplicamos a atividade envolvendo a leitura e a escrita com os alunos da turma pesquisada além da compreensão interpretativa estimulando uma visão crítica sobre a própria realidade dos camponeses, fazendo-se a relação entre o passado, o presente e as possíveis perspectivas de futuro, conforme a seguinte atividade:

ATIVIDADE 01
Leia e responda às questões sobre o texto.
1) Partindo do nosso primeiro contato, em que conversamos sobre o contexto do conflito pela terra de Alagamar, é possível fazer alguma relação do que conversamos com a leitura do texto do “Hino de Alagamar”? Explique
2) Agora, pensemos um pouco sobre os sentidos das cinco palavras, destacadas abaixo, no texto. Comentem sobre a relação dessas palavras com tudo aquilo o que nós já sabemos sobre a história de Alagamar. <p style="text-align: center;">AGRICULTURA – ESCRAVIDÃO – LIBERTAÇÃO – ALIMENTAÇÃO – AMOR.</p>
3) Qual é a relação que pode ser feita entre o que está sendo representado neste texto do “Hino de Alagamar” e a realidade ainda hoje vivida na sua comunidade?

Eis algumas respostas dos alunos desta atividade que consideramos merecedoras de maior destaque para melhor interpretação dos dados para o Letramento na Escola do Campo.

Questão 1.

Aluno A - Sim. O texto fala sobre o conflito que teve aqui em Alagamar por causa da conquista da terra.

Aluno B – Sim. Porque relata um grande acontecimento histórico, que conta como o povo de Alagamar conquistou suas terras.

Aluno C – Sim. Fala sobre lutas e guerra para posse da terra.

Aluno D – Sim. Sobre a história de Alagamar do povo que sofreram com as lutas das terras.

Aluno A - Significa que eles precisavam das terras para plantar e poder se alimentar.

Aluno B - Quer dizer que ninguém mais trabalhava forçado e que era hora de acordar e lutar por seus direitos.

Aluno C - Que eles queriam liberdade para plantar e colher sem precisar de pedir permissão.

Aluno D Que eles tinham que conquistar a terra para trabalhar para terem sua alimentação.

Aluno E - Significa que eles trabalhavam com muito amor pela sua família.

Questão 2:

AGRICULTURA

Aluno A – Significa que eles precisavam de terras para plantar para poder se alimentar.

Aluno B – Significa que eles precisavam conquistar a terra para ter onde produzir agricultura para sobreviver.

Aluno C – Agricultura é o que o nosso povo consome.

ESCRAVIDÃO:

Aluno A - É ser mandado a trabalhar a força sem ganhar nada em troca.

Aluno B – Quer dizer que tinham que trabalhar forçado, mas que era hora de acordar e lutar por seus direitos.

Aluno C – Acabou-se.

LIBERTAÇÃO:

Aluno A - É ser livre de algo que não seja bom, por exemplo, o povo de Alagamar libertado da escravidão.

Aluno B - Que eles queriam sua libertação para viver como todo cidadão.

Aluno C - Que eles queriam liberdade para plantar e colher sem precisar de pedir permissão.

Aluno D – Nós temos a esperança da nossa libertação.

ALIMENTAÇÃO

Aluno A - Precisamos se [sic.] alimentar bem e pra isso precisamos de terra para cultivar uma alimentação melhor,.

Aluno B – Que eles tinham que conquistar a terra para trabalhar e ter sua alimentação.

Aluno C - Quer dizer que eles trabalhavam para alimentar os coronéis.

AMOR

Aluno A - É compreender o próximo.

Aluno B – Significa que eles trabalhavam com muito amor pela sua família.

Aluno C – Significa que eles iam trabalhar com imenso prazer para renovar as terras.

Aluno D - Quem gosta de trabalhar é com muito amor.

Questão 3

Aluno A – Que através da vitória de Alagamar, o que marca a minha vida, é saber que somos vitoriosos e hoje podemos morar nela.

Aluno B – O sentido de um povo que sofreu, mas teve a sua vitória e a glória de ser um povo tão lutador.

Aluno C - É que foi muito bom nossos pai terem lutado pelas terras e hoje todos nós ter uma boa moradia

Aluno D – Que foi muito importante a conquista de Alagamar.

Na segunda atividade, foi usada como recurso, primeiramente, a letra da música de Zé Ramalho, *Mulher nova bonita e carinhosa* (1982). Começamos distribuindo a letra da mesma impressa, para fazermos a leitura da música:

Mulher nova bonita e carinhosa ...

Numa luta de gregos e troianos
por Helena a mulher de Menelau
Conta à história que um cavalo de pau
terminava uma guerra de dez anos

Meneslau, o maior dos espartanos,
venceu Paris, o grande sedutor,
Humilhando a família de Heitor
em defesa da honra caprichosa

Mulher nova bonita e carinhosa
faz o homem gemer sem sentir dor.

Alexandre, figura desumana
fundador da famosa Alexandria
Conquistava, na Grécia e destruía
quase toda a população tebana

Beleza atrativa de Roxana
dominava o maior conquistador
E depois de vencê-la, o vencedor
entregou-se a pagã mais que formosa

Mulher nova bonita e carinhosa
faz o homem gemer sem sentir dor.

A mulher tem na face dois brilhantes
condutores fiéis do seu destino
Quem não ama o sorriso feminino
desconhece a poesia de Cervantes

A bravura dos grandes navegantes
enfrentando a procela em seu furor
Se não fosse a mulher, mimosa flor
a história seria mentirosa

Mulher nova, bonita e carinhosa
faz o homem gemer sem sentir dor.

Virgulino Ferreira, o lampião
bandoleiro das selvas nordestinas
Sem temer a perigo sem ruínas
foi o rei do cangaço no sertão

Mas um dia sentiu no coração
o feitiço atrativo do amor
A mulata da terra do condor
dominava uma fera perigosa

Mulher nova, bonita e carinhosa
faz o homem gemer sem sentir dor

Em seguida, exploramos a leitura do cartaz, no qual aparece uma foto que remete à representação iconográfica mais tradicional de Lampião e Maria Bonita, ou seja, seguimos a metodologia de relação:



Figura 8 – Imagem de Maria Bonita e Lampião.

Em seguida, partimos para a leitura do cartaz, explorando a oralidade. Tudo isso, foi guiado pelo roteiro de atividade, abaixo:

ATIVIDADE 02
Primeiro vamos fazer uma leitura silenciosa do texto. Depois, vamos ouvir, ler e cantar a música de Zé Ramalho, acompanhando atentamente a letra da canção.
1) O que podemos ler neste cartaz, a partir de uma atenta observação da gravura?
2) Como podemos caracterizar as personagens que nela estão representadas? Há relação com a música que acabamos de ouvir?
3) Existe alguma relação entre estes textos (a letra da canção e a imagem) com a sua realidade?

Procuramos oferecer aos alunos uma oportunidade de perceber a importância do texto como um meio ativo e complexo na construção do conhecimento, mediante a relação entre o leitor, texto e autor.

Através da participação do professor nesta atividade, procuramos despertar nos alunos uma situação discursiva sobre o assunto e a relação com a sua prática social, relacionando o mundo do texto e a vida real fora da escola, de modo que, de acordo com a compreensão textual, fosse criada uma visão crítica por meio da atribuição de significados diversos e da avaliação que cada um ia fazendo no desenvolver da atividade, construindo, assim, uma relação prática do letramento, por se tratar de uma situação concreta e não abstrata.

Segundo Kleiman, letramento significa uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionada ao papel da escrita para tornar significativa essa interação oral, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler ou de escrever. (KLEIMAN, 2001, p.18). Nesta atividade, procuramos trabalhar não só com as habilidades da

leitura e escrita, mas, também com a interpretação ou compreensão, usando apenas a oralidade de forma crítica, deixando o espaço livre para os alunos, principalmente quando estávamos fazendo a leitura do cartaz.

Afinal, compreender o que se lê é uma atividade de categorizar o mundo e de agir sobre ela na relação com o outro e em uma situação específica de uso da língua ou, como bem diz Marcuschi (2008, p.231), compreender não é um simples ato de identificação de informações, mas uma construção de sentidos com base em atividades inferenciais. Para se compreender bem um texto é preciso sair dele, inter-relacionar conhecimentos, fazer comparações, levantar hipóteses, tirar conclusões e produzir sentidos.

Para uma melhor compreensão, vejamos algumas respostas dos alunos sobre esta atividade mediante o objetivo para atingir o letramento:

Questão 1.

Aluno A: O cartaz mostra o quanto o amor é bonito que mesmo eles sendo diferentes, dá pra se ver os olhares de apaixonados. Ele está usando um chapéu, roupas cheia de armas, óculos e uma arma. Mostra quanto o amor é forte e é cartaz de conquistar até mesmo o coração mais duro, a pessoa mais difícil e até mesmo fria, pois ninguém resiste à força de um grande amor.

Aluno B: Significa que um homem mesmo sendo valente pode sentir um grande amor e ter um sentimento por alguém.

Aluno C: O cartaz mostra quanto era belo o amor de Maria Bonita e Lampião, sendo ele um homem bravo e muito corajoso, mas tinha um bom coração e que precisava de alguém para ser feliz.

Questão 2

Aluno A: Que quando encontramos um amor não importa os obstáculos a enfrentar, o que importa realmente é o nosso sentimento.

Aluno B: Mostra que o amor pode ser esplêndido e capaz de conquistar o amor verdadeiro e mais complexo, chegando a valorizar a paixão inesperada.

Questão 3

Aluno A: A conquista da mesma maneira como os agricultores de Alagamar conseguiram conquistar seu pedaço de terra, Lampião conseguiu conquistar Maria Bonita e desfrutar desse amor tão verdadeiro e intenso.

Aluno B: Tem relação com a história de luta, pois mostra que se pode vencer e conquistar tudo na vida se tiver amor.

Aluno C: Pode-se afirmar que sem luta é impossível vencer alguma coisa e o amor é o que nos faz transformar em vencedores.

Nesta segunda atividade, levamos em consideração que, de acordo com os PCNs, o ensino de Língua Portuguesa não deve se preocupar apenas com o estudo do código linguístico, mas, também, com suas funções sociais e com sua comunicabilidade, passando a privilegiar o texto como um dos modelos de representação mental do homem. O que nos faz lembrar a definição do que é ler, segundo (SOLÉ, 1998, p.22), tomando a leitura como um processo de interação entre o leitor e o texto.

Este questionamento sobre as práticas educativas na escola do campo de leitura e escrita nesta pesquisa, ganha força para podermos refletir, mais uma vez, a respeito do assunto no meio acadêmico, principalmente sobre as estratégias e as habilidades que são utilizadas pelos docentes nas aulas de Língua Portuguesa nos dias atuais, principalmente nas escolas públicas que, geralmente, ministram o ensino para as classes menos favorecidas da sociedade, ou seja para as classes trabalhadoras que mais necessitam de encontrar um meio para sua libertação de vida. Sendo estas práticas consideradas prioritárias para o processo do letramento, ou seja, para sua aplicação direta nas práticas sociais destes alunos que, na sua maioria, nem sempre chegam a dar continuidade aos estudos em nível universitário e que se valem destes conhecimentos para se submeterem ao mercado de trabalho e à escola do mundo.

Dando continuidade à sequência didática da pesquisa, vale salientar que, na terceira atividade, o nosso objetivo foi introduzir a leitura de um texto literário canônico, de João Cabral de Melo Neto, o poema-dramático *Morte e vida Severina*. Consideramos os debates travados nos encontros anteriores, de modo a realizarmos uma leitura coletiva através do questionamento por meio da mediação e/ou inferência do professor, procuramos despertar nos alunos sua criatividade através da oralidade, aprofundando a leitura com vistas à relação com o universo circundante.

O recurso utilizado nesta atividade foi um trecho do poema *Morte e Vida Severina*, de 1954, de João Cabral de Melo Neto (2007), impresso e distribuído aos alunos, e realizamos a leitura e a interpretação crítica do texto atribuindo sentido e relacionando ao contexto do homem do campo.

Trecho 01:

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo
é que se equilibra
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,

e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos e morte igual,
mesma morte Severina:
que é morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia [...]

Trecho 02:

Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.

É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.

Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividido.
Mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.
É uma cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.

É uma cova grande
para tua carne pouca
mas a terra dada
não se abre a boca

(João Cabral de Melo Neto)

Por se tratar de um texto ainda não conhecido pelos alunos, e como forma de provocar um maior entrosamento dos leitores com o texto escrito, buscamos relacioná-lo com a realidade do povo de Alagamar. Usamos tanto a oralidade como a produção escrita para se atingir, assim, a possibilidade do Letramento da turma através da leitura da obra literária, ou seja, conduzindo a turma a treinar mais uma vez a habilidade da leitura interpretativa e principalmente da compreensão crítica do sentido do texto.

De modo que eles pudessem criar uma visão real da sua própria situação, se apropriando ou gerando um certo nível de consciência sociocultural, enquanto filhos de agricultores, camponeses, assentados que necessitam enfrentar obstáculos de forma comum

na sociedade para uma possível mudança de vida no tocante aos aspectos profissionais e financeiros.

A terceira atividade foi conduzida segundo o roteiro abaixo:

ATIVIDADE 03
Inicialmente, temos que fazer uma leitura silenciosa do texto de João Cabral de Melo Neto. Em seguida, uma outra leitura, em voz alta coletiva
1) Vamos fazer um comentário oral, a respeito do texto lido, em conjunto.
2) Diante de tudo o que estudamos nos encontros anteriores, como podemos relacionar a produção de João Cabral de Melo Neto com as experiências vivenciadas em Alagamar ou, mais amplamente, na Paraíba ou no Brasil? Escreva suas interpretações.

A leitura e o comentário funcionaram muito bem, mesmo quando os alunos sentiram muitas dificuldades na compreensão do texto, alegando ser o texto de difícil compreensão quanto ao seu vocabulário e muito diferente dos que tinham sido trabalhados nos outros encontros. Dificuldades estas que podemos atribuir a determinadas falhas do próprio sistema escolar, assim como, a falta de prioridade ao ensino e a prática da “leitura” na sala de aula no período do Ensino Fundamental, chegando ainda alguns alunos ao Ensino Médio apresentando esta falta de habilidade.

Todavia, suas falas são reveladoras:

Aluno A - Eu entendi que quando o autor fala *“iguais em tudo somos todos Severinos”*, quer dizer que os agricultores sofriam muitas dificuldades na época do Fazendeiro Sr. Arnaldo Maroja e que hoje muitas pessoas ainda passam por alguns obstáculos para sobreviver no campo.

Aluno B - Porque aqui em Alagamar muitas pessoas passaram dificuldades e as pessoas se juntaram para batalhar pra conquistar o pão de cada dia através da agricultura em seu próprio terreno.

Aluno C - Apesar de que hoje temos a terra, mas ainda existem outros sofrimentos para o povo sem emprego, sem poder cultivar a terra e faltando dinheiro.

As falas nos revelam que é como se houvesse certo nível de travamento de sua criatividade, pois não houve a comunicação direta entre o autor e o leitor. O texto, assim, pareceu estar desvinculado do nível de entendimento da turma, embora eles sejam alunos do Ensino Médio. Obviamente, também, tudo se resumiu a apenas uma atividade para decodificação do texto, o que geralmente pode acontecer nas atividades escolares no Ensino Médio.

Todavia, nos serve de exemplo do que realmente pode também acontecer com o uso do próprio livro didático, dependendo muito da competência do docente e da metodologia

empregada, ficando os alunos sem compreender as intenções do autor e, muitas vezes, sem o professor de Língua Portuguesa fazer as devidas inferências necessárias para produzir sentido, gerando assim alunos alfabetizados, porém não letrados.

Nestas circunstâncias, como ressalta Antunes (2003, p.27) “Não há leitura porque não há ninguém do outro lado do texto”. E este outro lado do texto ora pode ser ocupado pelo aluno e ora pelo próprio professor.

Vale salientar, também, sobre a grande importância neste momento a respeito da formação continuada e/ou da competência por parte do professor de Língua Portuguesa em uma situação igual ou similar a esta da pesquisa, ficando ao seu critério as estratégias ou habilidades, ressaltando que ambas detêm de uma influência muito importante no processo pelo qual pode acontecer a respectiva aprendizagem da leitura crítica ao ponto de tornar-se claro o sentido do texto e atingir o processo do Letramento; ou ainda saber fazer a escolha certa do tipo e nível de texto que esteja de acordo com o nível da turma para que haja então a comunicabilidade entre texto e leitor com resultado significativo de letramento.

Em nossa proposta, utilizamos alguns textos literários, escritos em versos, para explorarmos as habilidades de leitura e escrita no processo do letramento dos alunos pesquisados, através da leitura e da interpretação de textos com o intuito dos mesmos desenvolverem interpretações, estabelecendo a relação com a sua realidade presente e, com um esforço a mais, vislumbrar a fruição para com o seu futuro de vida.

O trabalho com a poesia em sala de aula, com certeza, está relacionado com outras atividades e exercícios do próprio livro didático da disciplina de Língua Portuguesa adotado pela escola pesquisada. Tradicionalmente, os professores tratam deste gênero textual como um pretexto para conduzir os alunos a discutirem apenas os conteúdos gramaticais e ortográficos, deixando em segundo plano o valor literário que muitos outros gêneros textuais possuem. E deixando de estabelecer relação com a realidade dos mesmos.

Como vimos afirmando, a educação do campo não pode tratar o ensino da Língua Portuguesa sem levar em consideração os usos e as funções sociais do texto, quer seja do livro didático ou outro tipo de texto trabalhado em sala de aula. A Escola deve valorizar as representações do homem do campo em textos que fazem parte do cânone letrado, todavia, sem desprezar produções que digam respeito ao contexto da escola, como a que apresentamos.

Assim, as práticas de leitura e de produção escrita ganham sentido, despertam mais interesse nos alunos sobre a realidade camponesa e os conscientizam em torno da relevância da sua cultura e de seu povo, da sua família, deles próprios. Assim como o Poeta João Muniz

desabafa nesta exposição através de parte do poema de sua própria autoria titulado *Eu quero* (17.07.2012):

Eu quero ver na Escola
Falar de milho e feijão
De batata e macaxeira
Cultura de produção
A vaca, galinha o bode
E a escola não pode
Deixar de falar do boi
Que ajuda na produção
É a melhor, formação
Pra os filhos que vem depois

Podemos fortalecer ainda mais esta afirmativa, baseada no que diz os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a respeito dos textos que podem ser trabalhados com os alunos da escola do campo, ao afirmar que:

A questão do ensino da Literatura ou leitura literária envolve, portanto, esse exercício de conhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isto, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estarem presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto” etc. Postos de forma descontextualizados, tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, da extensão e a profundidade das construções literárias (MEC, 1997, p. 37-38).

Portanto, ao levarmos em consideração estes dispositivos dos PCNs, bem como outros, formulamos uma proposta com os principais objetivos do que seria uma proposta de trabalho com o letramento aos alunos, considerando, obviamente, a realidade social do povo do campo. Assim, os principais objetivos são:

1. Desenvolver a prática do letramento dos alunos, no sentido da apropriação cada vez maior e mais abrangente da linguagem dos textos e da história de sua localidade;
2. Aperfeiçoar a compreensão leitora e as possibilidades de esclarecimentos de relações e construção de sentidos, bem como a fluência e a expressividade na leitura pelos alunos;
3. Utilizar a leitura como fonte de prazer e informação, ampliando o repertório dos alunos com diferentes gêneros de textos, autores, recursos da linguagem escrita;
4. Relacionar os textos com a realidade camponesa da comunidade, trazendo para a sala de aula poesias de autores da própria comunidade; letras de algumas músicas conhecidas que podem ser relacionadas com sua realidade e outros recursos semelhantes.

Trabalhar a prática do letramento mediante autores e contextos conhecidos pelos alunos, facilita a prática da Leitura na Escola, pois desenvolve uma maior participação dos alunos nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura, ultrapassando os limites físicos da Escola e insere-se nas práticas sociais da localidade. No artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu inciso III, podemos encontrar o seguinte: “O aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDB, 1996).

Diante deste enunciado, podemos encontrar uma boa justificativa para a metodologia utilizada nas atividades desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa no decorrer da pesquisa, ao elegermos como primordial o fato da mesma permitir ao educando a respectiva autonomia do nível intelectual, a competência e a capacidade crítica, contribuindo também para sua própria formação como ser humano e cidadão consciente e crítico.

O professor de Língua Materna deve conhecer o princípio fundamental da construção do letramento através de diferentes textos. Ferramenta considerada de grande importância na formação do aluno-leitor. Lembrando que: letrar o aluno, literariamente significa que o aluno consegue desenvolver competência à leitura, e compreensão de diversos tipos de textos.

Ainda sobre esta proposta, podemos considerar que o professor facilita, intercede, apoia, ensina o alunado a compreender um texto e a formular algumas perguntas, questionamentos e debates considerados interessantes e proveitosos na construção do conhecimento, quer seja da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura ou da formação da cidadania, ou, ainda, quando ouve e reage às respostas dos alunos. Neste processo todos aprendem inclusive o professor, através dos relatos dos mesmos, pois “não é qualquer conversa que serve de suporte temporário para compreender o texto” (KLEIMAM, 1993, p. 24).

Consideramos a leitura do texto literário fundamental para dar início ao planejamento docente, por possibilitar sua utilização em sala de aula como um objeto de estudo que certamente desperta o interesse dos alunos. Assim, através da adequação do conteúdo do texto e da intervenção e inferência, do professor e dos alunos, na interpretação do mesmo.

A escolha e aplicação do texto perpassa com a realidade da comunidade, não serve para limitar ou castrar o espaço de construção do conhecimento pois amplia o conhecimento e agrega valor cultural ao processo educacional. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) definem a leitura:

Processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informações, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência (PCNs, 1998, p. 69-70).

Procuramos atingir ou descobrir uma forma viável para aplicarmos o letramento com os alunos na sala de aula, levando em consideração a diferença entre Alfabetização e Letramento, conforme os seguintes conceitos de Magda Soares: Alfabetização - Ação de ensinar e aprender a ler e escrever; Letramento - Estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita (SOARES, 2009, p 47.). É assim que consideramos não apenas as habilidades de leitura e escrita, mesmo com os obstáculos apresentados pelos alunos, mas um exercício da prática social através do uso concreto e adequada aplicação educativa dos textos, pois “a Literatura serve tanto para ensinar a ler e a escrever quanto para formar culturalmente o indivíduo” (COSSON, 2011, p. 20).

4.1.2 Alguns dados em torno da experiência

A relação do processo de ensino e aprendizagem na instituição escolar é um grande meio ou objeto de trabalho para atingirmos o letramento, pois coloca em evidência a dimensão do trabalho entre seres humanos; o professor e outros seres humanos, os alunos, o qual não deixa de haver diretamente a influência emotiva, psicológica, filosófica, religiosa, social e cultural.

Ao pensarmos sobre a realização das atividades educativas que dizem respeito à interação pelos diferentes meios, dos diversos componentes curriculares e das diferentes metodologias didáticas que podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula, pelas quais se predispõe a chegar aos possíveis resultados dos objetivos planejados, nos levando a uma reflexão prática da força que tem a educação para transformar as pessoas, mediante os passos do trabalho docente.

Outra opinião que podemos tecer a esse respeito é em relação a um momento em que tudo ou nada pode acontecer nesta relação, ou atingir algo de positivo ou de negativo. Por isso um dos fatores considerados como essencial é justamente a motivação do docente para com os discentes em relação aos saberes e à socialização que a escola pode propor aos alunos, possibilitando um certo grau de fascinação e entusiasmo que pode ser gerado nos alunos através dos recursos e das estratégias usadas pelo professor:

A pedagogia é o conjunto de meios empregados pelo professor para atingir seus objetivos no âmbito das interações educativas com os alunos. Noutras palavras, do ponto de vista da análise do trabalho, a pedagogia é a “tecnologia” utilizada pelos professores em relação ao seu objeto de trabalho (os alunos), no processo de trabalho cotidiano, para obter um resultado (a socialização e a instrução) (TARDIF, 2002, p. 117).

É esta prática pedagógica, ou este conjunto de atividades, que consiste, naturalmente, no grande desafio para todo e qualquer professor, considerada uma grande vertente para a desmistificação da afirmativa corrente de que o aluno da escola do campo não sabe ler, nem sabe escrever, que é um coitadinho, que sempre está com a cara de cansado de trabalhar na agricultura, que ele não vai a lugar nenhum além do “roçado” e que ele não quer nada com as atividades da escola.

Como se pode verificar através das atividades realizadas na pesquisa, a desmistificação desta afirmativa é possível e foi vivenciada de forma concreta, conforme os depoimentos orais e escritos dos alunos oriundos das atividades aplicadas, e, principalmente, pela análise da interpretação criativa das leituras, da compreensão, do diálogo informal e descontraído e da forma como eles demonstram ver o mundo e sua realidade em particular.

Com especial destaque para as perspectivas de futuro daqueles alunos que, embora se encontrem em uma Escola do Campo, preservam objetivos e esperanças de grandes conquistas sólidas para o futuro, de forma igualitária a qualquer outro tipo de aluno de uma escola que não seja do campo ou até muito mais, devido às dificuldades e os obstáculos enfrentados no seu cotidiano.

No processo, foi inevitável percebermos a grande confiança que todos os alunos depositavam na escola através dos seus professores, como se os mesmos fossem verdadeiros guias para os seus projetos de vida. A confiança na escola, por parte do alunado, representa o verdadeiro papel da mesma, a condição e o critério de poder possibilitar uma mudança de vida através do conhecimento.

É como se a escola possuísse força para fazer explodir as algemas da ignorância e abrir uma nova porta, através do conhecimento, possibilitando outra forma de vida, de forma prazerosa e mais satisfatória das próprias necessidades básicas humanas, o que eles demonstram muitas vezes não só com palavras escritas, mas na oralidade.

Os alunos não se colocam ou não se deixam transparecer como sujeitos satisfeitos, apenas pela posse da terra que acontecera no passado, evento no qual seus pais ou seus avós se fizeram presentes. Esta é uma realidade que já não é tão mais questionada, lembrada,

apesar de sentirmos que esta parte se encontra na memória de cada um deles. Cabe à escola, enquanto uma instituição formada por profissionais pensantes, procurar fazer o registro de forma natural sobre a importância histórica dos movimentos sociais para a estruturação da atual realidade dos camponeses.

No questionário sociocultural aplicado na turma, ficou mais que provado que, mesmo eles sendo filhos de camponeses, morando no assentamento, não demonstram nenhum atrativo pelo trabalho da agricultura, nem mesmo na situação de auxiliar para ajudar os seus pais, levando em consideração suas falas apresentadas nas respostas das atividades realizadas, entre algumas delas que consideramos representativas dessa situação, encontram-se incluídas nos dados da experiência da pesquisa.

Os jovens, apesar de alguns deles ainda permanecerem no trabalho agrícola, por ser a principal fonte de renda dos mesmos na comunidade, não almejam se profissionalizarem nesta atividade.

Eles chegaram a afirmar o desejo de conseguirem “emprego” de forma rápida, logo, e após concluírem o Ensino Médio, o que na verdade sabemos que só pode acontecer fora do assentamento, ou seja, que logo após a conclusão do ensino Médio, eles desejam partir em busca de seus sonhos: na verdade, eles não tornam claro esta ideia através de algo escrito para que aqui pudesse ficar registrado, mas através da convivência peculiar com o pessoal do campo é que chegamos a certas conclusões a respeito dos seus objetivos.

E isto é o que nos tornamos sabedores através do diálogo com os pais dos ex-alunos da escola. E até por meio das inúmeras visitas que a escola recebe de ex-alunos vindos do Recife, São Paulo e Rio de Janeiro no horário das aulas. Valendo salientar que eu mesmo tive esta oportunidade de presenciar este fato, não agora durante a pesquisa, mas durante os cinco anos em que trabalhei nesta Escola. Pois, eles a visitam para rever alguns professores e funcionários que entre eles são considerados parentes e, em alguns casos, há os que são biologicamente. Eles mostram algumas fotos de onde moram, de filhos e até de local de trabalho.

No seu vocabulário cultural não são mais usados os termos que remetam a esta realidade, como, camponeses, agricultores, assentamento, sem-terra, dentre outros, na linguagem ordinária. Os alunos dessa faixa etária do Ensino Médio já têm outra forma de ver o mundo ou de tentar ocultar esta realidade que guarda sombra de sofrimentos e a escola entra como um espaço de grande importância na vida dos então estudantes de hoje, para mudar este sistema de vida assim como sair da fazenda e tentar a vida fora da comunidade.

Portanto, nem tudo na escola desperta interesse, mediante os objetivos dos mesmos estarem pré-definidos. Apesar da pouca conscientização da realidade de vida, eles demonstram terem planos para seu futuro e com um papel social e econômico pré-determinado e bem diferente do que é mostrado e trabalhado no dia a dia. Porém, complementando a desmistificação do aluno da Escola do Campo, colocamos a sua prática enquanto aluno do Ensino Médio, durante as aulas, movido pela motivação prévia dos mesmos em relação ao assunto e ou à habilidade trabalhada, e principalmente a sua importância e a função social dentro e fora da escola, o que, na verdade, não é tão diferente da realidade do aluno da escola da cidade.

Podemos, assim, fazer a relação entre os desafios, as limitações, as dificuldades, a sensibilidade, a afetividade, a habilidade, a ignorância, a educação, os desejos, as ambições, as frustrações, a responsabilidade, as decepções, o comportamento entre outros aspectos que podem ser considerados no processo educacional e da própria formação do sujeito social.

Percebemos certo nível de interesse por parte dos alunos pelos estudos a longo ou a curto prazo, apesar de demonstrarem, claramente, certa preocupação. Por eles estarem motivados pelas necessidades de se inserirem no mundo do trabalho como forma de mudar sua forma de vida em curto prazo, em virtude do poder aquisitivo e da possibilidade de sair da zona rural, mas, para isso acontecer, é preciso adquirir conhecimento e conquistar o certificado do Ensino Médio.

Afinal é este certificado que pode possibilitar a melhoria de vida. E é por meio deste que eles fazem qualquer coisa que os professores mandarem fazer na Escola sem reclamação, sem questionamentos e sem aborrecimentos, fato este que torna muito prazeroso trabalharmos com os mesmos em sala de aula, pois eles vêm na Escola a solução para seus desejos e perspectivas, mediante a conscientização interiorizada de seus objetivos, criando assim um clima familiar marcado pelo respeito para com os Professores, com a Gestora, com os funcionários e com as atividades escolares apesar das dificuldades e das diferenças individuais.

É por este certificado que eles cumprem qualquer jornada de atividade quer seja prazerosa ou não, embora quando há um sentido próximo à suas expectativas de vida, convenhamos ter uma melhor participação e um maior envolvimento por parte deles, assim como verificamos nas atividades da pesquisa, por ter se tratado de um momento completamente diferente em relação aos cinco anos de trabalho enquanto professor no cotidiano escolar e em outra situação histórica na escola.

Embora haja este conceito para os alunos e vejam a Escola como a redentora de sua situação, enquanto camponês não assumido, lhes faltam ainda a consciência da situação de oprimido socialmente e que principalmente, embora portadores deste certificado, mas, nem todos encontrarão este espaço para sua realização plena de uma vida digna na sociedade e no mundo, continuando assim na mesma situação de oprimido. Havendo necessidade de um nível maior de consciência ao ponto de se transformarem ainda em lutadores em prol da conquista para o exercício de seus direitos básicos, ou seja da realidade social, profissional e econômica de sua vida, quer seja no campo ou até mesmo na cidade grande, como é comum eles fazerem, após a conclusão do Ensino Médio, procurarem os grandes centros em busca desses sonhos.

Ou ainda quando de posse desse certificado, alguns chegam a conseguir um contrato de prestação de serviços, nas unidades Municipais ou Estaduais que hoje funcionam na comunidade, tornando-os sob a opressão da classe política, lhe restando pouca liberdade de vida. É como se estivessem sob o domínio do antigo latifundiário da Fazenda de Alagamar. E o é pior nisso tudo é a falta de consciência dessa real situação e se dispõem como “ presos “ a esta situação, como se não lhe restasse outra alternativa para independência, continuando assim sob este domínio e obediência a quem se colocarem como contratantes dos serviços dos mesmos, sem contar com nenhum vínculo empregatício para uma estabilidade no futuro.

Ao falarmos, pedagogicamente, em relação ao objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa confirmamos a possibilidade da prática do letramento pelas atividades da Sequência Didática no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura. Apesar dos alunos apresentarem dificuldades em relação às habilidades de leitura e escrita, eles conseguem expressar suas vontades, seus desejos, seu modo de pensar. Só que, para isso, é necessário que o professor possa criar situações didáticas possibilitem a valorização da força de vontade dos mesmos ao se comunicarem oralmente, sem levar em consideração, as normas cultas da linguagem, pois eles parecem ter uma linguagem própria dentro da nossa mesma língua de acordo com sua cultura camponesa.

Mas, para que isso aconteça, nós professores, tivemos que nos unir e definirmos uma nova metodologia na escola, para falarmos a mesma linguagem em prol de proporcionar, a todos, a confiança e a vontade de se expressarem livremente e desenvolverem as interpretações, sem cobranças, sem policiamentos e sem avaliação quantitativa, embora seja preciso, embora sejamos avaliados quantitativamente todos os dias.

Foi muito gratificante esta experiência para registrarmos que a relação dos textos literários e a vida de hoje ou de amanhã, presente e futuro, tem um significado muito especial

e que podemos realmente sermos melhores e que cada um pode e deve cultivar o letramento no dia a dia na escola, tendo-se em vista o quanto necessitamos deste resultado fora dela.

É com uma boa e grande ressalva, em relação ao professor, ou seja, em relação à sua formação, que devemos estar inseridos num padrão qualificado para podermos dominar técnicas e métodos específicos para podermos atender a esta realidade especial que é a Escola do Campo. Vale salientar que não é qualquer pessoa que está qualificada para atuar neste espaço escolar, muitas vezes tratado com menosprezo por parte dos governantes.

Algumas das respostas que consideramos importantes, no processo de levantamento e análise dos dados do trabalho realizado pela professora da Escola do Campo, por causa da sua qualificação e da metodologia empregada para atingir seus objetivos, podem ser relacionadas com o pensamento de Tardif (2002), quanto ao objeto e respectivas técnicas de trabalho harmonizadas com sua forma de pensar, de agir e de desenvolver seu trabalho com seus alunos. A professora da Turma afirma que:

- Costumo trabalhar com os dois (leitura e escrita), mas incentivo os alunos a lerem não só na escola, pois a leitura faz com que conseqüentemente, eles escrevam melhor, levando em consideração que leitura e escrita estão sempre ligados.
- Os alunos gostam de aulas dinâmicas que reflitam sobre assuntos da atualidade, como por exemplo trabalhar com músicas atuais. No geral gostam de temas que eles têm certa familiaridade.
- Eles tratam o ato de ler e de criar textos como um bicho de sete cabeças, mas para quebrar esse tabu, trabalho com os dois de acordo com as possibilidades.
- A escola vem funcionando muito bem, com professores e funcionários dedicados para que o ensino aconteça com boa qualidade. A chegada do Ensino Médio em Alagamar foi um acontecimento muito esperado pela comunidade, pois os alunos precisavam se deslocar para Salgado (cidade) para cursar o Ensino Médio.
- A escola do campo é diferente levando em consideração que eles (alunos) vivem numa realidade um pouco diferente, a grande maioria dos alunos são filhos de agricultores, esses têm maior responsabilidade pois ajudam os pais com a lavoura, fazendo com que tenham uma rotina diferenciada que não atrapalha na aprendizagem dos mesmos.
- A escola do campo a principal dificuldade é o acesso à escola no período chuvoso, temos alunos de vários sítios vizinhos que enfrentam esse problema e também sentem a falta de acesso à *internet* que é um suporte muito usado nos momentos atuais.
- Sobre a educação do campo, acredito que o aluno deve valorizar as suas origens, enxergar as oportunidades que são encontradas no campo, oportunidades que surgem para quem se prepara para elas, tudo isso deve acontecer sem privá-lo de conhecer o outro lado da moeda. A zona urbana, como funciona as coisas nos grandes centros, fazendo com que ele possa refletir sobre os dois aspectos (QUESTIONÁRIO).⁷

Enquanto que a Gestora Escolar afirma que:

A escola do campo trabalha com as perspectivas de destacar as principais atividades econômicas desenvolvidas no espaço rural. Dando incentivo ao aluno do Ensino

⁷ Dados extraídos do questionário aplicado com a professora X da escola pesquisada, em junho de 2012.

Médio a preservar o meio em que vive, oportunizando ainda a vivenciar em sala de aula seu próprio dia-a-dia (QUESTIONÁRIO).⁸

Assim, consideramos o trabalho do professor o mais importante no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, o nível de letramento dos alunos construído em sala de aula reflete a participação do professor neste processo. O sentido ou o resultado gerado do somatório das atividades e do próprio conteúdo da disciplina e da forma como o material ou recurso didático são aproveitados depende do planejamento e, principalmente, do professor e de seu domínio sobre o assunto, as técnicas, e bem como, as abordagens facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na Escola do Campo:

O que a pesquisa esquece ou negligencia com frequência é que a escola, da mesma forma que a indústria, os bancos, o sistema hospitalar ou um serviço público qualquer, repousa, em última análise, sobre o trabalho realizado por diversas categorias de agentes. Para que essa organização exista e perdure, é preciso que esses agentes, apoiados em diversos saberes profissionais em determinados recursos materiais e simbólicos, realizem tarefas precisas em função de condicionamentos e de objetivos particulares (TARDIF, 2002, p. 115).

Assim, procuramos chegar a uma avaliação prática, através da observação e da análise dos dados, de acordo com os exemplos reais que aqui foram relatados no processo do objeto deste trabalho. Atentando-se que nada e ninguém pode forçar o aprendizado dos alunos se eles mesmos não se empenharem em aprender um respectivo conteúdo.

Os alunos podem receber uma série de influências do meio em que vivem, a tal ponto que os mesmos podem ser totalmente afetados em relação ao seu rendimento de aprendizagem, quer seja na prática da leitura ou da produção textual, e é esta interferência do professor em sala de aula que pode provocar algumas mudança nas pessoas.

Não existe, então, um controle nas mãos do professor, por mais que seja a sua ação persuasiva e o seu objetivo de chegar e atingir um determinado fim. Pois dependeremos da predisposição do aluno para aprender. Segundo Tardif (2002, p. 149), “um profissional do ensino” é alguém que deve habitar e construir seu próprio espaço pedagógico de trabalho de acordo com suas limitações complexas que só ele pode assumir e resolver de maneira cotidiana, apoiando necessariamente em uma visão de mundo, de homem e de sociedade.

De acordo com os textos trabalhados em sala de aula, tentamos desenvolver nos alunos as habilidades da leitura, da escrita e da interpretação e compreensão dos textos, do processo de construção de sentidos, principalmente a partir dos debates, das discussões coletivas com a

⁸ Dados extraídos do questionário aplicado com a Gestora escolar, em junho de 2012.

turma e, usando os recursos didáticos que foram citados como exemplos metodológicos para a exploração criativa dos alunos.

Observamos que, paulatinamente, conseguimos conduzir o direcionamento construtivo da relação do texto com a realidade de vida do homem e do estudante do campo, através da leitura singular de mundo dos mesmos. Partimos do mundo já conhecido pelos mesmos para a realidade sonhada no futuro. Procuramos abrir uma nova visão de mundo, de modo a enxergarem a realidade histórica da comunidade enquanto camponeses, para de uma forma consciente construir suas novas expectativas de vida, quer seja na ou fora da vida do campo.

Atribuímos este fato ao significado de transformação articulado na relação entre a teoria e a prática da vida do aluno da Escola do Campo, mediante as práticas sociais que foram associadas às concepções extraídas dos próprios textos usados nas atividades da pesquisa, potencializando, assim, a formação cidadã dos alunos em prol de uma estrutura de convivência plena e digna na sociedade.

4.2 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO LETRAMENTO

*Seria uma forma muito ingênua,
Esperar que as classes dominantes
Desenvolvessem uma forma de
Educação que permitissem
às classes dominadas perceberem
as injustiças sociais de forma crítica
(Paulo Freire)*

O processo educacional, no atual século XXI, apresenta para a Instituição Escolar um verdadeiro desafio em relação à grande variedade de questões que a ela são colocadas e que, em alguns casos, e nem sempre, são de sua inteira responsabilidade. A educação aparece como uma realidade considerada irredutível em relação aos questionamentos das ações da sociedade humana. Sua origem, na maioria das vezes e dos casos, confunde-se com as procedências do próprio homem.

Fernando Abath Cananéia afirma que:

Indiscutivelmente o mundo é do jeito que a gente vê e por isso existem várias maneiras de olhar e de ver. Podemos olhar e não vermos, pois o que é verdadeiramente importante, o que é essencial, muitas vezes não conseguimos perceber. As relações de intercâmbio entre os seres humanos são relações de vínculos, de símbolos, de saberes e de atualidades com profundas interfaces com a

comunicação, com a educação, portanto, um grande caldeamento de processos sociológicos. A educação e a cultura enquanto elementos identitários, estão profundamente inter-relacionados e enraizados nessa nova fermenta que se apresenta na contemporaneidade. (ABATH, 2013, p. 59).

Este desafio para a Escola desenvolver o letramento, a partir das suas atividades educacionais, nos leva a uma consciência de que a escola detém o poder e a possibilidade “*do ser, do agir e do pensar*”. E estas são tipos particulares de ações que fazem parte das atividades educativas que são desenvolvidas no processo escolar, ou pelo menos admitimos que estas façam parte do processo de ensino e aprendizagem, e em especial e necessariamente na Escola do Campo.

Aos educadores cabe, de forma planejada e sistematizada, experimentar novas metodologias no processo de ensino e aprendizagem voltados para a realidade dos alunos e da comunidade onde a Escola está inserida com o propósito de atingir os objetivos propostos no seu Projeto Político Pedagógico e as suas respectivas práticas sociais.

Relacionamos o significado de Letramento com a LDB (1996), um desafio que cumprimos com responsabilidade, com vistas a ensinarmos a comunidade interna da Escola a aproveitarem as experiências extraescolares no processo de valorizar, divulgar e desenvolver a cultura do homem do campo. Assim, a cultura pedagógica valoriza o patrimônio e o conhecimento que o aluno constrói na escola da vida; incorporando certa hegemonia sistematizada de articulação entre escola e comunidade, satisfazendo assim as reais necessidades dos alunos em relação à sua aprendizagem no espaço escolar.

Do conceito formal da palavra Letramento e a versão constituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), também conhecida por apenas Lei de Diretrizes e Bases (LDB), percebemos a comparação direta entre Literatura e Realidade, sem reducionismo de um ao outro ponto. Pelo contrário, focalizamos na semelhança e aproximação que formam os elos comunicantes entre ambas.

Afinal, por mais fantasioso que seja um texto poético, podemos considerar que a literatura sempre materializa certa realidade, se apresentando de forma irreversivelmente relacionada a um senso de criatividade, quer seja coletivo ou individual. E foi isso que buscamos durante nossa pesquisa, pois os textos utilizados na busca dos resultados do Letramento dos alunos são textos que detêm conteúdos relacionados com a realidade camponesa dos mesmos.

Neste caso, para que se possam obter resultados com êxitos, é preponderante que o Currículo Escolar e a Prática Educativa do professor, disponham de objetivos e conteúdos projetados e alinhados à realidade social dos aprendizes, sob uma reflexão crítica e uma

perspectiva evolutiva para fomentar uma nova consciência, e assim atingir a meta dos PCN e consolidar a formação cidadã dos alunos.

Chegamos a este resultado através do Ensino de Literatura, uma disciplina que dispõe do uso da arte das palavras em diferentes tipos de papel do verdadeiro cidadão, assim como: estudante, profissional, consumidor, eleitor, político, comerciante e camponês, entre tantos outros que podem ser usados através de diferentes estratégias educativas através das habilidades de leitura, reflexão e da produção textual.

Para que esta estratégia possa realmente acontecer em sala de aula, torna-se necessário que o professor de Língua Portuguesa e Literatura seja habilitado e que possa identificar alguns saberes linguísticos norteadores encontrados nos PCNs, permitindo-lhe, assim, outra visão a respeito das atividades do ensino, não se restringindo apenas ao ensino tradicional e ao recurso do Livro Didático, que impera na maioria das vezes nas aulas de Língua Portuguesa durante o segmento do Ensino Médio, guiado por uma metodologia totalmente tradicional, voltada para a normatização culta padrão da língua, utilizando a regra do certo ou errado, limitando assim o espaço de criatividade do aluno no uso da linguagem.

Daí, de acordo com Magda Soares (2009) se justifica o surgimento e a necessidade desta nova palavra (LETRAMENTO) no vocabulário da nossa língua e no contexto do processo do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa para construir a diferença e reduzir a limitação das ações do termo (ALFABETIZAÇÃO) no processo educacional, portanto, eis a relação entre ambos os termos de acordo com a autora ora citada:

A Alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever; e o Letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva as práticas sociais que usam a escrita.

Desse modo precisaríamos de um verbo letrar para nomear a ação de levar os indivíduos ao letramento [...] Assim, teríamos alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2009, p.47).

Por estes caminhos, refletimos em torno da grande importância e da necessidade do letramento ao invés de apenas haver a preocupação com a alfabetização dos alunos, pois percebemos que sem o letramento não existe a relação com a realidade e nem se relaciona a teoria com a vida prática dos alunos.

Obviamente, são muitas as dificuldades que se apresentam dentro do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Médio que vão desde a estrutura curricular da Língua Portuguesa à inclusão da Literatura como disciplina obrigatória, embora sem autonomia de

espaço e tempo; carente de um ambiente propício e material didático específico para realização do trabalho docente desta disciplina. Mesmo assim, a Literatura assume um papel fundamental a se cumprir na sala de aula, principalmente quando se usa uma metodologia condizente ao objetivo do processo de letramento.

De acordo com Soares, o termo letramento praticamente surgiu quando se passou a entender que na sociedade contemporânea é insuficiente o aprendizado apenas da leitura e da escrita. Como se bastasse o sujeito, aluno/cidadão, saber utilizar o aprendizado da linguagem através da leitura e da escrita em situações sociais de acordo com as suas necessidades. O sujeito vai lendo e produzindo textos, constituindo, assim, um conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades sob uma nova dimensão, um novo mundo, este novo olhar que pode ser designado de letramento.

Para tanto, convenhamos refletir:

Há sim, uma diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado. Ou seja, a pessoa que aprende a ler e a escrever – que se torna alfabetizada – e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – que se torna letrada – é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever – é analfabeta – ou, sabendo ler e escrever, não faz uso da leitura e da escrita – é analfabeta, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita. (SOARES, 2009, p. 36).

É possível encontrarmos algumas pessoas que passaram pela instituição escolar, e que aprenderam técnicas de codificação e decodificação dos códigos escritos. Elas são capazes de ler algumas palavras ou textos, simples e curtos, porém, não são capazes de usufruírem da língua escrita, em determinadas situações sociais, que necessitem de habilidades mais complexas. Portanto, essas pessoas são *alfabetizadas* e, no entanto, não são *letradas*. E esta é uma situação que podemos encontrar em alguns alunos que se encontram na escola e até cursando o Ensino Médio, portadores de certas dificuldades destas habilidades, ou até mesmo, tornando-se inviável o aprendizado por não dominarem a leitura e a escrita.

Este é o grande desafio que se encontra nas mãos dos professores: em poder conciliar esses dois processos, de modo a vir assegurar aos alunos o domínio do sistema alfabético e ortográfico e a plena condição de uso da nossa língua nas práticas sociais de leitura e escrita. Torna-se, então, indispensável o uso de uma metodologia completamente diferente daquela que apenas se preocupam em despertar ou cumprir os trâmites do ensino e a aprendizagem das habilidades da leitura e da escrita, ou seja, da alfabetização do indivíduo pela CODIFICAÇÃO e a DECODIFICAÇÃO.

Neste caso, baseados na contextualização teórica de Magda Soares (2009), podemos afirmar que os textos usados no ensino de Literatura têm uma importância muito relevante, pelo fato dos textos serem portadores de uma comunicação no meio social que pode transgredir ou denunciar determinado fato significativo em um determinado contexto histórico, social e cultural. Portanto, este conceito não é absoluto, ele pode apresentar certa variedade de acordo com o contexto social que a escola encontra-se inserida.

A realidade da turma pesquisada funcionou como parâmetro para a estruturação deste estudo, uma realidade camponesa em uma Escola do Campo e no Campo. Em virtude das suas características sociais, culturais e econômicas, o objeto pesquisado e o resultado que obtivemos, se apresentaram não de acordo com os objetivos inicialmente planejados, ou seja, de acordo com a própria realidade da Escola e dos alunos.

Motivados pela metodologia, pelos recursos didáticos e meios utilizados na aplicação da Sequência Didática chegamos a ultrapassar o ensino tradicional das habilidades da leitura e escrita e chegamos a atingir o letramento pela relação direta entre os textos e os leitores e pelo sentido atribuído a cada um deles, mediante a técnica reflexiva em cada atividade, através das diversas interpretações, das compreensões e dos significados atribuídos, mediados pela inferência do professor (pesquisador) movido pelos objetivos estabelecidos na pesquisa.

Mediante esta ação inovadora da consciência dos alunos gerada pela ação do letramento, através da apropriação e uso das práticas sociais da leitura e da escrita, o que “*caracteriza e transforma*” o sujeito com grandes diferenças, entre o sujeito apenas “*alfabetizado e o letrado*” que “*usa e pratica socialmente*” a leitura e a escrita, podemos, então, associar diretamente ao que Paulo Freire introduziu no sistema escolar, como um instrumento de libertação do indivíduo e o mesmo afirma que “ a educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo”.

Portanto, eis um grande motivo para considerarmos importante a interpretação do pensamento do mestre Paulo Freire em relação à autonomia do professor e do aluno do Campo e o desenvolvimento do Letramento, diante desta realidade com características tão singulares que devem ser levadas em consideração no planejamento, na execução e na avaliação da proposta da Escola do Campo, em que há a responsabilidade do Corpo Docente em estar preparado e atualizado para lidar com a realidade e as necessidades específicas da aprendizagem dos alunos, conduzindo o processo de modo a obter êxito, atingir os objetivos, as finalidades e projetar novas perspectivas de futuro na vida dos alunos. Segundo o mesmo:

Alfabetização, por exemplo, numa área de miséria só ganha sentido na dimensão humana se, com ela, se realiza uma espécie de psicanálise histórico-político-social de que vá resultando a extrojeção da culpa indevida. A isso corresponde a “expulsão” do opressor de “dentro” do oprimido, enquanto sombra invasora. Sombra que, expulsa pelo oprimido, precisa ser substituída por uma autonomia e sua responsabilidade (FREIRE, 1996, p. 83 e 84, grifo do autor).

Por estes caminhos, o aluno desenvolve sua formação crítica através das suas habilidades da leitura e da escrita, levando-se em consideração a grande importância do papel do professor como o intermediário. E, afinal, podemos afirmar que aquilo o que se refere às práticas das habilidades de leitura e de escrita nesta pesquisa teve um aspecto mais que privilegiado, por isso a consideramos como fonte principal dos dados para a análise a respeito do Letramento na Escola do Campo.

Entendemos que o Letramento apresenta-se como um exercício efetivo e competente da leitura e da escrita para se chegar à capacidade de se fazer uma interpretação e poder também produzir um texto de forma consciente e complementar com a sua própria autoestima e realidade de vida, contribuindo na construção de sua identidade cultural, no caso desta pesquisa, de sua identidade camponesa. Diante do exposto, vejamos o que disse o Mestre Paulo Freire:

Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de “opressão” aceitam fatalistamente a sua exploração. Mas ainda provavelmente assumam posições passíveis, alheadas, com relação às necessidades de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo. Nisto reside sua “convivência” com o regime opressor. (FREIRE, 2005, p. 57-58).

A promoção da leitura é papel importante nas atividades escolares e o professor exerce grande importância nesse processo e não apenas na Leitura Literária. Mas nas diversas leituras que fazem parte do currículo escolar. Neste sentido Língua e Literatura caminham juntas no espaço escolar, promovendo, assim, a aprendizagem da língua materna através da prática oral e escrita, valorizando os alunos e seus conhecimentos, o seu estilo de usar a linguagem através da fala ou escrita e pela sua história de vida e de sua cultura.

E é nesse movimento de falar, ouvir, e conversar; de ouvir leituras de muitos textos; de discutir e interpretar e de escrever pensando em certo contexto, que vamos nos transformando em pessoas letradas e aprendendo a ingressar cada vez mais em um mundo letrado.

Ao nos encaminharmos ao final deste trabalho, relacionamos a importância do letramento na escola do campo aos princípios e fins da “Educação Libertadora”, baseada no pensamento ou na teoria político-pedagógica de Paulo Freire. Partimos do pressuposto que o

homem ao nascer sempre se deparou diante de duas grandes possibilidades ou questões, que são: humanizar-se ou desumanizar-se?

E, para respondermos, a esta questão só nos resta nos valermos do sentido de que a educação, desde que autêntica e de qualidade, é um processo de construção da real humanização, e, por isso, tem como base principal e legítima a transformação em uma prática de libertação, sendo esta considerada tão antiga quanto a necessidade de humanização do homem em seus diferentes momentos históricos.

De acordo com o objetivo desta pesquisa, na Escola do Campo do Assentamento do Grande Alagamar, procuramos perceber as necessidades dos camponeses, da comunidade escolar, pois, geralmente a Escola é do Estado, da Direção, do Poder Público e quase nunca pertence ou é dos alunos.

Daí a necessidade de entender a Educação Libertadora de Paulo Freire, diante da realidade do povo do Campo e pela necessidade dos mesmos ampliarem sua consciência para que, com o tempo, eles não se transformem em sujeitos de uma situação opressora do sistema político, os quais podem ser usados como meio para realizar objetivos da classe dominante.

Mais ainda, para que, em virtude da ausência do Estado e pela falta de Políticas Públicas concretas para o homem do campo, essa população de jovens não seja induzida a deixar para trás a vida do Campo, partindo para uma nova realidade de vida fora do Campo.

Apesar de que esta foi a grande descoberta por parte da maioria dos alunos do Ensino Médio. Ficou mais que comprovado quanto aos seus objetivos de permanecerem na escola para conclusão da Educação Básica, não para fincar-se no campo, mas para buscar uma forma de libertação fora da área e das atividades do campo.

Embora que estes ou aqueles, às vezes, estão despreparados, mediante o fracasso escolar ocasionado pelo tipo de Educação ofertada no Campo ou pela falta de habilidade técnica ou profissional para o mercado de trabalho nesta época da globalização e do avanço tecnológico. Muitas vezes eles são driblados pela opressão do sistema dominante e político e chegam ou retornam a uma posição de oprimidos.

No entanto, é a Escola a instituição que pode e deve transformar esta realidade através do seu poder de mudar as pessoas e estas por sua vez, transformar o mundo. Eia mais uma coerente afirmação de Paulo Freire em complementação a este momento do trabalho:

Quem, melhor do que os oprimidos se encontrarão preparados para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca;

pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2005, p. 34).

Os camponeses que buscam sobrevivência nos centros urbanos se tornam vítimas da falta de conhecimento para ingressar no competitivo mundo do trabalho e se tornam a classe oprimida e dominada. Enquanto de direito poderiam permanecer no Campo e conseguirem certo desenvolvimento equiparado a sua realidade e suas aptidões de luta, sendo socialmente produtivos em sua própria localidade com condições de permanecer e desenvolver as atividades de vida no Campo.

Para isso, confio no poder e na força de transformação que tem a Educação na vida das pessoas, embora, para que isso se torne realidade, seja necessário e indispensável o comprometimento por parte dos Educadores do Campo em relação à causa dos camponeses. E, que só através da ação educativo-crítica, na prática progressista, ou simplesmente pela ação do “letramento interdisciplinar”, por parte dos Professores, em relação a esta causa, de modo a que ela seja efetivada proficuamente.

Levando-se em consideração os saberes necessários e obrigatórios por parte dos Docentes, que fazem acontecer o processo de ensino e aprendizagem escolar, sempre polarizado através dos princípios fundamentais da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire: respeito aos saberes dos educandos; criticidade; ética; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento da identidade cultural, consciência do inacabado; bom senso; humildade; tolerância e luta em defesa dos direitos dos educandos; mudança é possível; competência profissional; liberdade e autoridade; querer bem aos alunos, e; que principalmente a Educação seja uma forma de intervenção no mundo.

Assim, todo e qualquer docente, enriquecido deste novo termo em nossa língua (letramento) e incluso na nossa prática educativa sobre a prática social da leitura e da escrita, depende de um potencial qualitativo e de força de vontade para com aqueles que são a razão da existência da nossa profissão (os alunos), buscando o modo de ver, sentir e agir destas pessoas através da conscientização, gerada em sala de aula, local do nosso trabalho, o qual nos confere o grande poder para criar possibilidades para construirmos a mudança destas pessoas e conseqüentemente, estas pessoas poderem provocar e realizar “a mudança do mundo”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao término deste trabalho e dos termos, estudados e pesquisados, entendemos que a conclusão deste será sempre inacabada, por levarmos em consideração o grande fluxo de novas expectativas que surgem sobre o termo “letramento” e, principalmente, sobre a Educação do Campo, além da eterna discussão a respeito das Práticas Educativas realizadas nas Instituições Escolares. Portanto, não há como finalizar o que, na verdade, continuará, sempre, sofrendo mudanças diante do aparecimento de novas ações peculiares e transformadoras por intermédio das atividades humanas entre a reflexão da teoria e da prática.

A Escola do Campo, diante dos complexos dilemas especulativos, é considerada hoje um grande repositório de uma variedade de histórias vivenciadas ao longo dos anos no nosso país, apesar que se encontra dialeticamente interligada, interagente e atrelada totalmente ao sistema educacional, mesmo que colocada sob determinada ótica, ainda considerada limitada, oferecendo a cada nova pesquisa abertura de reflexão, surgindo a cada passo, um respaldo de autonomia por intermédio do espaço de uma construção renovada quanto à vida cotidiana da Escola do Campo.

Por mais incrível que possa parecer, esta pesquisa nos permitiu perceber e identificar alguns elementos que consideramos constitutivos de uma realidade que demonstra os (des)cuidados a que vem sendo submetida a população do Campo ao longo dos anos, principalmente em relação a oferta e a qualidade da Educação.

Deparamo-nos com uma série de desafios, dificuldades e obstáculos para a realização de uma Educação de melhor qualidade, que seja formativa e que realmente possa ofertar e corresponder a outro resultado no processo de ensino e aprendizagem. De maneira que se tornasse um processo menos excludente e que se harmonizasse com a realidade específica dos trabalhadores do Campo, e que os mesmos conseguissem uma realização plena, em pé de igualdade para com as demais escolas da rede pública estadual, porém dentro do mesmo espaço da sociedade.

Chegamos a constatar na pesquisa, através das respostas dos alunos e do diálogo informal por meio da observação participante, que a população do Campo é um grupo de famílias que, na sua maioria, não se encontra tão satisfeitos com a vida, em virtude de estarem situados em uma área em que as políticas públicas não parecem corresponder aos seus maiores obstáculos sobre o aproveitamento e o desenvolvimento do trabalho agrícola. Apesar de toda história dos movimentos sociais e dos conflitos e até mesmo da conquista da posse da

terra, no fundo, eles ainda carregam certo preconceito social e econômico, estigmatizado e evidenciado pelo consumismo midiático e imediatista do sistema capitalista.

Hoje, a população camponesa, no Grande Alagamar, não demonstra “orgulho” e nenhuma satisfação com a sua identidade sociohistórica e com o processo que o torna uma comunidade em que cada família detém o poder de seu próprio pedaço de chão, pois não há condições de ampliar o cultivo da agricultura por uma série de problemas enfrentados, principalmente, a condição econômica instável para estabelecer um sistema de irrigação que possibilitaria enfrentar o problema da falta de água ou do período de estiagem.

Podemos ainda colocar a falta de organização e ou interesse por parte da Associação Cooperativa local ou por algum representante da comunidade para fazer voltar a funcionar a extração da cal, pois sendo um minério existente no solo do assentamento poderia, ainda ser uma grande forma para, retomar um espaço que oferecesse um mercado de trabalho, com novas expectativas econômicas e financeiras.

Verificamos esta realidade através de longas conversas informais com os jovens, pois eles não falam abertamente sobre este assunto. É como se eles tivessem guardado certo repúdio. E este assunto já não é para eles um motivo que desperte nenhum prazer. Pela falta de credibilidade nas políticas públicas para com a causa do povo do campo.

Até certo ponto é como se o conflito representasse algo de errado ou ruim, por falta de esclarecimento a respeito, e que poderia já ter sido feito pela escola, através de um Projeto Educativo. Isso se dá pela falta de conscientização dos mesmos, pelo fato da Escola não ter tido a ideia de trabalhar este assunto no conteúdo das disciplinas curriculares, por exemplo, nas aulas de História, Língua Portuguesa, Artes, etc. Nos dias atuais, o conceito de camponês assumiu um valor negativo como se fizesse conceituar um sujeito de um nível inferior, sem status social. Os alunos não se vêem como atores pertencentes a esta história.

Na verdade, a Escola não se encontra sob o nível de trabalho de uma Escola do Campo, conforme os documentos que lhe atribui alguns direitos e algumas obrigações. Permanece sob as finalidades da antiga Escola Rural, faltando o empenho da comunidade escolar para aplicar uma Pedagogia com perspectivas Libertadora mediante o pensamento ou teoria de Paulo Freire e a realidade camponesa. Isso se deve ao fato de que os objetivos ainda não são tão claros quanto deveria ser, e a metodologia docente da Escola ainda não ter avançado muito.

Atualmente, o ensino de Literatura, apesar de ser tratado como uma disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio, ainda está apenas sob a responsabilidade da

Professora de Língua Portuguesa, que pode decidir colocar ou destinar a quantidade de horas/aula para cumprir a inclusão dos conhecimentos da mesma.

Portanto, ainda se resume, basicamente, ao conhecimento metódico das características das Escolas Literárias, incluindo o espaço histórico com o registro cronológico das obras e autores e a Escola Literária a qual pertence, conforme aparece no Livro Didático de Língua Portuguesa ou cobrando dos alunos o registro da língua através do padrão culto das regras gramaticais, método este que consiste na construção da insatisfação por parte dos alunos, mediante a grande diferença entre a língua usada no seio familiar, na sua maioria agricultores, provocando a evasão ou o fracasso escolar pela punição da reprovação. Desta forma, não se está oferecendo aos alunos uma oportunidade da prática da leitura, reflexão e interpretação das obras literárias, assim como da própria produção textual.

Na pesquisa podemos comprovar o interesse dos alunos e o prazer que os mesmos demonstravam ao participarem das atividades, tanto na prática da leitura quanto na parte da escrita, mediante a possibilidade de avanço pela participação na reflexão crítica dos textos como meio de se chegar a uma mudança do modo de ver o mundo e poder surgir uma libertação de vida dos camponeses.

O *Hino de Alagamar* proporcionou uma possibilidade de esclarecimentos valorativos em torno da memória da atuação dos movimentos sociais, da força que teve a organização dos agricultores contra os poderosos (opressores), pela forma de chamar atenção das Autoridades Políticas da época, pela grande colaboração de religiosos na orientação básica sobre os direitos humanos e na busca de força pela fé e pela união dos trabalhadores do Campo.

Enquanto que a letra da canção nos levou a desfrutar de uma reflexão sobre o *lado afetivo e a bravura humana*, como um somatório das características que eleva, o sujeito, na sua força interior, através de seus objetivos, que podem ser desde o amor fraternal entre familiares, amigos, na relação amorosa-sexual, mas, também, pode ser em prol de um objetivo comum e coletivo.

Porém na leitura do trecho do texto *Morte e Vida Severina*, apesar das dificuldades dos alunos em relação à prática de leitura, conseguiram avançar muito mais em relação à reflexão e interpretação da situação real do homem do campo, o que foi discutido de forma natural em sala de aula no momento da interpretação oral do respectivo texto.

Momento este que coloco como sendo de grande importância na pesquisa, e que foi alcançado em virtude dos textos selecionados para serem usados durante as aulas ou encontros da pesquisa. Nada impede que seja dada a continuidade do trabalho, como uma forma de poder construir em um nível mais avançado de conscientização ou de *letramento* dos alunos

camponeses pelo uso das *práticas da leitura e da escrita* e que possam se organizar em busca de fincar espaço e atingir um desenvolvimento econômico na própria *terra* sem precisar de se transformar em *retirantes*, assim como vimos no texto trabalhado.

Historicamente, a população do Grande Alagamar foi se revoltando pelo tipo de vida que a maioria das famílias enfrenta, chegando ao ponto de ter se criado uma falta de credibilidade no trabalho como agricultores e na difícil condição para sobreviver e enfrentar as dificuldades apresentadas no seu dia a dia.

Afinal, além da terra são necessárias condições financeiras e estruturas sociais para que a vida no campo continue digna e com perspectivas positivas para o futuro, e que, assim, os camponeses tenham uma vida produtiva e que na própria comunidade se ofereça retorno financeiro em curto prazo, para a sustentabilidade financeira das famílias para que possam, assim, permanecer no campo.

Acreditamos que pelo motivo desta escola estar situada, praticamente, no centro das antigas fazendas, apesar do difícil acesso, e principalmente em relação à parte didática pedagógica e a estrutura física, ela ainda conta com uma boa quantidade de alunos, embora, poderiam ser melhores as condições para o seu adequado funcionamento.

Por exemplo: a parte física do prédio; falta de reformas e ampliação desde a construção da mesma; falta de professores habilitados nas disciplinas por conta da distância da cidade; concurso público para escolas do campo, indisponibilidades de professores habilitados na comunidade para serem contratados; inexistência de transportes alternativos para a Escola, falta de segurança e o descaso político com a Educação do Campo.

Apesar dos obstáculos citados, a escola encontra-se funcionando e ofertando o Ensino Médio desde o ano de sua implantação (2005) até a presente data, tendo já muitos alunos concluído o Ensino Médio ao longo dos anos. Para a comunidade, ou seja, para os alunos poderem contar com esta oportunidade de cursar o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, com mais facilidade em virtude de não precisarem se deslocar para cidade de Salgado de São Félix, eles consideram excelentes. Principalmente, por ser mais perto de suas residências.

Assim, diante desta alternativa nos resta fazer uma análise crítica da qualidade do ensino ofertado e dos possíveis resultados de aprendizagem com êxito e coerência lógica, de acordo com a legislação específica para as Escolas do Campo e a sua realidade atual de funcionamento.

Vale salientar ou refletir em relação às possíveis condições estratégicas contidas no Projeto Político e Pedagógico da Escola e os objetivos do Corpo Docente e das famílias

camponesas, principalmente dos alunos, os quais depositam na Escola todas as suas esperanças para uma mudança em suas vidas como forma de libertação e transformação, mediante a situação que eles ainda enfrentam por serem moradores do Campo ou na zona rural.

Diante da relação comparativa entre a revisão literária a respeito desta temática e os resultados obtidos na pesquisa, chegamos a determinados pontos conclusivos. Não em uma dimensão total, mediante as investigações sobre a hipótese do problema do estudo do caso específico desta Escola do Campo, mas em uma dimensão considerada parcial.

Conseguimos adentrar em uma realidade muito interessante e que nos ofereceu alguns dados, de modo a termos uma nova visão, um novo ponto de vista, um novo conceito e, assim, renovarmos nossas esperanças em uma estratégia no processo educacional com perspectivas de evolução e mudanças operacionais, embora, sobre alguns critérios, os quais, a partir dos resultados consideramos indispensáveis e até estimulantes para esta nova possibilidade – o desenvolvimento do Letramento através das habilidades da leitura e da escrita em um padrão definido através do uso das práticas sócias no contingente das práticas educativas da escola formal.

Consideramos que o conjunto das práticas educativas podem levar os alunos a um nível de Letramento ou conscientização que possa usar e empregar as habilidades da leitura e escrita e sua interpretação crítica ao uso das práticas sociais para vida extraescolar dos mesmos. Isso é bastante admissível no processo educacional, embora consideremos que alguns tópicos devem ser levados em consideração, por serem de grande relevância para que este processo realmente possa se transformar em fatos viáveis e reais. Entre muitos outros, podemos citar:

- 1º) Situação física do prédio adequada quanto à realidade de organização para um bom desenvolvimento do processo educativo, com equipamentos e mobiliários adequados para um ambiente prazeroso e acolhedor;
- 2º) Disponibilidade de Professores habilitados e comprometidos com a causa da Escola do Campo;
- 3º) Materiais didáticos e pedagógicos específicos para os conteúdos das diferentes disciplinas;
- 4º) Um Projeto Político Pedagógico como roteiro para as atividades e os objetivos definidos e estabelecidos nas práticas educativas do Corpo Docente como forma de oferecer condições reais aos alunos para continuidade dos estudos e para a vida em sociedade;

5º) Adequabilidade do processo educativo da escola, de acordo com a legislação norteadora para o Ensino Médio, levando em consideração a necessidade de igualdade na preparação dos alunos para leitura de mundo e para a competição no mercado profissional;

6º) Aplicações de ações das habilidades de leitura e da produção textual com vista às práticas sociais dos alunos atingindo, assim, um maior nível de letramento para concretizar o senso crítico dos alunos por uma Pedagogia Libertadora, que provoque uma mudança de vida envolvendo os aspectos sociais, cognitivos, culturais, econômicos e políticos para o exercício pleno da cidadania;

7º) Uma boa administração, criativa, competente e audaciosa para com o crescimento da Escola e para uma oferta de uma Educação de melhor qualidade, procurando envolver todos os segmentos em torno de um só objetivo que é o futuro alunos, portando um nível consciente para o exercício da cidadania e a consciência do livre arbítrio enquanto sujeito e agente de transformação do Mundo.

Todavia, a libertação preferida pelos alunos, não é uma libertação pela qual se chega ao conhecimento como forma de adquirir certa base para usar seus direitos e deveres, é apenas uma forma de poder arrumar o seu primeiro emprego. A Escola, assim, através do seu verdadeiro papel social pode buscar uma forma de mudar esta realidade através de novas estratégias e com outro olhar voltado para a libertação de vida no próprio assentamento, ou seja, continuando a viver no campo, conseguindo produzir e realizar os seus objetivos, assim como tantos outros trabalhadores que lutam e chegam à vitória em seu território, sem precisar se deslocar para os grandes centros.

Alguns alunos chegam a comentar a necessidade deste primeiro emprego não importando o lugar e nem a função. O que eles querem é apenas que o certificado do Ensino Médio possa lhes proporcionar esta oportunidade para atender suas necessidades primárias mais urgentes.

Na verdade, diante da pesquisa realizada, podemos ainda constatar que a Escola não se encontra ainda em um nível ou padrão de trabalho do campo, ou seja, voltada para conscientizar os alunos em relação a sua real situação enquanto trabalhadores e dos direitos a eles assegurados como forma de poderem ainda lutar pela sobrevivência e permanência no Campo.

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa e tem como potencial a produção de alimentos na sua total diversidade e no uso múltiplo dos recursos naturais e com concentração de pequenos agricultores e, por conseguinte, com índices de

desenvolvimento entre os maiores. A concepção de agricultura familiar vive em total confronto com a agricultura capitalista.

A Escola ainda continua trabalhando com características da Pedagogia da Escola Rural, afinal o Letramento é um termo considerado novo e atribui significado ao processo educacional, e possibilita a evolução ou mudança na vida dos alunos da Escola do Campo, criando um juízo de valor e um exercício das práticas sociais.

Para isso, é necessário que a Escola possa aproveitar este espaço do ensino, não só da Língua Portuguesa, mas sim de todas as disciplinas, para usar a linguagem criativa por meio da escrita ou da oralidade, através de interpretações que possam oferecer meios para uma situação reflexiva em diferentes tipos de textos buscando a apropriação das práticas sociais.

Ressaltando, ainda, que não é eficaz o Professor de Língua Portuguesa da Escola do Campo apenas se dedicar, trabalhando em sala de aula, aos textos canônicos, pois, muitas vezes, eles estão uns textos desvinculados da realidade e dos objetivos dos camponeses.

Portanto, para os alunos se apropriarem com maestria da leitura e da escrita, e usufruírem da sua grande relevância, o letramento é o processo ou resultado que os disponibilizarão para pôr em prática o processo de comunicabilidade na situação real de vida dentro e fora da escola.

Trata-se do uso da leitura de mundo através do exercício prático dos conhecimentos obtidos nas práticas educativas escolares, obtendo, assim, nem sempre um sucesso econômico, mas, com certeza, um resultado pleno e satisfatório no que se refere ao aspecto intelectual, culminando o poder de ter consciência para responder a seguinte questão: Quem sou Eu?

REFERÊNCIAS

ÁLBUM de Recortes de Jornais (**A Luta de Alagamar – 1979 e 1980**) – Arquivo da Arquidiocese da Paraíba - Responsável: Padre João Maria. – Paróquia São Miguel de Taipú - PB.

ASSOCIAÇÃO de Educação Católica do Brasil. AEC do Brasil. Educação Libertadora. **Revista da Educação**. Brasília. Ano 17, n 67, 1988.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2002.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier; JEZINE, Edineide; MOREIRA, Orlândia de Lima (org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Editora Spicione, 2009. (Coleção pensamento e ação na sala de aula).

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Educação e Escola no Campo**. Campinas – SP: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete, KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo (Org.) **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, 4)

CANANÉA, Fernando Abath. **EDUCAÇÃO (RE)CONSTRÍDA – Teoria Fundamentando a Práxis**. João Pessoa-PB. Editora Imprell. 2013.140p.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: Leitura crítica compreensiva artigo por artigo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Guia Prático do Alfabetizador**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ática, 2010.

CASTRO, Paula Almeida; MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **Etnografia e Educação**. Campina Grande – PB: EDUEPB, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COLOMER, Teresa. **Andar entre Livros: A leitura literária na Escola**. São Paulo: Editora Global, 2007.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Educação do Campo. **Semeando sonhos... cultivando direitos**. Maria do Socorro Silva. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, 2002.

_____. Nacional dos Trabalhadores do Campo. CONTAG. Educação do Campo. **Diretrizes Operacionais**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, 2002.

COSSON. **Letramento Literário: Teoria e Prática**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: MEC FAE, 1988.

DUARTE, Newton. **Vygotsky e o aprender a aprender**. 2 ed. Campinas – SP: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **A Importância do Ato de Ler**. 18 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1987. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 4)

GOUVEIA, Arturo. **Teoria da Literatura: Fundamentos sobre a natureza da Literatura e das Categorias Narrativas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. (Coleção Todas as Letras, 3).

GRAMSCI. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JEZINE; ALMEIDA (org.). **Educação e Movimentos Sociais: Novos Olhares**. Campinas SP: Editora Alínea, 2007.

KLEIMAN, Ângela B. **A Formação do Professor: Perspectivas da Linguística Aplicada**. Campinas. SP: Mercado de Letras, 2001. (Coleção Ideias Sobre Linguagem, II).

_____. (org.) **Os Significados do Letramento**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1995.

_____. **Os Estudos de Letramento e a Formação do professor de Língua Materna**. [S/l]: Editora Universal, 2007. Disponível em: <<http://www.letramento.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

LIBÂNEO. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério; Série Formação do Professor).

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/homeftp/LDB.doc>>. Acesso em: 18 de agosto de 2013.

MELO, João Cabral. **Morte e Vida Severina e outros poemas**. [S/l]: Alfaguara, 2007.

MARCUSHI. **Da fala para Escrita**: atividade de retextualização. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Girleide de Almeida Monteiro. **Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba**: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 2006.

MOLINA; JESUS (org.). **Educação do Campo**: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

MOLINA; FERNANDES (org.). **O Campo da Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2005. (Coleção por uma Educação do Campo, 4).

MOLINA *et. all.* (org.). **Campo**: Políticas Públicas e Educação. Brasília: INCRA-MDE, 2008. (Coleção Por uma Ed. Do Campo, 7)

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Por um Pedaco de Chão**. vol 2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francis; COSSON, Rildo. **Literatura**. Brasília: MEC/SEB, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, 20).

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

PEREIRA, Regina Celi Mendes. **Prática de Leitura e escrita na Escola**: Construindo textos e reconstruindo sentido. João Pessoa: UFPB, 2011. (Coleção Todas as Letras, 9)

_____. **Entre Teorias e Prática**: O quê e como ensinar nas aulas de português. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. (Coleção Todas as Letras, 10)

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

Prezados (as) Alunos (as):

Este questionário tem como objetivo conhecer os aspectos socioeconômicos e culturais que caracterizam os alunos da turma do 1 ano do Ensino Médio desta Escola .Com a finalidade de atender aos objetivos de uma pesquisa das Práticas Educativas de Letramento Literário da Educação do Campo, sob a responsabilidade do Mestrando da UEPB – Professor Luis Carlos paulino da Silva – de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa - UEPB – Parecer 0447.0.133/2012 – Conforme Termo de Autorização Institucional.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja

Fazenda Alagamar – Salgado de São Félix – PB.

Data: ____/____/____

I – Dados Pessoais:

1. ALUNO(A): _____

Ensino _____ ANO _____ TURMA _____

IDADE _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____

SEXO: () M () F () OUTRO

- ESTADO CIVI: () SOLTEIRO () CASADO () UNIÃO ESTÁVEL () OUTRO

ETNIA: () NEGRO () BRANCO () PARDO () MORENO () MULATO

NOMES DOS PAIS:

PAI - _____ PROFISSÃO _____

MÃE - _____ PROFISSÃO _____

ESCOLARIDADE DOS PAIS:

NÃO ESTUDOU DA 1 ATÉ A 4 SÉRIE DO 5 ATÉ O 9 ANO

ENSINO MÉDIO CURSO SUPERIOR ESPECIALIZAÇÃO

VOCÊ MORA DISTANTE DA ESCOLA? SIM NÃO

VOCÊ UTILIZA TRANSPORTE PARA VIR PARA ESCOLA? SIM NÃO

VOCÊ TRABALHA? SIM NÃO

TEM QUANTAS PESSOAS EM SUA CASA? _____

RENDA MENSAL DA FAMÍLIA:

MENOS DE UM SALÁRIO MÍNIMO

ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO MAIS DE UM SALÁRIO MÍNIMO

SUA MÃE RECEBE BOLSA FAMÍLIA? SIM NÃO

QUAIS DOS ITENS ABAIXO TÊM NA SUA CASA?

TV CARRO VÍDEO CASSETE RÁDIO COMPUTADOR

CELULAR MOTO GELADEIRA BICICLETA ANTENA PARABÓLICA

ACESSO A INTERNET DVD

VOCÊ GOSTA MAIS DE LER OU ESCREVER? _____

O QUE VOCÊ ACHA MAIS DIFÍCIL, LER OU ESCREVER? _____

O QUE VOCÊ LÊ COM MAIS FREQUÊNCIA?

JORNAL REVISTAS LIVRO DIDÁTICO FOLHETOS DE CORDEL

LIVROS DE LITERATURA OUTROS _____

QUAIS ATIVIDADES VOCÊ GOSTA MAIS NAS AULAS DE PORTUGUÊS?

LEITURA REDAÇÃO INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS LITERATURA

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE A HISTÓRIA DA LUTA DO POVO DE ALAGAMAR PARA A POSSE DA TERRA?

SIM NÃO MAIS OU MENOS NUNCA

SE SIM, ONDE? () EM CASA COM A FAMÍLIA () AMIGOS () NA ESCOLA

VOCÊ CONHECE A LETRA DO HINO DE ALAGAMAR? () SIM () NÃO

VOCÊ CONHECE SEU SEVERINO IZIDRO - AUTOR DO HINO CANTATA PRA ALAGAMAR?

() SIM () NÃO

JÁ FEZ ALGUM TRABALHO DE PORTUGUÊS QUE SOLICITASSE A LEITURA DE UM LIVRO? () SIM () NÃO - QUANTOS? _____ QUAL LIVRO?

O QUE VOCÊ ACHA DE MORAR NO CAMPO? () BOM () RUIM () QUER SAIR

QUAL O SEU SONHO EM TERMO DE PROFISSÃO QUANDO TERMINAR O ENSINO MÉDIO? _____

VOCÊ QUER FAZER FACULDADE? () SIM () NÃO

O QUE VOCÊ ESTUDA NAS AULAS DE PORTUGUÊS VOCÊ ACHA IMPORTANTE? EXPLIQUE.

AGRADEÇO A SUA COLABORAÇÃO – PROF. LUIS CARLOS PAULINO

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A PROFESSORA DE PORTUGUÊS

PREZADO(A) COLEGA PROFESSOR (A):

ESTE QUESTIONÁRIO TEM COMO OBJETIVO OBTER INFORMAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA EMPREGADA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, REFERENTES A TURMA DO 1 ANO DO ENSINO MÉDIO, COM VISTAS A UMA POSSÍVEL ANÁLISE NO CORPO DA PESQUISA SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, SOB A RESPONSABILIDADE DO MESTRANDO – PROF. LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA, DE ACORDO COM AS NORMAS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UEPB / PARECER 0447.0.133/2012 – E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SENHORA DIRETORA DA ESCOLA.

DATA DO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO: ____/____/____

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ARNALDO MAROJA.

FAZENDA ALAGAMAR – SALGADO DE SÃO FÉLIX – PB.

1. DADOS PESSOAIS DO(A) PROFESSOR(A):

NOME _____

SEXO () M () F () OUTRO -

ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO () CASADO () OUTRO

DISCIPLINA(S) QUE LECIONA: _____

TURMAS: _____

TURNO: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE PARA CONTATOS: _____

VOCÊ SE CONSIDERA: () NEGRO () BRANCO () PARDO () MULATO () AMARELO

DA SUA CASA ATÉ A ESCOLA VOCÊ CONSIDERA: () perto () longe

USA TRANSPORTE PARA CHEGAR A ESCOLA? () SIM () NÃO

QUAL _____

2 - ESCOLARIDADE:

QUAL SEU CURSO SUPERIOR? _____

ANO DE CONCLUSÃO: _____ INSTITUIÇÃO: _____

PÓS-GRADUAÇÃO: () SIM () NÃO TITULAÇÃO: _____

ANO CONCLUSÃO: _____ INSTITUIÇÃO: _____

3 - EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E METODOLOGIA DA PRÁTICA DOCENTE

TRABALHA NA ESCOLA HÁ QUANTO TEMPO? _____

VOCÊ TRABALHA COMO PROFESSOR EM OUTRA ESCOLA? () SIM () NÃO

GOSTA DE TRABALHAR COM LÍNGUA PORTUGUESA? () SIM () NÃO

EM SUAS AULAS VOCÊ TRABALHA COM MAIS FREQUÊNCIA COM LEITURA E ESCRITA? _____

O QUE VOCÊ ACHA MAIS DIFÍCIL PARA ENSINAR AOS SEUS ALUNOS?

() LEITURA () PRODUÇÃO TEXTUAL () INTERPRETAÇÃO () LITERATURA

O QUE ELES EM SUA OPINIÃO, GOSTAM MAIS NAS AULAS? QUAIS AS ATIVIDADES QUE GERAM MAIOR ENVOLVIMENTO?

QUAL É A MAIOR DIFICULDADE QUE ELES APRESENTAM ATÉ AGORA?

COMO FUNCIONA O PLANEJAMENTO NA ESCOLA?

() SEMANAL () QUINZENAL () MENSAL () BIMESTRAL () NÃO EXISTE

QUE TIPOS DE RECURSOS DIDÁTICOS VOCÊ USA NAS SUAS AULAS?

NA ESCOLA HÁ BIBLIOTECA? () SIM () NÃO

USA MUITO O LIVRO DIDÁTICO? () SIM () NÃO

QUAL LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO? _____

VOCÊ USA NAS AULAS DE LITERATURA?

() SIM () NÃO () ESPORADICAMENTE

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE ESTE LIVRO? _____

QUAL É A SUA CONCEPÇÃO DE LITERATURA E DO ENSINO DE LITERATURA NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO? _____

JÁ CONVERSARAM NA CLASSE SOBRE A LUTA PELA POSSE DA TERRA DE ALAGAMAR (MOVIMENTO SOCIAL)? () SIM () NÃO () NUNCA

VOCÊ CONHECE O HINO DE ALAGAMAR DO SR. SEVERINO IZIDRO?

() SIM () NÃO.

QUAL SUA AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA DE ALAGAMAR? _____

SEGUNDO SEU ENTENDIMENTO, A ESCOLA DO CAMPO É IGUAL OU DIFERENTE DA ESCOLA DA CIDADE?

QUAIS SÃO OS PROBLEMAS MAIS COMUNS NA ESCOLA DO CAMPO DO SEU PONTO DE VISTA?

QUAIS SÃO AS SUAS CONCEPÇÕES DA ESCOLA DO CAMPO?

OS OBJETIVOS EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SÃO ATINGIDOS? () SIM () NÃO

VOCÊ ACHA QUE OS ALUNOS ESTÃO MAIS PREOCUPADOS:

() CONCLUIR APENAS O ENSINO MÉDIO () FAZER UNIVERSIDADE

() ENTRER PARA O MERCADO DE TRABALHO

ASSINATURA: _____

AGRADEÇO SUA VALIOSA COLABORAÇÃO,

PROF. LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A GESTORA DA ESCOLA

LEVANTAMENTO DE DADOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS DA ESCOLA

SENHORA DIRETORA,

ESTE QUESTIONÁRIO TEM COMO OBJETIVO OBTER OS DADOS NECESSÁRIOS DESTA ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA – PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LETAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO – SOB A RESPONSABILIDADE DO MESTRANDO PROF. LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER 0447.0.133/2012 DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA UEPB.

NOME: _____

CARGO: _____ DATA ____/____/____

TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: _____

DECRETO DE CRIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA: _____

1. DADOS ADMINISTRATIVOS DA ESCOLA:

TOTAL DE DEPENDÊNCIAS NO PRÉDIO: _____ SALAS DE AULA _____

SECRETARIA _____ DIRETORIA _____

BIBLIOTECA _____ SALA DE PROFESSORES _____

CORREDORES COBERTOS _____

PÁTIO PARA RECREAÇÃO _____

CANTINA _____ DEPÓSITO _____

QUADRA DE ESPORTES _____

SALA PARA REUNIÃO _____

LABORATÓRIO _____

TURNOS EM QUE A ESCOLA FUNCIONA _____

NÚMERO DE TURMAS:

MANHÃ _____ TARDE _____ NOITE _____

TOTAL DE PROFESSORES NA ESCOLA _____

VICE-DIRETOR _____

SECRETÁRIO _____

MERENDEIRAS _____ AUXILIAR DE
SERVIÇO _____

VIGIAS _____ COORDENADOR

QUAIS DOS ITENS ABAIXO EXISTEM NA ESCOLA?

() LABORATÓRIO DE INFORMATICA () BIBLIOTECA () TV ()
VIDEO CASSETE

() COMPUTADOR () JORNAL ESCOLAR

() LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO MÉDIO () DATA SHOW

() REVISTAS () JOGOS.

DOS ITENS ABAIXO QUAIS FUNCIONAM PLENAMENTE NA
ESCOLA?

() GRÊMIO ESTUDANTIL () CONSELHO ESCOLAR ()
PLANEJAMENTO

() CIRCULO DE PAIS E MESTRES () PARTICIPAÇÃO COM A
COMUNIDADE

EM SE TRATANDO DE UMA ESCOLA DO CAMPO, QUAL A
PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO QUE A ESCOLA
TRABALHA?

ASSINATURA:

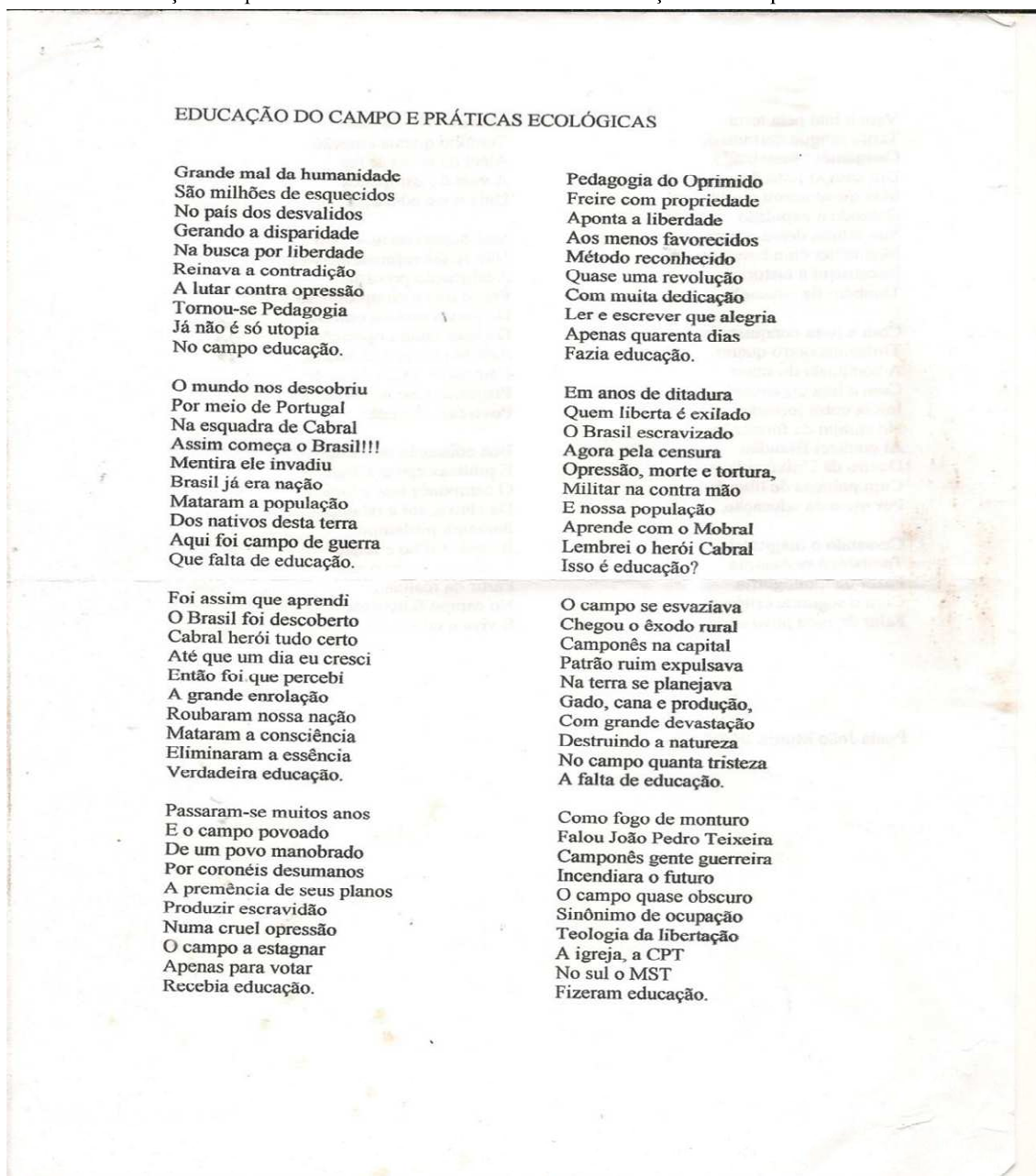
MEUS AGRADECIMENTOS PELA VALIOSA COLABORAÇÃO NA
PESQUISA

PROF. LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA DATA: ____/____/_____

ANEXO A – POESIAS: educação do campo e práticas ecológicas; eu quero

Autor: Poeta João Muniz

Camponês e assentado da Reforma Agrária, filho do Camponês e Poeta João Rosa (falecido), um grande lutador pela Cultura Popular. João Muniz é militante da CPT da Paraíba, primo de Almir Nunes desaparecido em 2002 na luta pela terra. Vítima dos mesmos Assassinos de João Pedro Teixeira (Sapé - PB) e Margarida Maria Alves (Alagoa Grande – PB), conforme entrevista realizada com o Sr. João Muniz (Poeta) no II Seminário Regional em Educação do Campo da Paraíba. Realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2013 promovido pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com o Comitê Estadual de Educação do Campo na cidade de Itabaiana – PB.



Vem a luta pela terra
 Tanto sangue derramado
 Camponês assassinado
 Um campo feito de guerra
 Mas quem gerou o sem terra
 O êxodo a expulsão
 Sou vítima dessa opressão
 Mas voltei com honra e glória
 Reconstruí a história
 Também fiz educação.

Com a terra conquistada
 Tínhamos outro querer
 A conquista do saber
 Com a luta organizada
 Inicia outra jornada
 No campo da formação
 Ai conheci Brandão
 Dentro da Universidade
 Com práticas de liberdade
 Por meio da educação.

Cursando o magistério
 Também a pedagogia
 Fazer da monografia
 Com o seguinte critério
 Falar do meu povo sério

Poeta João Muniz. 06/05/13.

Cultura viva do chão
 Toninho quanta emoção
 Além da cerca se fez
 A vida do camponês
 Uma nova educação.

Mas depois de tudo isso
 Não se fez reforma agrária
 A educação precária
 Freire traz o compromisso
 De nunca sermos omisso
 De lutar contra opressão
 Antônio Cícero, Brandão,
 Camponês cabra da peste
 Provando que no nordeste
 Povo faz educação.

Boa educação do campo
 E práticas agroecológicas
 O camponês tem a lógica
 Da chuva, sol e relampo,
 Saracura pirilampo
 Roçado milho e feijão
 Cultivar plantar o chão
 Partir da realidade
 No campo felicidade
 E viva a educação.

POEMA: EU QUERO

1º)Eu quero falar da vida
Da paz e nova esperança
Eu quero que a escola
De homem jovem e criança
Fale da luta na terra
Que pregue a paz não a guerra
Trazendo as coisas do chão
Eu quero o agricultor
Camponês trabalhador
Com direito a educação.

2º)Uma educação do campo
Na base agroecologia
Respeitando a natureza
Quero no campo alegria
Eu quero dignidade
A solidariedade
De grupos organizados
Com novas alternativas
Para que o campo viva
Com o seu povo educado.

3º)Que perceba educação
Com os bancos de sementes
Com as cisternas de placas
Mandalas e meio ambiente
Partindo da realidade
Para que a identidade
Se revele camponesa
Plantar e colher com fartura
Escrever fazer leitura
Homem terra e natureza.

4º)Eu quero uma educação
De repente e poesia
De cantador sertanejo
De prosa e cantoria
Que cante toda leveza
Da cultura camponesa
Ao som de sua viola
Cante o sol chuva e relampo
Essa educação do campo
Tem poeta na escola.

5º)A escola que eu quero
Fala do índio guerreiro
Como verdadeiro dono
Deste solo brasileiro
Fala do negro, da rendeira,
Zumbi dançou capoeira
Lutou pra se libertar
Toda história de Canudos
Tudo isso são conteúdos
Pra camponês estudar.

6º)As festas de vaquejadas
Que abrilhanta o sertão
As rimas de Patativa
O forró de Gonzagão
Lampião o cangaceiro
Foi herói e justiceiro
Fizeram-lhe falecido
São fatos fundamentais
Que a escola jamais
Pode deixar esquecido.

7º)A luta do camponês
Do agricultor sem-terra
Mártires assassinados
Um campo feito de guerra
Estudar assentamento
Vida no movimento
Buscando soberania
A escola deve estar
Pronta para trabalhar
A vida que o campo cria.

8º)Eu quero ver na escola
Falar de milho e feijão
De batata e macaxeira
Cultura de produção
A vaca a galinha o bode
E a escola não pode
Deixar de falar do boi
Que ajuda na produção
É a melhor formação
Pra os filhos que vem depois.

9º) Território camponês
 Lugar de aprendizado
 Perceber que esse universo
 Também é desrespeitado
 Afirmando a identidade
 Proporciona liberdade
 No orgulho de campesino
 Na escola é necessário
 De estudar o cenário
 De meu sertão nordestino.

10º) Quero educação do campo
 É direito não esmola
 Mas quero que o próprio campo
 Sirva de estudos e escola
 É necessário a cidade
 Mas campo é felicidade
 Onde me sinto seguro
 Camponês povo humano
 Educado e soberano
 Construtores do futuro.

Poeta João Muniz. 17/07/2012.

O poeta João Muniz é camponês e assentado da reforma agrária, filho de camponês e poeta João Rosa já falecido lutador da cultura popular.

João Muniz é militante da CPT da Paraíba, primo de Almir Muniz desaparecido em 2002 na luta pela terra, vima dos mesmos assassinos de João Pedro Teixeira e Margarida Alves.

Formado em Pedagogia do Campo, e defensor de uma verdadeira Educação do Campo.

*Hora no assentamento Almir Muniz
 Município de Itabaiana PB.*

João Muniz

ANEXO B – OUTRAS POESIAS: Brasil de caboclo; descobrindo história do município

Autor: Poeta João Araújo da Fonseca - Ex-morador da Fazenda Alagamar, reside atualmente na Rua: Rosendo Elias em Salgado de São Félix – PB.

**BRASIL DE CABOCLO
POESIA MATUTA
AUTOR: JOÃO ARAÚJO DA
FONSECA**

Brasil da princesa Isabel
Que aos escravos liberou
Com carinho e tanto amor,
Tinha tanta tradição
Com Jesus no coração
Nunca passou por sufoco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil do agricultor
Que é homem sofrido
Nesse nordeste querido,
Trabalha com tanto amor
E ninguém lhe da valor,
Com enxada na mão
E com tanta atenção
Puxa pedra arranca toco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Luis Gonzaga
Foi o maior sanfoneiro
No nordeste brasileiro,
Tocava em todo lugar
Sua musica é exemplar
Foi ele o rei do baião
Com a sanfona na mão,
Tocou muito, não foi pouco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Jackson do pandeiro
Foi o maior pandeirista,
Sei que foi grande artista
Em Lagoa Grande nasceu
Foi lá que Jackson cresceu
Com a sua emoção,
Com o pandeiro na mão
Bateu muito, não foi pouco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Antonio Silvino
Foi um forte cangaceiro
No nordeste brasileiro,
Fez medo a velho e menino
Foi o pior assassino,
E o terror da nação
Lutava com lampião
De tapa, murro e soco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Roberto Carlos
Foi o rei da juventude,
Eu quero que Deus lhe ajude
Quando começa a cantar
Sua musica exemplar,
Com a sua emoção,
Cantava tanta canção
Nunca passou em sufoco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Nelson Gonçalves
Foi o maior seresteiro
No nordeste brasileiro,
Quando começou a cantar
Sua musica popular
Doía em qualquer coração,
Com o seu lindo violão
Cantou muito, e não foi pouco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil do rei Pelé
Foi o rei do futebol,
Sei que La não jogou só,
Garrincha bola no pé
E Vavá sem ter mister
Cruzava com atenção,
E Pelé dava chutão,
A rede dava pipoco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil que foi no passado
Descoberto por Cabral,
Pertencente a coroa
Do reino de Portugal,
Um Brasil seccional
Dessa nossa tradição
De Filipe camarão
Que não foi um índio louco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Valdic Soriano
Foi um grande seresteiro
Cantava no mundo inteiro
Roedeira de paixão.
Emocionava todo coração
Numa sala de reboco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Rui Barbosa
Tinha tanta atenção
Daqui para o Japão,
Sua idéia valorosa,
Na Argentina disse prosa,
Discutiu com alemão,
Tinha tanta perfeição
Seu gênio não era pouco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Brasil de Tiradentes
Foi um grande brasileiro,
Além de ser bom guerreiro
Em Minas Gerais viveu,
Ao Brasil defendeu
Com o seu coração
E morreu pela nação
Defendeu muito e não foi pouco
Neste Brasil de caboclo
De mãe preta e pai João.

Poema: Descobrindo histórias de Salgado

Antigamente aqui
Se chamava de Aburá
Com quatro casas de taipas
Muito humilde e popular
Município Itabaiana
E bem pertinho de Pilar.

Tinha um sobrado exemplar
Do coronel Chico Luiz
Que era milionário
Assim a história diz
Em 1840 terminou
E foi feliz.

Doutor Odilon foi quem quis
E comprou esse sobrado
Que era pai de seu Arnol
De Oscar e seu Arnaldo
E de Ernande Maroja
E os outros filhos estimados.

Wilson Braga no estado
Também foi inteligente
Fez uma ponte em Salgado
Fez posto para docente
Não foi PMDB
Mais ajudou muita gente.

São Felix a igreja da gente
D. Lurdes trabalhou
Penegas e Felix Inês
Muitas pedras carregou
Em 1876
Foi quando ele terminou.

Naum pois tinha razão
Na rua José Silveira
Começou fazer a praça
Mais a morte é justiceira
Morreu e não terminou
Luizinho fez de carreira.

Eunice Barbosa chegou
Que era nossa diretora
E ensinava as crianças
Aqueles mais sofredoras
Em 1928
Foi a nossa protetora.

D. Zanza é sabedora
E possui capacidade
Também foi a diretora
Do colégio da cidade
E ensinava os meninos
E toda comunidade.

Carlinhos conhece a verdade
E um bom advogado
Também foi o diretor
Do colégio de Salgado
Ensinava os alunos
E deixou organizado.

Marinha com agrado
Suas palavras traduz
Também é a diretora
De dizer estava a pus
E ensinava os meninos
Toda canção de Jesus.

Manoel de Gerson traduz
A vigia do portão
Josemar, Zezinho de Loia
João Honório cidadão
Rogério, Irene e Ana
Só não tá Antônio Globão.

D. Dorinha foi a primeira
Diretora da ciência
Ensinava matemática
E tinha inteligência
Suas palavras era santa
Mandada da providência

Pedro Godim com competência
Foi governo no estado
Botou Guerjinha prefeito
E Zé Rodrigues ao seu lado
Mais o povo quiseram Zé.
Pra. Prefeito de Salgado

Autor: João Araújo da Fonseca.

ANEXO C – MARCOS LEGAIS, METAS E ESTRATÉGIAS

RESOLUÇÃO CNE/CEB 001, DE 03 DE ABRIL DE 2002



Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

O Presidente da Câmara da Educação Básica, reconhecido o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de março de 2002, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e

estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

22 Texto completo publicado no D.O.U. de 09/04/2002, p. 32, Seção 1.

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 8º As parcerias estabelecidas visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:

I - articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;

II - direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável;

III - avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva;

IV - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

Art. 9º As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.

Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:

I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;

II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

Art. 12. O exercício da docência na Educação Básica, cumprindo o estabelecido nos artigos 12, 13, 61 e 62 da LDB e nas Resoluções 3/1997 e 2/1999, da Câmara da Educação Básica, assim como os Pareceres 9/2002, 27/2002 e 28/2002 e as Resoluções 1/2002 e 2/2002 do Pleno do Conselho Nacional de Educação, a respeito da formação de professores em nível superior para a Educação Básica, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes.

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Lei 9.424, de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

Art. 15. No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

I - as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

II - as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;

III - remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; **(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)**

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput

deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observarão, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infraestrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agro industrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.7.2006



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - **PRONERA.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Art. 3º Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial:

I - reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar;

II - fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;

III - garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; e

IV - contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias

digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

Parágrafo único. Aos Estados, Distrito Federal e Municípios que desenvolverem a educação do campo em regime de colaboração com a União caberá criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 4º A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação das seguintes ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino, sem prejuízo de outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

I - oferta da educação infantil como primeira etapa da educação básica em creches e pré-escolas do campo, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade;

II - oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com qualificação social e profissional, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;

III - acesso à educação profissional e tecnológica, integrada, concomitante ou sucessiva ao ensino médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das regiões onde será ofertada;

IV - acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo;

V - construção, reforma, adequação e ampliação de escolas do campo, de acordo com critérios de sustentabilidade e acessibilidade, respeitando as diversidades regionais, as características das distintas faixas etárias e as necessidades do processo educativo;

VI - formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;

VII - formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;

VIII - produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades formativas das populações do campo; e

IX - oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares.

§ 1º A União alocará recursos para as ações destinadas à promoção da educação nas áreas de reforma agrária, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Educação disciplinará as condições, critérios e procedimentos para apoio técnico e financeiro às ações de que trata este artigo.

Art. 5º A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no [Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009](#), e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos políticos-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas.

Art. 7º No desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão:

I - organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - oferta de educação básica, sobretudo no ensino médio e nas etapas dos anos finais do ensino fundamental, e de educação superior, de acordo com os princípios da metodologia da pedagogia da alternância; e

III - organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.

Art. 8º Em cumprimento ao [art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#), os entes federados garantirão alimentação escolar dos alunos de acordo com os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional predominante em que a escola está inserida.

Art. 9º O Ministério da Educação disciplinará os requisitos e os procedimentos para apresentação, por parte dos Estados, Municípios e Distrito Federal, de demandas de apoio técnico e financeiro suplementares para atendimento educacional das populações do campo, atendidas no mínimo as seguintes condições:

I - o ente federado, no âmbito de suas responsabilidades, deverá prever no respectivo plano de educação, diretrizes e metas para o desenvolvimento e a manutenção da educação do campo;

II - os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de suas Secretarias de Educação, deverão contar com equipes técnico-pedagógicas específicas, com vistas à efetivação de políticas públicas de educação do campo; e

III - os Estados e o Distrito Federal deverão constituir instâncias colegiadas, com participação de representantes municipais, das organizações sociais do campo, das universidades públicas e outras instituições afins, com vistas a colaborar com a formulação, implementação e acompanhamento das políticas de educação do campo.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre a instalação, a composição e o funcionamento de comissão nacional de educação do campo, que deverá articular-se com as instâncias colegiadas previstas no inciso III no acompanhamento do desenvolvimento das ações a que se refere este Decreto.

Art. 10. O Ministério da Educação poderá realizar parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública para o desenvolvimento de ações conjuntas e para apoiar programas e outras iniciativas no interesse da educação do campo, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

Art. 11. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos do [art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#), integra a política de educação do campo.

Art. 12. Os objetivos do PRONERA são:

I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;

II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e

III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Art. 13. São beneficiários do PRONERA:

I - população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, de que trata o § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;

II - alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA;

III - professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e

IV - demais famílias cadastradas pelo INCRA.

Art. 14. O PRONERA compreende o apoio a projetos nas seguintes áreas:

I - alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental;

II - formação profissional conjugada com o ensino de nível médio, por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;

III - capacitação e escolaridade de educadores;

IV - formação continuada e escolarização de professores de nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação;

V - produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos necessários à execução do PRONERA; e

VI - realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do PRONERA.

Parágrafo único. O INCRA celebrará contratos, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos e demais órgãos e entidades públicas para execução de projetos no âmbito do PRONERA.

Art. 15. Os projetos desenvolvidos no âmbito do PRONERA poderão prever a aplicação de recursos para o custeio das atividades necessárias à sua execução, conforme norma a ser expedida pelo INCRA, nos termos da legislação vigente.

Art. 16. A gestão nacional do PRONERA cabe ao INCRA, que tem as seguintes atribuições:

I - coordenar e supervisionar os projetos executados no âmbito do Programa;

II - definir procedimentos e produzir manuais técnicos para as atividades relacionadas ao Programa, aprovando-os em atos próprios no âmbito de sua

competência ou propondo atos normativos da competência do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e

III - coordenar a Comissão Pedagógica Nacional de que trata o art. 17.

Art. 17. O PRONERA contará com uma Comissão Pedagógica Nacional, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal, com as seguintes finalidades:

I - orientar e definir as ações político-pedagógico;

II - emitir parecer técnico e pedagógico sobre propostas de trabalho e projetos; e

III - acompanhar e avaliar os cursos implementados no âmbito do Programa.

- § 1º A composição e atribuições da Comissão Pedagógica Nacional serão disciplinadas pelo Presidente do INCRA.
- § 2º A Comissão Pedagógica Nacional deverá contar com a participação de representantes, entre outros, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Educação e do INCRA.
- Art. 18. As despesas da União com a política de educação do campo e com o PRONERA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas, respectivamente, aos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário, observados os limites estipulados pelo Poder Executivo, na forma da legislação orçamentária e financeira.
- Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de novembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Daniel Maia

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.11.2010

PROJETO DE LEI N°

**Aprova o Plano Nacional de Educação
para o decênio 2011-2020, e dá outras
providências.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais;

IV - melhoria da qualidade do ensino;

V - formação para o trabalho;

VI - promoção da sustentabilidade socioambiental;

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE - 2011/2020, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica e superiores mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência dessa Lei, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PNE - 2011/2020.

Art. 6º. A União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PNE – 2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio 2021-2030.

Parágrafo único. O Fórum Nacional de Educação, a ser instituído no âmbito do Ministério da Educação, articulará e coordenará as Conferências Nacionais de Educação previstas no caput.

Art. 7º A consecução das metas do PNE - 2011/2020 e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 2º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão prever mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE - 2011/2020 e dos planos previstos no art. 8º.

§ 3º A educação escolar indígena deverá ser implementada por meio de regime de colaboração específico que considere os territórios étnico-educacionais e de estratégias que levem em conta as especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade, promovendo a consulta prévia e informada a essas comunidades.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que considerem as necessidades específicas das populações do campo e de áreas remanescentes de quilombos, garantindo equidade educacional.

§ 2º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que garantam o atendimento às necessidades educacionais específicas da educação especial, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias

compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE - 2011/2020 e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

§1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação,

§2º O INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas de educação básica.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de de 2010 ; 189º da Independência 122º da República.

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.

1.2) Manter e aprofundar programa' nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.

1.3) Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola.

1.4) Estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social na educação,.

1.5) Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil.

1.6) Estimular a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 e 5 anos.

1.7) Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.

1.8) Respeitar a opção dos povos indígenas quanto à oferta de educação infantil, por meio de mecanismos de consulta prévia e informada.

1.9) Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

Estratégias:

2.1) Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental.

2.2) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.

2.3) Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

2.4) Ampliar programa nacional de aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo, com os objetivos de renovar e padronizar a frota rural de veículos escolares, reduzir a evasão escolar da educação do campo e racionalizar o processo de compra de veículos para o transporte escolar do campo, garantindo o transporte intracampo, cabendo aos sistemas estaduais e municipais reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades.

2.5) Manter programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas do campo, bem como de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas.

2.6) Manter programas de formação de pessoal especializado, de produção de material didático e de desenvolvimento de currículos e programas específicos para educação escolar nas comunidades indígenas, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena.

2.7) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo e da educação indígena.

2.8) Estimular a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.

2.9) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região.

2.10) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.11) Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

2.12) Definir, até dezembro de 2012, expectativas de aprendizagem para todos os anos do ensino fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência, os novos saberes e os tempos escolares.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Estratégias:

3.1) Institucionalizar programa nacional de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte, apoiado por meio de ações de aquisição de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.

3.2) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.3) Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame.

3.4) Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

3.5) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino médio público.

3.6) Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

3.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.

3.8) Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde.

3.9) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

3.10) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

3.11) Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública de ensino médio.

3.12) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Estratégias:

4.1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

4.2) Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

4.3) Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

4.4) Manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

4.5) Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

4.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Estratégias:

5.1) Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.

5.2) Aplicar exame periódico específico para aferir a alfabetização das crianças.

5.3) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

5.4) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.5) Apoiar a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas, quando for o caso.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Estratégias:

6.1) Estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa.

6.2) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras

poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.3) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

6.4) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.5) Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6) Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral considerando as peculiaridades locais.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias:

7.1) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.2) Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados do IDEB das escolas, das redes públicas de educação básica e dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.3) Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.

7.4) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados

nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica.

7.5) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

7.6) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.7) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

7.8) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva.

7.9) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.10) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais.

7.11) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio.

7.12) Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

7.13) Informatizar a gestão das escolas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.

7.14) Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

7.15) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.16) Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.

7.17) Ampliar a educação escolar do campo, quilombola e indígena a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.

7.18) Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica para a instalação de conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes, com representação de trabalhadores em educação, pais alunos e comunidade, escolhidos pelos seus pares.

7.19) Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.

7.20) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.21) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.

7.22) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.23) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.

7.24) Orientar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

7.25) Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzidos pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2009	2012	2015	2018	2021
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	395	417	438	455	473
--	-----	-----	-----	-----	-----

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Estratégias:

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.

8.2) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série.

8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.

8.4) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados.

8.5) Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e colaborando com estados e municípios para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.7) Promover busca ativa de crianças fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional

Estratégias:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.3) Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.

9.4) Promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade.

9.5) Executar, em articulação com a área da saúde, programa nacional de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da educação de jovens e adultos.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Estratégias:

10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2) Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4) Institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.5) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.6) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

10.7) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psico-pedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.

10.8) Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias:

11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

11.3) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

11.4) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.

11.5) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

11.6) Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecidas em instituições privadas de educação superior.

11.7) Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes públicas e privadas.

11.8) Estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas.

11.9) Expandir o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.10) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte), com base no incremento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias:

12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2) Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.

12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.

12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador.

12.7) Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

12.8) Fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.

12.9) Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.10) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.

12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.

12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

12.13) Expandir atendimento específico a populações do campo e indígena, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações.

12.14) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.15) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação.

12.16) Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Estratégias:

13.1) Aprofundar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.

13.2) Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a que mais estudantes, de mais áreas, sejam avaliados no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.

13.3) Induzir processo contínuo de auto-avaliação das instituições superiores, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

13.4) Induzir a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela CONAES, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das competências necessárias a conduzir o processo de aprendizagem de seus futuros alunos, combinando formação geral e prática didática.

13.5) Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

13.6) Substituir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação.

13.7) Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de educação superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Estratégias:

14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento.

14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e as agências estaduais de fomento à pesquisa.

14.3) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, à pós-graduação *stricto sensu*, especialmente ao mestrado profissional.

14.4) Expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

14.5) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.6) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

14.7) Implementar ações para redução de desigualdades regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e indígena a programas de mestrado e doutorado.

14.8) Ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente o de doutorado, nos *campi* novos abertos no âmbito dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.

14.9) Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1) Atuar conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

15.2) Consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, permitindo inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.3) Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública.

15.4) Consolidar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.

15.5) Institucionalizar, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço.

15.6) Implementar programas específicos para formação de professores para as populações do campo, comunidades quilombolas e povos indígenas.

15.7) Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura de forma a assegurar o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica.

15.8) Induzir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.

15.9) Valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando um trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da rede pública de educação básica.

15.10) Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica em sua área de atuação aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não-licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Estratégias:

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

16.2) Consolidar sistema nacional de formação de professores, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação dos cursos.

16.3) Expandir programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação básica.

16.4) Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.

16.5) Prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Estratégias:

17.1) Constituir fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2) Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

17.3) Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para o magistério, com implementação gradual da jornada de trabalho cumprida em um único estabelecimento escolar.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Estratégias:

18.1) Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício na rede pública de educação básica.

18.2) Instituir programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não-efetivação do professor ao final do estágio probatório.

18.3) Realizar prova nacional de admissão de docentes a fim de subsidiar a realização de concursos públicos de admissão pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

18.4) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio destinados à formação de funcionários de escola para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infra-estrutura escolar, inclusive para alimentação escolar, sem prejuízo de outras.

18.5) Implantar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para funcionários de escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

18.6) Realizar, no prazo de dois anos de vigência desta Lei, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, o censo dos funcionários de escola da educação básica.

18.7) Considerar as especificidades socioculturais dos povos indígenas no provimento de cargos efetivos para as escolas indígenas.

18.8) Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Estratégias:

19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica prevendo a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho e a processos que garantam a participação da comunidade escolar preliminares à nomeação comissionada de diretores escolares.

19.2) Aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores escolares.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

Estratégias:

20.1) Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.

20.2) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3) Destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino.

20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

20.5) Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação.

20.6) Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública.

